

Régis de Toledo Souza
Ruchelli Stanzani Ercolano
Devis Perez
(Organizadores)

ABRAPSO E SEUS CAMINHOS HISTÓRICOS: REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS POSSÍVEIS


GRADUS
EDITORA

Régis de Toledo Souza
Ruchelli Stanzani Ercolano
Deivis Perez
(Organizadores)

ABRAPSO E SEUS CAMINHOS HISTÓRICOS: REFLEXÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS POSSÍVEIS



Dados Catalográficos

SOUZA, Régis de Toledo; ERCOLANO, Ruchelli Stanzani; PEREZ, Deivis (Orgs).
Abrapso e seus Caminhos Históricos: reflexões teóricas e práticas possíveis. 1 Ed.
Gradus Editora. Bauru, São Paulo. 2022.

ISBN: 978-65-81033-xx-x

CDD 370.00

Todos os autores cedem os direitos autorais da obra para a Gradus Editora, impossibilitando a reprodução por outras editoras ou meios de veiculação de materiais didáticos, científicos e acadêmicos de cunho comercial, não comercial, associação científica ou cultural, bem como Instituições de Pesquisa, pelo prazo de exploração de 70 anos, conforme Lei 9.610/98.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de atribuição Creative Commons.

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC-BY-NC-ND).

GRADUS EDITORA – Todos os Direitos Reservados – 2023
Rua Luiz Gama, 229. Vila Independência. Bauru, São Paulo. Brasil.
www.GRADUSEEDITORA.com

Editor-chefe: Lucas Almeida Dias
Registro e indexação: Gradus Editora | Câmara brasileira do livro | CrossREF
Capa: Bruno M. H. Gogolla
Diagramação: Bruno M. H. Gogolla

Comitê editorial científico – Gradus Editora

Prof. Dr. Douglas M. A. de A. P. dos Santos

Profa. Dra. Cintya de Oliveira Souza

Profa. Dra. Ana Cláudia Bortolozzi

Profa. Dra. Andreia de B. Machado

Profa. Dra. Manuela Costa Melo

Prof. Dr. Carlos Gomes de Castro

Profa. Dra. Ana Beatriz D. Vieira

Profa. Dra. Janaína Muniz Picolo

Dr. Yan Corrêa Rodrigues

Prof. Dr. Thiago Henrique Omena

Prof. Dr. Luís Rafael Araújo Corrêa

Prof. Dr. Fábio Roger Vasconcelos

Prof. Dr. Leandro A. dos Santos

Prof. Dr. Gustavo Schmitt

Prof. Dra. Renata Cristina L. Andrade

Profa. Dra. Daniela Marques Saccaro

Profa. Dra. Gladys del C. M. Morales

Profa. Dra. Márcia Lopes Reis

A ABRAPSO

A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade. Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a dialogia acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada ao longo dos anos por meio dos esforços dos seus regionais, núcleos e diretoria nacional.

DIRETORIA NACIONAL DA ABRAPSO 2020-2021

Presidente: Deivis Perez

Secretária: Vanessa Louise Batista

Tesoureiro: Regis de Toledo Souza

Diretora de Comunicação: Maria Cristina Dancham Simões





ORGANIZADORES DO LIVRO

REGIS DE TOLEDO SOUZA


Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP e professor da Universidade de Taubaté, onde atua como professor de Psicologia Social desde 2000. É colíder do NIPPC/Unitau (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Práxis Contemporâneas).

RUCHELLI STANZANNI ERCOLANO

Doutoranda em Psicologia pela UNESP, bolsista CAPES doutorado, mestra e psicóloga pela UNESP. Docente do Departamento de Psicologia do Centro Universitário UNIFAFIBE. Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas em Educação e Psicologia - certificado pelo CNPq. Coordenadora do Núcleo Popular da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO.

DEIVIS PEREZ

Doutor em Educação pela PUC-SP e professor na UNESP, onde atua como docente na graduação e no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Psicologia e exerce desde 2016 a função de chefe do Departamento de Psicologia Social. É colíder do Grupo de Pesquisa Estudos Marxistas em Educação e Psicologia - certificado pelo CNPq.







SUMÁRIO

PERCURSOS HISTÓRICOS 11

SEÇÃO 1 - HISTÓRIA DA ABRAPSO, HISTÓRIA DA PSICOLOGIA SOCIAL E TAREFAS DA ABRAPSO

FALANDO SOBRE SÍLVIA LANE: CONTATOS, VIVÊNCIAS E
IMPACTOS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS 15

Sueli Terezinha Ferrero Martin

Cecília Pescatore Alves

Célia Maria Marcondes Ferraz Silva

Inara Barbosa Leão

Marcos Vieira Silva

Maria de Fatima Quintal de Freitas

EPISTEMOLOGIA E FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA SOCIAL:
EXPERIÊNCIAS DO GRUPO DE TRABALHO DO NÚCLEO ABRAPSO-BH 23

Craig Downie Dunbar

Leandro Paulino Silva

Vilmar Pereira de Oliveira

FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSO):
UMA HISTÓRIA DE INDIGNAÇÃO E ENFRENTAMENTOS 29

Cecília Pescatore Alves

Bronia Liebesny

Genaro Ieno Neto

Luiz Humberto Sivieri

Marcos Vieira Silva

Sueli Terezinha Ferrero Martin

Wanderley Codo

POR UMA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA E POLITICAMENTE COMPROMETIDA
COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS DA CIDADE DE LONDRINA..... 37

Roberth Miniguine Tavanti

Valéria Mendonça Barreiros

Herbert de Proença Lopes

Rhaissa Barbosa de Paula

Vicente Ferreira da Cruz

Michele da Silva Araujo

Poliana Rodrigues Prado



SEÇÃO 2 - CIÊNCIAS, REFLEXÕES TEÓRICAS E CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA SOCIAL

RELAÇÕES DE GÊNERO NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA	47
Ana Maria Jacó-Vilela	
NOTAS SOBRE TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA NO BRASIL.....	53
Lucas Carvalho Peto	
CAMINHOS PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL.....	59
Alexandra Ayach Anache	
Bruno Peixoto Carvalho	
Cintia Harumi Nishikawa	
Renata Dalbianco Ferreira dos Santos	
Vinicius do Prado Manoel	
OS DEVERES DA CIÊNCIA: CONHECER, DECIFRAR E TRANSFORMAR.....	65
Ruchelli Stanzani Ercolano	
Deivis Perez	
NOTAS INTRODUTÓRIAS AO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E À NOÇÃO DE TRABALHO	71
Matheus José Cuzato Mancuso	
Ruchelli Stanzani Ercolano	
Deivis Perez	
POR UMA CLÍNICA AMPLIADA AO ESPORTE.....	79
Paula Ângela de Figueiredo de Paula	
Fábio Henrique Alves Silva	
POLÍTICAS PÚBLICAS E O TRABALHO DE PSICÓLOGAS(OS): DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO EM TEMPOS SOMBRIOS.....	85
Lygia de Souza Viégas	
A COLONIZAÇÃO DA IMAGINAÇÃO E SEUS EFEITOS POLÍTICOS NO CONTEMPORÂNEO	93
Cristina Mair Barros Rauter	
Esboço para uma análise da Abrapso	99
Deivis Perez	
Ruchelli Stanzani Ercolano	
Regis de Toledo Souza	



PERCURSOS HISTÓRICOS

Neste livro a Abrapso é contada a partir de seus caminhos históricos e de seus caminhantes, passado e presente se materializam em um projeto possível de sociedade que nos leve à plena realização humana. Após 40 anos de fundação, sua trajetória é marcada pela experiência interna de contradições e tensões geradas na construção de uma Psicologia Social denominada como crítica, ao mesmo tempo que denuncia as contradições sociais em que se formou.

Na primeira seção caminhamos pela história da Abrapso a partir das narrativas de vivências históricas, afetivas e intelectuais, com o conseqüente impacto nas práticas cotidianas, o destaque está na práxis vivida e compartilhada com Silvia Lane. Na sequência, o Grupo de Trabalho do Núcleo Abrapso BH, apresenta sua trajetória na busca da compreensão dos fundamentos da Psicologia Social, o debate é sobre epistemologias. Mais um passo e chegamos à fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social, e sua história de indignação e enfrentamentos das formas de dominação e opressão presentes nas malhas da sociedade brasileira. Os dois próximos textos discutem os compromissos históricos da Psicologia Social com base: primeiro, no seu comprometimento político e histórico com os movimentos sociais e culturais, particularmente na apresentação de atividades desenvolvidas na cidade de Londrina/PR, e, o segundo, numa apresentação das relações de gênero da história da Psicologia.

Na seção seguinte, nos deslocamos pelos caminhos da Associação que nos levam às ciências, reflexões teóricas e contribuições à Psicologia Social. O primeiro passo é dado com as notas sobre a teoria marxista da dependência e a análise das condições que expressam a superexploração da força de trabalho na realidade atual, o que permite ao autor problematizar os limites e possibilidades de atuação de uma Psicologia Social Crítica. Caminhamos para a avaliação psicológica a partir da Psicologia Histórico-cultural, que se configura em mais um trecho, agora o contextualizar historicamente a avaliação psicológica possibilita o pano de fundo à construção de uma crítica e a conseqüente formação de uma proposta de atuação em psicologia. No caminho da crítica, o próximo texto versa sobre os deveres da ciência, aqui questionada com base na sistematização de diálogos produzidos em uma roda de conversa no XX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). As palavras conhecer, decifrar e transformar iluminam as contradições históricas da formação científica. Nossos últimos passos vão na direção de uma clínica ampliada do esporte, que ao olhar para os marcos legais da atuação da psicologia no esporte, abre espaços para a construção de novas práticas. Nos caminhos da atuação, temos no próximo texto a discussão sobre a política públicas e o trabalho de psicólogos(as), o foco está nos desafios impostos às nossas práticas em tempos de bolsonarismo, como resistir? Com isso, chegamos aos nossos últimos passos, sendo que o penúltimo se articula tanto aos debates anteriores quanto ao contexto social global, mas se diferencia ao discutir a colonização da imaginação e seus conseqüentes efeitos políticos no contemporâneo e, encerrando a jornada, temos o passo final com um esboço para uma análise da Abrapso.

Ainda que tenhamos dado o nosso passo final por aqui, cabe ressaltar que a história abrapsoiana não se encerra neste livro e que o caminho é longo e ardiloso, por isso requer caminhantes resistentes e corajosos, além de empenhados e comprometidos com a emancipação humana. Portanto, que a história sirva de inspiração para os futuros caminhantes.

Ótimo caminhar!!

Régis de Toledo Souza

Ruchelli Stanzani Ercolano

Deivis Perez





SEÇÃO 1

**HISTÓRIA DA ABRAPSO,
HISTÓRIA DA PSICOLOGIA
SOCIAL E TAREFAS DA ABRAPSO**



FALANDO SOBRE SÍLVIA LANE: CONTATOS, VIVÊNCIAS E IMPACTOS NAS PRÁTICAS COTIDIANAS

Sueli Terezinha Ferrero Martin¹

Cecília Pescatore Alves²

Célia Maria Marcondes Ferraz Silva³

Inara Barbosa Leão⁴

Marcos Vieira Silva⁵

Maria de Fatima Quintal de Freitas⁶

INTRODUÇÃO

Silvia Lane, principal idealizadora da ABRAPSO, professora do Programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), orientou 33 mestrandos e 30 doutorandos no período de 1974 a 2006. Propunha o método de pesquisa fundamentado na dialética e no materialismo histórico com o objetivo de construir uma nova psicologia social, comprometida com a realidade social brasileira e do mundo contemporâneo.

As dissertações de mestrado e teses de doutorado orientadas em Psicologia Social da PUC-SP, foram “baseadas em diferentes categorias teóricas e relacionadas a vários campos da vida social, o que mostra a amplitude de sua produção e a coerência com uma perspectiva teórica crítica de uma prática psicológica socialmente comprometida.” (SOUSA, 2008, s/p). Sílvia coordenou o Núcleo de Pesquisa “Consciência e suas mediações”, depois denominado “As mediações: a emoção, a linguagem e os grupos sociais”.

1 Psicóloga, Doutora em Psicologia Social pela PUCSP; docente da Faculdade de Medicina, UNESP-Botucatu. Coord. do Grupo de Estudos e Pesquisas “Psicologia Histórico-Cultural e Saúde Coletiva”. Participa do Núcleo *Cuesta* da ABRAPSO. E-mail: suelitmartin@gmail.com

2 Doutora em Psicologia Social pela PUCSP. Professora da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade Metamorfose (NEPIM). Sócia, e presidente da ABRAPSO (gestão: 2000-2001) e vice-presidente em três gestões. E-mail: cpescatore@uol.com.br

3 Doutora e Mestre em Psicologia Social com a PUCSP, iniciou pós-doutorado em 2019 na PUC SP em História da Psicologia. Professora universitária da ESPM- Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo. Consultora de empresas em temas relacionados a gestão de pessoas. E-mail: celia-ferraz@uol.com.br

4 Psicóloga, professora titular da UFMS, aposentada em janeiro de 2019. Mestre em Educação pela UFMS e doutora em Psicologia Social pela PUCSP. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre os Aspectos Psicológicos do Enfoque Teórico Sócio-histórico/GEPAPET. E-mail: inarableao@hotmail.com

5 Doutor (Psicologia Social) pela PUC-SP. Professor Associado IV, aposentado, da UFSJ. Coordenador do GT Psicologia Comunitária da ANPEPP. Pesquisador fundador do LAPIP - Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da UFSJ. Sócio Fundador e membro de várias gestões locais, Regionais e Nacionais da ABRAPSO. E-mail: mvsilva@ufsj.edu.br

6 Doutora Psicologia Social (PUC-SP), Pós-Doutora Psicologia Comunitária (Universidade Porto e ISPA, Portugal) e Psicologia Política (PUC-SP). Presidente ABRAPSO (1989-1992). Membro GT Psicologia Comunitária ANPEPP. Pesquisadora CNPq (1994-2019). E-mail: quintal.fatima@gmail.com



Ao longo desses anos de atuação em Psicologia Social e Comunitária tenho compartilhado a afirmação de que: a Psicologia Social brasileira, com essa marca do compromisso social na defesa de uma vida mais digna e justa, só se tornou possível graças à atuação corajosa e pioneira de Sílvia Lane. (Fátima)

Ela nos ensinou que as atividades dos sujeitos criam as representações de mundo em suas consciências. Sendo assim, as relações entre sujeitos e sociedade determinam as necessidades humanas, as transformam em motivos, emoções e constituem a consciência dos homens. Portanto, aprendemos que sem conhecimentos sobre o período histórico e as suas manifestações específicas na cultura, não compreenderíamos nenhum psiquismo. A materialidade sempre precederá as ideias. (Inara)

[...] as práticas orientadas pelos princípios científicos podem levar a verdade sobre a práxis psicossocial, quando reúne os elementos que constituem um todo e possibilita ao homem agir para transformar o mundo e a ele mesmo. Mas, para tal, precisamos de método e técnicas que nos garantam o conhecimento verdadeiro. Entendemos que não são as ideias que formam a sociedade, mas são as condições materiais que produzem as ideias dos homens e o seu modo de agir na sociedade.

O outro ensinamento fundamental foi que o desenvolvimento dos homens decorre das suas atividades, e elas são exigências para que permaneçamos vivos, pois a espécie precisa transformar o seu meio para adaptá-lo às nossas necessidades. Agora entendíamos a função do trabalho social e dos problemas que o capitalismo nos criou. (Inara)

Os mesmos pressupostos foram importantes no desenvolvimento da Psicologia Social e Comunitária no Brasil e na América Latina, em particular Venezuela, Chile, El Salvador, Cuba etc. Fátima Quintal nos fala um pouco sobre esse papel de Sílvia:

Pudemos conhecer essas histórias, em suas aulas na pós-graduação no início dos anos 80, quando não tínhamos ainda a clareza do que significaria para a Psicologia Latino-Americana. Convivemos, então, com algumas das suas ‘teses’, hoje estruturantes na Psicologia Social e Comunitária, que defendem(iam): a) empírico e concreto social como fundamentos da prática; b) vida concreta como síntese entre práxis e consciência; c) indivíduo, historicamente situado, com dimensão epistemológica e compreensão qualitativa do fenômeno psicossocial; d) ser humano como produto e produtor da própria história social e individual. (Fátima Quintal)

A proposta desta roda de conversa consiste em um diálogo entre ex-orientandos e participantes do Encontro a fim de rememorar a vivência no período de contato com Sílvia e o método de fazer pesquisa na perspectiva teórico-metodológica defendida por ela, assim como relatar os impactos e decorrências para as suas atuações profissionais e militantes. Como podemos compreender o exercício desta atividade por Sílvia Lane na sua relação com seus orientandos? De que modo ela realizou a orientação e impactou na formação de seus orientandos?

Deste modo, o relato que apresentamos incorpora as contribuições dos participantes da Roda de Conversa. Essa incorporação se dá no texto como produção coletiva e, principalmente, enfatizando trechos da fala de um ou mais participantes.

É importante ressaltar que no capítulo “Sílvia Lane: ensino e pesquisa”, Sousa (2008) traz as experiências e significações de alguns ex-orientandos de Sílvia, cujos relatos expressam como ela era como professora e orientadora. São seis ex-orientandos, sendo que cinco deles diferentes dos que participaram desta Roda, e o que relatam vão ao encontro do que também vivenciamos com Sílvia. Mas, como nos lembra Fátima Quintal, “falar a respeito da professora Dr^a Sílvia Tatiana Maurer Lane não é simples, embora ela se definisse como: *‘uma mulher simples e nada mais que humana’*”.

A ORIENTAÇÃO COMO ATIVIDADE CENTRAL NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Há um consenso entre os autores que produzem e realizam reflexões sobre esta temática de que o principal objetivo da pós-graduação *stricto sensu* é a formação do pesquisador. A partir desse objetivo Saviani (2001, s/p) afirma que “segue-se que o ponto nodal do sistema de pós-graduação reside na questão da orientação.” São vários os autores que concordam com Saviani e enfatizam a importância e o papel da orientação (VIANA, 2008; SEVERINO, 2009; SÁ; PAULA, 2017; MINAYO, 2019).





Minayo (2019) traz para nossa reflexão três premissas básicas para se pensar a orientação na pós-graduação *stricto sensu*. A primeira, diz ela, “orientação é inter-relação entre uma pessoa mais experiente academicamente – não um sabe-tudo – e um estudante que dá início ou continuidade à carreira de pesquisador.” (p. 1). Essa premissa vai ao encontro dos seguintes relatos:

Ela se sentava para assistir à apresentação de um aluno com a mesma disposição e cuidado com que ouvia a exposição de um colega. ... Silvia me indicou para apresentar meu trabalho de extensão universitária com comunidades carentes em um evento da ABRAPSO Regional Sul. (Marquinhos)

Ela era simples, sem qualquer arrogância comum aos acadêmicos. Era muito generosa com seus orientandos, convidando-os para participar de eventos ou escrever algum material conjunto. (Sueli Terezinha)

Embora na maioria das vezes a orientação ocorra individualmente, ela “pode e deve ocorrer, de forma complementar, em sessões grupais, em que professores, orientadores e colegas discutem em conjunto o tema de um estudante.” (MINAYO, 2019, p.1). Em geral, são os conhecidos seminários de dissertação e tese, também citados por Saviani (2001), mas que podem ocorrer nos grupos de pesquisa, formalizados ou não como disciplina.

Uma das experiências mais impactantes, que marcou e ainda marca toda a minha experiência acadêmica, foi a participação no grupo de pesquisa e o modo como ela o conduzia. Era um espaço de estudos onde tínhamos acesso a referências difíceis de encontrar, já que naquele momento não tínhamos internet, ou dificuldades de apropriação teórico-metodológica. Ao mesmo tempo era o lugar de compartilhar nossos projetos e obter a colaboração de Sílvia e dos outros colegas. As ideias circulavam e eram debatidas e respeitadas. Exercitávamos técnicas de análise, buscando coerência entre elas e a teoria. (Sueli Terezinha)

A segunda premissa, segundo Minayo (2019, p. 1), é que, “sendo um ato técnico-profissional, orientar é também uma arte carregada de sentido humano e requer cuidados e precauções.”

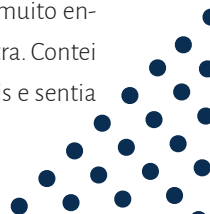
Em 1998, já no final do doutorado, passei por uma situação pessoal delicada, com o surgimento da diabetes em minha filha caçula, Mariana, então com seis anos de idade. Foi necessário me afastar do doutorado para aprender a cuidar da diabetes. Trata-se de uma doença que envolve toda a família. Conversei com Silvia, pois precisava trancar o Curso. Ela foi extremamente compreensiva e combinou comigo que eu ligaria todo mês, para dar notícias de Mariana e do andamento do tratamento. Assim fizemos. (Marquinhos)

Posicionar-se diante do sofrimento do outro e defender um projeto coletivo ligado às necessidades concretas, foram princípios centrais nas atitudes de Silvia Lane. Embora não se denominasse claramente psicóloga comunitária, suas práticas iam ao encontro desses fundamentos epistemológicos. Pioneira na realização dos estágios de psicologia, na graduação, em bairros de periferia e favelas em São Paulo, iniciou um novo fazer psicossocial em contextos comunitários. (Fátima Quintal)

As posturas e práticas de Sílvia, citadas por Marcos e Fátima, se expressavam na sua atividade como orientadora, afetando profundamente a formação de novos professores e pesquisadores.

Por fim, a terceira premissa seria o fato de que “nos estágios de elaboração de monografias, dissertações e teses, as pessoas já se encontram nos níveis mais elevados de sua formação educacional”. Portanto, quando o estudante entra em contato com um professor ou pesquisador para ser orientado, “já é uma pessoa com bagagem acadêmica, conhecimentos e experiências que devem ser reconhecidos e compartilhados, por mais famoso que seja seu supervisor.” (MINAYO, 2019, p. 1)

Fiquei impressionado com Silvia quando a vi. Uma senhora alta, que falava muito bem, muito entusiasmada com a Psicologia Social. Escondi a timidez e fui falar com ela ao final da palestra. Contei que havia começado a lecionar Psicologia Social na Universidade Católica de Minas Gerais e sentia





falta de bibliografia brasileira. Sílvia me indicou alguns textos seus e de outros autores, inclusive um número dos Cadernos da PUC-SP que continha textos de psicólogos do Brasil e da América Latina. Me falou do processo de constituição da ABRAPSO, então em andamento e me convidou para acompanhar as atividades que aconteceriam na Reunião da SBPC de 1980, para a qual estava prevista a Assembleia de fundação da Associação. Aqui já começava um processo de orientação carinhoso e efetivo. Comecei a ler e adotar o que ela havia me indicado, participei da Assembleia de Fundação da ABRAPSO e de um evento sobre Psicologia Social e Grupos na PUC-SP. (Marquinhos)

Viana (2008), em sua pesquisa com 18 orientadores, identificou duas concepções de orientação: “a orientação como ajuda, apoio, guia amigável; e a orientação como trabalho conjunto, parceria, compartilhamento, provocação, autonomia, coautoria, coparticipação, convivência com o orientando.” (p. 97). Para a autora a orientação “é um trabalho conjunto, de coautoria ...” (p. 97). Deste modo, continua a autora, este “deve ser um provocador, alguém que estimule a busca do conhecimento do orientando e o gosto pela pesquisa, que abra espaço para o ‘voo’ do orientando e para este ter autonomia intelectual.” (p. 97).

Célia, apesar da vivência impactante ao lado de Sílvia em seus últimos três meses de vida, compartilha um documento localizado durante o seu doutorado no Arquivo Sílvia Lane do Núcleo de Estudos em História da Psicologia (NEHPSI), coordenado pela professora Maria do Carmo Guedes. É um grande exemplo de como o trabalho de Sílvia como professora e orientadora se realizava no sentido da provocação, compartilhamento e olhar construtivo na relação com seus alunos e orientandos.

Sílvia contribuiu de modo especial com o ensino da Psicologia. A forma de encaminhar os temas e a obsessão por desenvolver nos alunos espírito crítico, para que construíssem conhecimento a partir da prática e não apenas tomando contato com os pensamentos dos diversos autores, foi algo que ela repetiu em diversos artigos.

Em 1998 Sílvia conduz uma experiência na disciplina Processo Grupal, por ela denominada de “O caminho dos sentimentos do grupo- uma experiência de processo grupal registrada pela câmera de vídeo” que, em minha opinião, é única e arrojada. ... A disciplina tinha como prática a observação de grupos diversos pelos alunos. Mas, neste ano, Sílvia propôs que fossem eles, enquanto grupo, o objeto da observação. Gravando as aulas em VT, a dinâmica proposta era na primeira parte da aula os alunos fazerem uma leitura do texto de Martin Baró- Sistema, Grupo y Poder e, na segunda metade, os alunos assistiriam à gravação e discutiriam suas observações a respeito do comportamento do grupo.

Tratava-se, portanto, de uma proposta de estudar o processo grupal a partir da construção “daquele” grupo específico que se construía no decorrer das aulas. Sílvia comenta nas suas conclusões sobre a experiência que foi de fundamental importância para a aprendizagem, o processo vivenciado por eles. No início eram as dúvidas a respeito da tarefa, a inexistência de um grupo que pudesse ser assim denominado, a interação grupal praticamente ausente, mas, aos poucos, o envolvimento de cada aluno com o tema, os conflitos e os afetos foram surgindo ao longo do semestre permitindo a eles o entendimento do que é um processo grupal. Neste ponto, os alunos estavam prontos para analisar a teoria e verificar os pontos comuns entre a teoria e o processo vivido por eles, bem como aqueles pontos que permitiria a eles criticar a teoria.

Os alunos que viveram a experiência e escreveram com Sílvia o relatório final, relataram que foi talvez ao aprendizado mais significativo que vivenciaram em toda sua vida escolar. No momento que tanto se fala a respeito da necessidade de buscar novas metodologias que coloquem o aluno no centro do processo de aprendizagem, me parece que Sílvia estava à frente do seu tempo. (Célia)

A experiência relatada por Célia nos dá a dimensão da ousadia e capacidade de provocação de Sílvia. Sua preocupação constante em garantir a relação teórico-prática e de nos fazer pensar e repensar sobre a pertinência da teoria com a realidade que vivíamos era evidente. Inara complementa:

Sílvia nos explicou que a Psicologia não precisa ser a ciência que adapta os homens à sociedade que os explora e porque as manifestações psicológicas individuais carregam a dor da sociedade desigual. Mudamos nossos entendimentos do que são as relações sociais e da moral que as conduzem [...] (Inara)





Além disso, ela contribuiu na criação de espaços políticos importantes para o avanço de uma Psicologia Social concreta e implicada com as mudanças necessárias na Psicologia e na América Latina, que tinha muitos países, e o Brasil entre eles, sob a ditadura militar até meados da década de 1980.

Como fruto de sua prática encontramos a participação na: criação da ABRAPSO e AVEPSO (Venezuela); manifestação como cidadã e psicóloga social contra o assassinato de Martín-Baró e demais jesuítas de El Salvador, em 16.11.1989; no apoio aos recém-doutores do Programa de Psicologia Social da PUC-SP, para constituírem novos programas de pós-graduação *stricto sensu*, nas suas universidades de origem, o que aconteceu.

Aqueles(as) que tiveram o privilégio de conviver com Silvia Lane vivenciaram a coerência entre pensamento e fazer cotidiano. Assim foi que se opôs, de modo firme, contra o batalhão da polícia, sob as ordens do então governador de SP, que invadiu a PUC ferindo vários estudantes; buscou ajuda e parceria com interlocutores dos movimentos sociais, contribuindo para que a PUC fosse referência de resistência e luta pela cidadania e vida; selou parcerias acadêmicas, também internacionais, no campo das Psicologia Social, Política e Comunitária, e de amizade com Ignacio Martín-Baró, Maritza Montero, Mario Golder, Euclides Sánchez, Denise Jodelet e Serge Moscovici. (Fátima Quintal)

Essa é uma questão fundamental a se tratar quando percebemos muitas mudanças na pós-graduação, principalmente nas duas últimas décadas e as condições objetivas de nosso tempo. No contexto atual, outra questão importante é a existência de muitos relatos de sofrimento psíquico de orientandos de mestrado e doutorado, tendo como um dos motivos geradores o papel que o orientador assume neste processo. (MORAES, 2017).

Os relatos reportam à maneira como se desenvolve o relacionamento entre orientador e orientando, que é determinante para o sucesso ou o fracasso deste durante o mestrado ou o doutorado. Há relatos de pressão exagerada, desvalorização do aluno, ausência de orientação durante períodos longos, carga *de* trabalho frequentemente excessiva, solidão, assédio moral e sexual, humilhação, entre outras. (MORAES, 2017).

Minayo (2019, p. 2) traz alguns dados do blogue *Eu Confesso (Odeio Meu Orientador)* que fortalecem os relatos acima. Sobre a relação orientando-orientador “as principais queixas dizem respeito (a) à arrogância; (b) ao menosprezo; (c) à irresponsabilidade; (d) à impaciência; (e), ao ‘pegar no pé’; e (f) ao ‘não estar nem aí’, ou seja, ao descompromisso”. Segundo a autora, “todas essas situações largamente explicitadas na internet dizem respeito a uma das expressões de violência mais dolorosas nas relações humanas: o assédio moral.”

Neste contexto os alunos entrevistados pela Folha de São Paulo remetem à ideação de suicídio, síndrome de pânico e de ansiedade e depressão. (MORAES, 2017)

Parece-nos que muito do que se apresenta nos relatos dos estudantes tem relação direta com o modelo produtivista que a pós-graduação *stricto sensu* assumiu. Viana (2008, p. 94) comenta que a reestruturação do capital “impõe a política de Estado mínimo reduzindo o caráter público da atividade social, e a educação passa a ser tratada como uma mercadoria”. Assim, torna-se “um serviço, um bem de consumo disputado e vendido no mercado, em estreita sintonia com os padrões de uma racionalidade produtivista, deixando de ser um direito do cidadão.”, submetendo-se, portanto, “ao atendimento dos desejos da acumulação capitalista, acolhendo a privatização, o aligeiramento e a fragmentação da formação docente, consoante com a desvalorização do profissional da educação”.

As vivências de orientandos na pós-graduação entre as décadas de 1970 e 1990, período em que a grande maioria das orientações de Sílvia ocorreu, são semelhantes, mas ao mesmo tempo, muitos diferentes das experienciadas nos dias de hoje. Naquele contexto histórico as pressões por produtividade eram ainda incipientes, e o processo de criação e desenvolvimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil “se deu de forma mais ou menos espontânea sendo que, via de regra, havia a tendência por parte dos orientadores de supor previamente nos orientandos um grau de autonomia, de discernimento e capacidade de identificação de problemas de pesquisa [...]” (SAVIANI, 2001, s/p), trazendo de certo modo maior liberdade para a escolha do tema e a formulação do problema de pesquisa.

Observa-se, também, que os relatos de ex-orientandos, tanto os dessa roda de conversa, quanto os entrevistados por Sousa (2008), só remetem a aspectos muito positivos de suas relações com Sílvia. Sua orientação e ensinamentos foram completamente na contramão do que vimos sobre sofrimento psíquico provocado pela relação orientando-orientador, como relata Marcos Vieira:





A partir daí convivi cotidianamente com a Sílvia Professora e Orientadora, em um processo extremamente afetivo. Sílvia sempre foi exigente, mas cuidadosa e carinhosa no trabalho de orientar. As aulas eram sempre agradáveis e Sílvia sempre entusiasmada com nossas atividades. ... Embora já aposentado, continuo trabalhando com Práticas Grupais e Psicologia Comunitária, lembrando-me cotidianamente da feliz e rica convivência com Sílvia. (Marquinhos)

Ao assumir essa atividade “o orientador experimenta diversos desafios tanto didático-pedagógicos, quanto dialógico-afetivos.” (SÁ; PAULA, 2017, p.107). Esse contato pode gerar muitos projetos compartilhados.

Em Mato Grosso do Sul somos uma geração à qual Sílvia Lane ensinou a sua Psicologia Social e muitos de nós a praticamos desde seu curso de especialização (1988–1989), até agora. Enquanto outros, hoje a negam. (Inara)

Para Severino (2009, p.21) as relações entre o orientador e orientando “devem ser entendidas como um processo de construção solidária, num intercâmbio de experiências que se encontram em fases diferentes”. Certamente, segundo ele, “trata-se de um relacionamento que, pela sua duração e intensidade, é atravessado por momentos delicados de convivência humana”. Esse processo pode implicar em momentos de tensão, de conflito, de equilíbrio, de harmonia. “Nesse sentido, o respeito às diferenças torna-se uma condição fundamental para a qualidade da relação, para o sucesso do trabalho e para a superação de conflitos que possam se apresentar no decorrer do processo.” (VIANA; VEIGA, 2010, p. 223).

Ela era assim, tinha um enorme poder de articulação entre as pessoas que conhecia e chamava todos para as atividades da ABRAPSO. Durante os anos que se seguiram participei de muitos encontros da Associação e de muitas conversas, cafés e jantares com Sílvia, Fátima Quintal, Ângela Caniato, Sueli Terezinha e outros colegas da ABRAPSO. As conversas com Sílvia eram sempre muito instigantes e provocadoras. (Marquinhos)

Fiz o mestrado e o doutorado com a orientação da Sílvia e as agradáveis experiências e intenso aprendizado ocorreram o tempo todo, nas mais diferentes atividades realizadas durante esse período, em disciplinas cursadas, orientações individuais, participação e organização em eventos, em situações mais informais etc., formando um forte vínculo que ultrapassou os limites acadêmicos. Entre o primeiro contato que tive com Sílvia em 1977 e a defesa do doutorado em 1994 pude vivenciar muitas experiências gratificantes com ela. Foi um período longo e intenso, de muita aprendizagem, muitas trocas e desafios compartilhados em alguns momentos. Ela participou de vários eventos que fizemos pelo Núcleo Bauru da ABRAPSO. (Sueli Terezinha)

Podemos finalizar com a síntese de Minayo (2019, p. 3): “a orientação é uma atividade profissional e relacional em que o orientando, pedagogicamente, deve ser reconhecido como produtor e participante ativo de conhecimento. Caso contrário, a tarefa do orientador se torna um ato de violência intersubjetiva”. E, acrescenta, que “no momento histórico contemporâneo, esse trabalho profissional é de uma responsabilidade incontestável, pois ele repercute no desenvolvimento intelectual, cultural, social e econômico não só dos orientandos, mas também do país.”

No caso de Sílvia, podemos afirmar que o conjunto do seu trabalho como professora/orientadora provocou mudanças teórico-práticas significativas no campo da Psicologia Social brasileira e latino-americana, com o foco na realidade social e nas necessidades mais urgentes da população sob exploração e opressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar da Sílvia Lane professora, orientadora e militante realmente não é uma tarefa fácil, mobiliza muitas lembranças e afetos. A saudade sempre se manifesta. Porém, ao falar de nossas experiências pudemos trazer um pouco do que vivemos e sentimos e, ao mesmo tempo, trouxemos a memória de como ela era nas suas relações cotidianas e seu papel na constituição da Psicologia Social e Comunitária latino-americana, e o impacto que





teve nos desdobramentos de nossas práticas enquanto psicólogos sociais e cidadãos. Acreditamos que com isso podemos contribuir para manter sua história e seu legado vivos para gerações que não tiveram o privilégio de conviver com ela.

Concordamos com Fátima quando conclui que, “tentar fazê-lo significa uma necessária responsabilidade para com sua memória, com sua trajetória e com tudo o que nos proporcionou e nos ensinou a fazer. Essa foi a intenção, aqui colocada”.

REFERÊNCIAS

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Orientação de mestrandos e doutorandos como atividade profissional. **Cad. Saúde Pública**, v.35, n. 10, p.1-4, out. 2019. *In*: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019001200301&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19/10/2019.

MORAES, Fernando Tadeu. Estudantes de mestrado e doutorado relatam suas dores na pós-graduação. **Folha de S. Paulo**, 18-12-2017. *In*: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/12/1943862-estudantes-de-mestrado-e-doutorado-relatam-suas-dores-na-pos-graduacao.shtml>. Acesso em: 15/10/2019.

SÁ, Rosilene Moreira C. de; PAULA, Cláudio Paixão A. de. Compartilhamento de conhecimento na orientação acadêmica: a perspectiva de orientadores. **Prisma.Com**, n.34, p. 105-126, 2017. *In*: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prisma.com/article/view/3179>. Acesso em: 15/10/2019.

SAVIANI, Demerval. **A pós-graduação em educação no Brasil**: pensando o problema da orientação. *In*: <https://www.fe.unicamp.br/dermeval/texto2001-3.html>. Acesso em 15/10/2019.

SEVERINO, Antônio J. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 13-27, jan./abr. 2009. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3640>. Acesso em: 17/10/2019.

SOUSA, E.A. **Sílvia Tatiane Maurer Lane**: dissertações e teses orientadas no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social na PUC SP - uma contribuição aos estudos sobre a psicologia social no Brasil. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. *In*: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17269>. Acesso em: 14/10/2019.

VIANA, Cleide Maria Q. Q. A relação orientador-orientando na pós-graduação stricto sensu.

Linhas Críticas, v. 14, n. 26, p. 93-109, enero-junio, 2008. *In*: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3430/3116>. Acesso em: 14/10/2019.

VIANA, Cleide Maria Q.Q.; VEIGA, Ilma Passos A. O diálogo acadêmico entre orientadores e orientados. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 222-226, set./dez. 2010. *In*: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8079>. Acesso em: 14/10/2019.





EPISTEMOLOGIA E FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA SOCIAL: EXPERIÊNCIAS DO GRUPO DE TRABALHO DO NÚCLEO ABRAPSO-BH

Craig Downie Dunbar⁷

Leandro Paulino Silva⁸

Vilmar Pereira de Oliveira⁹

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste documento é apresentar através do relato dos participantes do Grupo de Trabalho (GT) *Epistemologias e Fundamentos da Psicologia Social - ABRAPSO Núcleo Belo Horizonte - MG* que existe desde o dia 11 de dezembro de 2012 e também mostrar o seu principal objetivo que é estudar as Bases Filosóficas que fundamentam as ciências sociais com a proposta de facilitar a compreensão da complexa variedade de correntes teóricas existentes no campo da Psicologia, portanto, na(s) Psicologia(s) Social(ais), considerando que as principais áreas da filosofia, a saber, *a ontologia, a epistemologia, a lógica, a ética e a estética*, por vezes, não estão explícitas nas construções teóricas, tampouco na realização das práticas acadêmicas e profissionais.

A partir da discussão dessa fundamental questão, através do diálogo entre seus participantes, o GT também aborda temas e práticas de relevância social nos âmbitos econômico, político, moral e questões psicossociais contemporâneas, por exemplo, a violência, o preconceito, o fundamentalismo, a afetividade, a linguagem e a produção de sentido, a relação comunidade e libertação, os saberes da experiência e os saberes acadêmicos, além de trazer à tona teorias das Psicologias que não são enfatizadas ou não abordadas, atualmente, na academia. Para o alcance de tal proposta a organização do GT se dá em encontros de estudos regulares e ciclos de seminários que reúnem estudantes, professores, profissionais e demais interessados na área.

7 Mestre em Linguística, Universidade de Surrey; Coordenador do GT de Epistemologia e Fundamentos da Psicologia Social-ABRAPSO - Núcleo BH.craignaya@gmail.com

8 Graduado em psicologia pela PUC Minas. Experiência profissional em Política Pública Social - Alta Complexidade da Assistência Social. Organizador e palestrante do GT de Epistemologia e Fundamentos da Psicologia Social-ABRAPSO - Núcleo BH. leandro.paulino.psi@gmail.com

9 Doutorando em Psicologia, UFMG; Professor na Faculdade de Psicologia da PUC Minas. Organizador e palestrante do GT de Epistemologia e Fundamentos da Psicologia Social-ABRAPSO - Núcleo BH. psi.vilmar@gmail.com



2 A FILOSOFIA E A PSICOLOGIA SOCIAL

O título do GT, “Epistemologia e Fundamentos da Psicologia Social” indica a opção de estudar os fundamentos da psicologia social diretamente, e também por meio dos princípios ainda mais fundamentais da filosofia. O termo “epistemologia” foi usado, porque aparece na literatura e discursos com frequência como sinônimo de “filosofia”, embora constitua apenas uma das cinco áreas principais da filosofia: ontologia, epistemologia, lógica, ética, e estética, e os nossos estudos são orientados por conceitos oriundos dessas cinco áreas.

A vantagem de usar a filosofia deve-se à sua natureza singular como disciplina em relação às ciências sociais. Uma não substitui a outra, e tampouco existe um grau de subordinação entre elas. A filosofia guarda uma relação distinta devido ao seu objeto de estudo. Enquanto nas ciências sociais usa-se do pensamento para procurar entender o objeto de estudo de cada um, na filosofia estuda-se o próprio pensamento, ou seja, as ciências sociais procuram conhecimento dos fenômenos relacionados à sua área de estudo, enquanto a filosofia enfoca o próprio conhecimento.

Decorrente dessa qualidade especial da filosofia, ela é lida com princípios tão básicos que não há outros mais primários. A ontologia estuda a natureza da existência, a epistemologia a natureza do conhecimento, a lógica a natureza do raciocínio, a ética a natureza do bem e do mal, e a estética a natureza do belo e o útil, embora seja importante ressaltar que na prática da análise social essas cinco áreas se interagem de maneira complexa. Tal característica faz da filosofia uma ferramenta superlativa para analisar quaisquer outras teorias psicossociais, pois permite distinguir as suas características essenciais e discriminar com precisão as semelhanças e diferenças primordiais entre elas.

Porém, surge um problema quando se trata de usar a filosofia para entender os fundamentos da psicologia social: a noção amplamente difundida que, diferentemente da psicologia social, a filosofia falta relevância prática, porque é repleta de diálogos e debates sobre assuntos abstratos, não relevantes à realidade social. Na verdade, a psicologia social possui uma afinidade evidente com a filosofia, já que ambas as disciplinas têm como objeto em comum o estudo da interação do sujeito e o objeto mediante a atividade. A psicologia social estende os estudos mais abstratos e gerais da filosofia a situações mais concretas e específicas levando a um enriquecimento de ambas. Portanto, a filosofia e a ciência social, e por conseguinte a psicologia, se complementam perfeitamente.

Além disso, mesmo na psicologia social, nem a prática só, e tampouco a teoria produzem resultados satisfatórios, visto que a prática sem teoria leva a excessiva dependência da experiência individual, e a teoria sem a prática produz ideias divorciadas da realidade. O equilíbrio produtivo se encontra na influência mútua entre teoria e prática.

Uma vez superado esse equívoco, porém, há outro problema que dificulta a compreensão e uso da filosofia para analisar a psicologia social: a filosofia possui vasto corpo de ideias de grande complexidade expresso em linguagem acadêmica e, frequentemente, idiossincrática. Se adotar uma abordagem empírica para resolver esse problema quantitativo e qualitativo de **conteúdo complexo e forma especial**, enfrenta-se grandes problemas devido à dificuldade de isolar, entre a imensa quantidade de itens, as que merecem atenção, e que podem ser usados para avaliar tanto as teorias filosóficas, quanto as teorias da psicologia social.

Contudo, há uma solução para este problema. Ao invés de seguir o caminho dos **fatos**, utiliza-se a **teoria** para diferenciar o essencial do superficial, permitindo assim a determinação das diferenças e semelhanças realmente significativas entre as ideias e teorias filosóficas e a identificação do conteúdo que é necessário para a sua compreensão.

Para tanto usa-se uma **matriz composta de quatro correntes filosóficas fundamentais**, que possibilita a localização de cada filósofo ou ideia filosófica num determinado lugar dentro dela. Desta maneira, ao compreender o conteúdo mais essencial das teorias filosóficas, é possível evitar a dupla confusão de excesso de questões e respostas (e também filósofos!) e a complexidade superficial gerada pela apresentação das mesmas ideias em linguagem diferente. Logo, utilizar a matriz resolve **os problemas de forma e conteúdo**.





É preciso enfatizar que não há intenção de apresentar a matriz como substituto para a necessária tarefa de fazer um estudo mais aprofundado da filosofia, e sim, facilitar este trabalho pelo fornecimento de princípios e conceitos fundamentais, que constituirão uma ferramenta que simplifica a disciplina sem distorcê-la.

Isso é possível, porque as informações mais “essenciais” ou “fundamentais” são mais abrangentes, assim exercendo uma influência determinante sobre as ideias mais superficiais e detalhadas, de tal forma que a resposta a uma questão essencial já fornece a resposta a inúmeras questões superficiais, produzindo uma simplificação dos dados a serem analisados.

Como a vida real não se submete a descrições completamente fechadas, existiria o risco de não contemplar exceções, mas o fato que a matriz trata de elementos absolutamente básicos faz com que ela possa servir para identificar exceções mais facilmente e com mais clareza.

A mesma matriz permite identificar os traços ontológicos, epistemológicos, lógicos, éticos e estéticos das teorias da psicologia social, o que permite a compreensão das suas características essenciais e a comparação entre elas, assim possibilitando uma escolha real da teoria ou teorias que o psicólogo deseja usar na sua prática social, desde que o conceito de escolha pressupõe o conhecimento das alternativas, e sem o qual, ao invés da pessoa escolher a teoria, é a teoria que “escolha” a pessoa.

Alinhado com esse princípio, os estudos e temas escolhidos pelo GT para análise, revela a natureza básica das diferentes interpretações filosóficas e psicossociais evidenciando que os diferentes entendimentos entre os participantes acerca das perspectivas teóricas alimentam diálogos e debates para realização de uma consulta detalhada e complexa, portanto evitando a sobreposição de um saber sobre o outro levando ao respeito de todas as visões de mundo e escolha teórica de cada um.

2.1 PRÁTICAS E TEMAS APRESENTADOS

Após apresentar a conteúdo fundador do GT passamos para a apresentação dos estudos e práticas oriundas dos trabalhos realizados. Vale ressaltar que os temas são propostos a partir de demandas de qualquer participante do Grupo de Trabalho e em diálogo democrático são definidos para estudos que às vezes os próprios participantes se encarregam da pesquisa bibliográfica e apresentação e em outras oportunidades estudiosos(as) ou responsáveis por alguma prática em pauta (externos(as) ao GT) são convidados(as) para participação em nossos seminários.

2.1.1 O GT EM CONSTRUÇÃO: PRÁTICAS INICIAIS

Durante os dois primeiros anos de estabelecimento do GT nossos estudos abrangeram um leque amplo de tópicos de acordo com os interesses mais imediatos. Entre os assuntos analisados se encontraram: a psicologia social e suas relações com a psicologia e as ciências sociais (relativismo, subjetivismo, objetivismo e outras tendências); psicologia social: senso comum, ciência e relações de poder (ideologia, desigualdades, inclusão/exclusão); a relação sujeito - sociedade: subjetividade, grupos, organizações e instituições; pesquisa, intervenção e mudança social; fundamentalismo e tratando dos tópicos de (1) a diferença entre “fundamentalismo” e “fundamentos do pensamento”; (2) Instâncias sociais e históricas de fundamentalismo; (3) Tolerância e solidariedade; (4) O caso Marco Feliciano.

2.1.2 PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA SOCIAL-SOCIEDADE, SER HUMANO SOCIAL E LINGUAGEM

No primeiro semestre de 2015 ensaiamos a primeira tentativa de apresentar a análise das teorias da psicologia social por meio da filosofia com base em um tema central: “Perspectivas da Psicologia Social-Sociedade, ser humano social e linguagem” organizada em uma série de reuniões, cada uma enfocando um aspecto do tópico principal, a ver: (1) A psicologia social e a origem da sociedade - I; (2) A psicologia social e a origem da sociedade - II; (3) A psicologia social e a origem do ser humano social - I; (4) A psicologia social e a origem do ser humano social - II; (5) A psicologia social e a origem da linguagem.





Foram discutidas interpretações ontológicas e epistemológicas opostas a respeito da origem da espécie humana e a sociedade e a linguagem, que também passaram por teorias biológicas, antropológicas, teológicas e psicossociais, com certo enfoque nas diferenças entre as teorias religiosas e científicas.

As reuniões eram abertas aos estudantes da PUC Minas -São Gabriel, o principal local das nossas atividades, mas divulgadas em diversas instituições de ensino na área da Grande Belo Horizonte, e que contaram com a presença de alguns professores e profissionais da psicologia social e de outras áreas de trabalho.

A partir dessa experiência, decidimos organizar as nossas atividades de maneira a ter reuniões de estudos abertas a todas as categorias acima mencionadas durante os primeiros semestres de cada ano, dedicando algumas reuniões iniciais a discussões a respeito o tema a ser estudado e, no segundo semestre, organizar ciclos de seminários ainda mais estruturados e com palestrantes do GT e palestrantes convidados de instituições de ensino e os movimentos sociais.

Ao fim das atividades deste ano, levantou-se o interesse do grupo em debater, durante no ano de 2016 temas pertinentes ao afeto e à violência, eleitos no intuito de tentar compreender a problemática da redução da maioria civil, discutida em âmbito nacional. Durante este ano também contemplamos na pauta o interesse de desvendar as vicissitudes do estruturalismo e do pós-estruturalismo enquanto vertentes epistemológicas, a fim de compreender e localizar melhor as obras dos autores referenciados como representantes dessas vertentes e das duas contribuições.

2.1.3 CICLO DE SEMINÁRIOS: MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

Ainda como reflexo da organização proposta, em 2017 foi organizado um ciclo de seminários analisando o tema: “Modernidade, Pós-Modernidade e a Psicologia Social Crítica”:(1) Modernidade e Pós-Modernidade - O contexto histórico, social e filosófico das teorias; (2) Representações Sociais (*Serge Moscovici e outros*); (3) Repertórios Interpretativas (*Bernardo Medrado e outros*); (4) Construcionismo Social (*Kenneth Gergen e outros*); (5) Continuidades e/ou Descontinuidades - Esclarecimento e consolidação de conceitos e polêmicas levantadas nas reuniões anteriores.

A relevância dessas discussões correspondia a demanda identificada entre os componentes do grupo de compreender a o significado dos termos “modernidade” e “pós-modernidade”, e dos conceitos de estruturação das sociedades e da produção científica localizada em cada período, bem como entender as evidências para continuidades, transformações e rupturas ocorridas entre eles. Além da costumeira análise filosófica, foram analisadas em sequência as três teorias acima listadas, sendo que a primeira é identificada como pertencente, ou à modernidade, ou a pós-modernidade, e as outras como teorias explicitamente pós-modernas. Assim foi possível verificar a presença das características ontológicas, epistemológicas e lógicas nessas teorias, e, a partir disso tentar chegar a conclusões sobre a questão de continuidade ou ruptura entre os dois períodos sob análise e ao mesmo tempo compreender melhor as próprias teorias.

Foi concluído de um lado que há clara ruptura entre os ideais de uma sociedade que se orientava pela ideia de um mundo estável (ordem, progresso, verdade, razão, objetividade etc.) ora pela flexibilização de determinada crença, passando a perceber o mundo como um lugar contingente e diverso, enquanto do outro lado, uma clara continuidade, sendo que percebe-se a presença do princípio ontológico da inexistência da realidade objetiva, o princípio epistemológico do empirismo subjetivista presentes na filosofia da modernidade.

Está análise foi importante para compreendermos como cada uma dessas teorias foi construída e como hoje emerge o imperativo de fazermos leituras e aplicações críticas sobre elas.

2.1.4 CICLO DE SEMINÁRIOS: PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA E EPISTEMOLOGIAS DE RESISTÊNCIA

A partir dos debates realizados durante o ano de 2017, demos sequência às discussões a respeito do pensamento social, considerando dois dos principais conceitos desse tópico: a ideologia e o imaginário social no intuito de compreender o comportamento social e as relações humanas Tínhamos ainda o objetivo de refletir





sobre a forma como as pessoas interpretam, compreendem e enxergam o mundo e o que acontece a sua volta e com elas mesmas.

Assim, o grupo avaliou ser interessante reforçar algumas discussões de cunho mais puramente epistemológico elegendo como pauta para o ano de 2018 o que convencionou-se nomear de “Epistemologias de Resistência”. Trata-se de um sintagma “guarda-chuva”, proposto por nós para ponderar o contraste entre a análise da colonização do conhecimento vinculado à crítica moderna do capitalismo e à crítica pós-moderna valorizando o reconhecimento de cosmovisões, modos de pensar e de intervir diante da realidade fora do eixo capitalista Europa-Estados Unidos, fazendo frente aos processos de colonização

Neste rol, elaboramos acerca da Epistemologia da Ideologia clássica e das ditas Epistemologias do Sul, das Epistemologias Negras, e das Epistemologias Feministas. Não obstante, na ocasião, para estabelecer um eixo para as discussões deu-se mais atenção ao estudo das Epistemologias Decoloniais ou Descoloniais, entendendo estas como um movimento que permite articular as produções das diversas Epistemologias contra-hegêmônicas listadas.

Permeou os diálogos realizados o questionamento da legitimidade da história europeia (a respeito da humanidade e conseqüentemente da ciência) como História Universal, e a problematização do conhecimento, ou como consequência da expansão do capitalismo europeia, ou da dominação do ideário eurocentrado.

Através disso, foi possível debater termos tais como o classismo, o racismo e as opressões sofridas pelas mulheres e pela população LGBT, denotando a importância de se arquitetar perspectivas cada vez mais abrangentes e emancipatórias. Reiteramos, deste modo, a urgência de um movimento de libertação, reconhecimento e desenvolvimento de conhecimentos locais aplicáveis às práticas e aos estudos psicossociais.

As epistemologias de resistência contribuem então com o desenvolvimento de Psicologia Sociais que ousam se autodeclarar críticas, pois orientam a análise das relações de poder em torno do conhecimento científico e para conceitualizações da mudança social através do reposicionamento de sujeitos dentro das relações de poder existentes e para a leitura de formas de desigualdade e diversidades.

2.1.5 CICLO DE SEMINÁRIOS: A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA E A ÉTICA

Já consolidada a maneira de organizar as nossas reuniões, no ano de 2019, no primeiro semestre, decidimos fazer pesquisas bibliográficas e apresentar temas selecionados: (1) A Filosofia Moral; As Origens Psicossociais da Ética; A Psicologia Moral – Kohlberg e desenvolvimento de conceitos éticos; (1) Os afetos e a Psicologia Moral-Subsídios em Wallon, Vigotski e Freud; (3) A dissonância cognitiva de Leon Festinger - Sufrágio: conflito e consenso na escolha do presidente da república no contexto eleitoral brasileiro em 2018, e suas implicações éticas. (4) Diálogos sobre abolicionismo, encarceramento em massa e ética em Psicologia. Em consequência de tais estudos o Ciclo de seminário no segundo semestre, entre participantes do GT e convidados palestrantes, tratou dos seguintes temas: (1) A importância do abolicionismo para o Brasil na situação atual; (2) O papel das emoções nas escolhas ético-políticas nas perspectivas de Jean Piaget, Henri Wallon e Lev Vigotski; (3) A filosofia moral e a psicologia moral.

3 CONSIDERAÇÕES

Com tais trabalhos, o GT promove a discussão de saberes científicos e filosóficos (heterogêneos) inseridos na Psicologia Social com o intuito de colocar em xeque tudo aquilo que colabora para a desqualificação de determinados grupos, seus saberes e identidades, processo esse que ameaça à democracia e leva às desigualdades sociais, e que compromete o desenvolvimento da humanidade, da ciência e, conseqüentemente, da(s) psicologia(s) social(ais).

Assim, é mister salientar a diversidade de discussões e temáticas abordadas pelo grupo. Contudo, é importante colocar que dentro do GT coexistem perspectivas distintas da psicologia social, o que se materializa pelas diferentes orientações e preferências teóricas de seus membros, aspecto que certamente amplia a riqueza dos debates realizados. Não obstante, também é preciso colocar que apesar de não nos constituirmos como um grupo homogêneo, nos reunimos em torno de um compromisso comum: ajudar a contribuir com o desenvolvimento da psicologia social brasileira.



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL - ABRAPSO NÚCLEO BH. **Perspectivas da Psicologia Social-Sociedade, ser humano social e linguagem.** Grupo de Trabalho: Epistemologia e fundamento da Psicologia Social. Belo Horizonte, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL - ABRAPSO NÚCLEO BH. **Ciclo de seminários: Modernidade, Pós-Modernidade e a Psicologia Social Crítica.** Grupo de Trabalho: Epistemologia e fundamento da Psicologia Social. Belo Horizonte, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL - ABRAPSO NÚCLEO BH. **Ciclo de seminários: Psicologia Social Crítica e Epistemologias de Resistência.** Grupo de Trabalho: Epistemologia e fundamento da Psicologia Social. Belo Horizonte, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL - ABRAPSO NÚCLEO BH. **Ciclo de seminários: A Psicologia Social Crítica e a Ética.** Grupo de Trabalho: Epistemologia e fundamento da Psicologia Social. Belo Horizonte, 2019.



FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSO): UMA HISTÓRIA DE INDIGNAÇÃO E ENFRENTAMENTOS

Cecília Pescatore Alves¹⁰

Bronia Liebesny¹¹

Genaro Ieno Neto¹²

Luiz Humberto Sivieri¹³

Marcos Vieira Silva¹⁴

Sueli Terezinha Ferrero Martin¹⁵

Wanderley Codo¹⁶

INTRODUÇÃO

Refletir acerca da fundação da ABRAPSO exige a rememoração de alguns fatos significativos a respeito da história da psicologia social. Segundo FAAR (2002, p.28) “a psicologia social que se desenvolveu como um fenômeno especificamente americano na era moderna” - fim da segunda guerra mundial - “é uma forma psicológica de psicologia social”. Gestada no positivismo, esta psicologia se instituiu “como a forma dominante da psicologia social nos EUA, também no mundo de fala inglesa”. Essa era da psicologia social sofre forte influência da ciência

10 Psicóloga, mestre e doutora (Psicologia Social) pela PUCSP. Professora da PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Identidade Metamorfose (NEPIM). Presidente da ABRAPSO (gestão: 2000-2001) e vice-presidente em três gestões. E-mail: cpescatore@uol.com.br

11 . Psicóloga, mestre e doutora (Psicologia Social) pela PUC-SP; foi professora Curso de Psicologia da PUC-SP; Socio-fundador da ABRAPSO. E-mail: liebesny@hotmail.com

12 Graduação em Psicologia (PUCSP), Especialização em Políticas Públicas, Mestre em Serviço Social e Doutor em Sociologia Rural pela UFPB, Prof. Aposentado da Universidade Federal da Paraíba. Sócio Fundador da ABRAPSO. E-mail: gieno@uol.com.br,

13 Psicólogo; especialização em Psicologia do Trabalho (ISS/SP) e Higiene do Trabalho (FCMSC-SP/FSP-USP); mestre (Psicologia Social) pela PUC/SP professor na Universidade de Mogi das Cruzes. Sócio fundador da ABRAPSO. E-mail: sivierilh@uol.com.br

14 Doutor (Psicologia Social) pela PUC-SP. Professor Associado IV, aposentado, da UFSJ. Coordenador do GT Psicologia Comunitária da ANPEPP. Pesquisador fundador do LAPIP - Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da UFSJ. Sócio Fundador e membro de várias gestões locais, Regionais e Nacionais da ABRAPSO. E-mail: mvsilva@ufsj.edu.br

15 Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP; docente da Faculdade de Medicina, UNESP-Botucatu. Coord. do Grupo de Estudos e Pesquisas “Psicologia Histórico-Cultural e Saúde Coletiva”. Participa do Núcleo Cuesta da ABRAPSO. E-mail: suelitmartin@gmail.com

16 . Mestre (Psicobiologia) pela UNIFESP; Doutor (Psicologia Social) pela PUCSP. Autor de 33 artigos e 14 capítulos de livros. Atualmente professor titular aposentado da UnB. Sócio fundador da ABRAPSO. E-mail: wandcodo@gmail.com



cognitiva (fenomenologia), nomeada de forma sociológica. Contudo é o positivismo que possibilita a emergência da psicologia social como uma ciência experimental. As universidades da América Latina são fortemente influenciadas pela forma psicológica dominante de psicologia social dos EUA. LANE (1992, p.10-11) sintetiza as derivações dessa influência:

A euforia deste ramo científico denominado Psicologia Social dura relativamente pouco, pois sua eficácia começa a ser questionada em meados da década de 60, quando as análises críticas apontavam para uma “crise” do conhecimento psicossocial que não conseguiria intervir nem explicar, muito menos prever comportamentos sociais.

A fundação da ABRAPSO tem sua gênese, seguramente, a partir do questionamento sobre a eficácia da Psicologia Social, e seu marco num contexto de repressão política, quando um grupo de psicólogos e profissionais de áreas afins, brasileiros e latino-americanos teciam críticas à produção de conhecimento e à atuação da psicologia deslocada da realidade vivida.

Na França e Inglaterra, um movimento se inicia, fundamentado na “crítica ao positivismo que, em nome da objetividade perde o ser humano” (LANE, 1992, P:11). Esse processo de crítica e construção de diferentes espaços de produção da Psicologia Social se deu em um contexto e conjuntura política ditatorial que, entre 1960 e 1980, em vários países latino-americanos (Venezuela, Cuba, Chile, México, Brasil, El Salvador), levou vários psicólogos a desencadear um movimento crítico, no sentido de questionar a prática da psicologia em sua relação de dependência aos modelos dos países desenvolvidos. Essa crítica visava construir uma Psicologia que levasse em consideração as particularidades nacionais e o momento histórico pelo qual passavam esses países. Além disso, esse movimento questiona o distanciamento existente entre teoria e prática. (MARTIN; ALVES, 2017, pp. 65 e 66)

Segundo LANE (1992, p. 13) “Caberia à Psicologia Social recuperar o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade - apenas este conhecimento nos permitiria compreender o homem enquanto produtor da história.” Essa concepção epistêmica deu sustentação ao surgimento da atuação da psicologia social comunitária na década de 1970.

Vale ressaltar que, o movimento da psicologia social não era o único que vinha se estruturando. Alguns movimentos no final da década de 1960 e toda a década de 1970 estiveram ativos: Movimento do Custo de Vida, Movimento por escolas e creches, saneamento básico, movimento das mulheres etc.

Com o objetivo de iniciar as comemorações de 40 anos da ABRAPSO organizamos uma roda de conversa, juntamente com psicólogos sociais participantes do processo da sua fundação. E foi a partir das narrativas sobre as memórias das experiências e vivências destes sócios, sobre o contexto que permeou a fundação da associação, assim como as decorrências nascidas a partir desta vinculação, que se construiu o presente artigo.

FUNDAÇÃO DA ABRAPSO: CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO NACIONAL E INTERNACIONAL

Ao relatar suas memórias sobre o momento da fundação da ABRAPSO, Wanderley Codo, retoma o contexto político vivido na sociedade brasileira naquela época: No dia 10 de julho de 1980 na UERJ, dentro de uma reunião da SBPC, foi fundada a ABRAPSO, uma diretoria provisória, composta apenas de uma presidenta, Silvia Lane e um conselho, do qual eu fazia parte, a oficialização da ABRAPSO viria a ocorrer em 1983, com a ata registrada em cartório e uma diretoria completa eleita.

Em 10 de fevereiro de 1980, fundou-se o PT, e a CUT, embalado pela greve dos metalúrgicos, também em 80, no mesmo ano se extinguiu o bipartidarismo, em 1983 iniciou-se a campanha pelas diretas já. Ao término do mandato de Geisel, em 1979, a sociedade brasileira tinha sofrido muitas transformações. A repressão havia diminuído; as oposições políticas, o movimento estudantil e os movimentos sociais começaram a se reorganizar.

Em 1978, o presidente revogou o AI-5 e restaurou o habeas corpus e, no ano seguinte, conseguiu fazer seu sucessor na figura do general João Baptista de Oliveira Figueiredo (PDS). Figueiredo foi o último general presidente (1979-1985), encerrando o período da ditadura militar, que durou mais de duas décadas. O general acelerou o processo de liberalização política e, em seu governo houve a aprovação da Lei da Anistia, que permitiu o retorno ao país de milhares de exilados políticos.





A criação da ABRAPSO faz parte deste estonteante movimento pela redemocratização do país, organizava entre os psicólogos sociais assim como se organizava o conjunto da sociedade; UNE, CUT, PT, os movimentos das forças progressistas da sociedade pululavam por todos os cantos.

Figueiredo, o último general da ditadura anunciava que “é para abrir mesmo, Quem for contra a abertura, eu prendo e arrebento.” Geisel havia iniciado o que chamou de ‘abertura lenta, gradual e segura’, em 79 promulgou a lei da anistia, revogou o AI5 e com ele a censura prévia e restaurando o habeas corpus, entregou o governo em 1979 para João Figueiredo, um candidato que ele mesmo escolheu e de certa maneira forjou. Os setores radicais, linha dura entre os militares, tendo perdido a batalha pela sucessão presidencial se lançaram em atos terroristas, dos quais o mais emblemático foi no Riocentro, uma bomba destinada a matar algo em torno a 20.000 pessoas se não explodisse no colo do sargento do DOI-CODI.

A narrativa de Luiz Humberto, também nos remete ao contexto social e político, mas coloca em destaque acontecimentos nacionais e internacionais ocorridos no ano de 1980.

Ano bissexto, declarado pela ONU como o “Ano Internacional da Ecologia, foi um ano marcado por alguns fatos com repercussão internacional e nacional: ocorre a primeira videoconferência da história das telecomunicações, Estados Unidos boicotam os Jogos Olímpicos de Moscou por motivos políticos, John Lennon, é assassinado em Nova York, o arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer cria o Memorial JK (Juscelino Kubitschek), acontece a fundação do Partido dos Trabalhadores e a aprovação, pelo Congresso Nacional, da emenda constitucional que restabelece eleições diretas para governadores dos Estados e do Distrito Federal. O ano 1980 foi, sobretudo, o momento das lutas pela democratização do país, ano em que os brasileiros intensificaram as manifestações políticas, ocupando as ruas para protestar contra a inflação, os preços altos, os salários baixos.

Este período foi marcado principalmente pela reorganização partidária, dos sindicatos, dos servidores públicos, professores e trabalhadores em geral. Neste contexto o nascimento da ABRAPSO foi marcado por luta e enfrentamento. Nas palavras de Wanderley podemos identificar o embate: No andar de cima, no poder militar, e no andar de baixo, o povo até então calado pela força das armas, esboroava-se a ditadura, surgia célere e feliz a redemocratização do país. A ABRAPSO era parte deste avassalador movimento, inspirada e participe dele.

POR BEM E POR MAL

Por bem, Silvia Lane consegue se contrapor à força de Aroldo Rodrigues, até então hegemônica na Psicologia Social, os psicólogos sociais defensores de uma psicologia concreta encontraram um veículo para se expressar e discutir, pode-se dizer que o Livro Psicologia Social, o Homem em movimento é filho da ABRAPSO.

Por mal, fizemos as coisas de afogadilho, ainda com medo da ditadura, parecia que corríamos sempre olhando para trás, atentos ao surgimento do inimigo fardado a qualquer momento, tivemos uma atuação muito mais política do que científica, era isto que o momento exigia.

Luiz Humberto também fala do cenário de enfrentamento e criação do novo: nos corredores da pós-graduação da PUC-SP, algo inovador e marcante também acontecia. Avolumavam-se a insatisfação e os questionamentos sobre a psicologia e principalmente sobre a psicologia social. Professores e alunos inspirados e incentivados pela professora Silvia Tatiana Maurer Lane se propuseram a construir, com ela e outros, uma prática científica fundamentando uma ciência participativa com envolvimento concreto na realidade social.

O NASCIMENTO DA ABRAPSO: EXPERIÊNCIAS DE UM COLETIVO NA BUSCA POR UM CAMINHO

Sobre o nascimento da ABRAPSO Luiz Humberto é contundente em sua narrativa: Todos os anseios e expectativas de professores, mestrandos, doutorandos e colaboradores foram contemplados com a fundação da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), uma associação de caráter científico, aberta, múltipla, composta por profissionais, pesquisadores, docentes, militantes, estudantes de graduação e pós-graduação, onde a professora Silvia Lane foi a primeira presidente, gestão 1980-1983.





Alguns princípios se constituíram alicerces desta associação: Ter um posicionamento crítico, com uma postura política de resistência aos processos sociais e aos modelos de produção científica tradicionais vigentes na psicologia, ampliando possibilidades nos modos de fazer ciência em nosso país. Assumir o compromisso democrático de contribuir com discussões e intervenções em uma sociedade plural, justa, comprometida com a aceitação da diferença na construção de relações entre pessoas e instituições.

Genaro também se refere à criação da ABRAPSO como um novo caminho ao compartilhar suas atividades, anseios e dúvidas iniciadas anos antes da fundação da associação. Diz ele: na segunda metade dos anos 1970 trabalhei no acompanhamento de apoio aos trabalhadores rurais em áreas de conflitos de terra, através da Pastoral Rural da Arquidiocese da Paraíba, que se tornou posteriormente Comissão Pastoral da Terra (CPT/PB).

Nesse período colaborei também com o Movimento de Promoção da Mulher, ligado a Arquidiocese e que trabalhava junto a mulheres vítimas da prostituição. Acompanhei também várias Comunidades Eclesiais de Base que se desenvolveram nesse período, por iniciativa de membros da Igreja Católica, tanto no meio rural como nas cidades.

Foi um período rico em aprendizado, em particular nas discussões sobre Educação Popular, que embasava metodologicamente as práticas pastorais junto aos trabalhadores.

Em 1978 me tornei professor do curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba, na área de Psicologia Social. A experiência nesses trabalhos junto a grupos populares e as discussões que ensejavam se tornaram meu referencial prioritário para pensar, discutir e construir uma determinada forma de propor e exercitar a Psicologia. Minha tentativa foi levar esse referencial ao ensino, à pesquisa e, principalmente, à extensão universitária.

A extensão, pensada como acompanhamento e apoio às lutas dos trabalhadores permitiria um contato direto meu, de colegas e de alunos com grupos da população e suas realidades de vida e nos daria elementos para aprofundarmos as discussões que poderiam embasar a pesquisa e o ensino.

Tudo isso era visto e experimentado como uma tentativa de construir uma Psicologia que tivesse compromisso e fosse instrumental para esses grupos populares em luta por melhores condições de vida, superando os limites pessoais e estruturais da sociedade local e nacional.

Foi um processo de construção, onde prevaleciam mais dúvidas do que certezas. Tratava-se de exercitar possibilidades, na busca de uma Psicologia que pudesse contribuir nas mais variadas situações, onde, pessoas do meio popular pudessem experimentar e avaliar suas próprias capacidades, individuais e coletivas, de transformar os limites do vivido em busca da produção de novas possibilidades.

Várias perguntas nos perseguiram. Por que chamar o que fazíamos de Psicologia? Alguns colegas do meu Departamento afirmavam que não tinha nada com Psicologia. Outros questionavam a “cientificidade” de nossos trabalhos. Alguns outros nos acusavam de “usar a Universidade para fazer política”. Outros, um pouco mais generosos, diziam que tínhamos uma prática interessante, mas éramos fracos teoricamente.

Estávamos apenas buscando um caminho. Uma das funções da Universidade Pública não seria também essa? Mas, quem ousa tentar novos caminhos ainda não ousados, titubeia. Foi exatamente nesse momento que apareceu a proposta da criação da ABRAPSO. E fez toda a diferença.

Segundo a narrativa de Marcos Vieira A ABRAPSO- Associação Brasileira de Psicologia Social -foi fundada após um trabalho de preparação com discussões e eventos na PUC-SP, durante uma reunião da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Duas outras atividades foram muito marcantes durante essa reunião. A primeira diz respeito a Paulo Freire, que fez sua primeira conferência no Brasil, ao voltar do exílio, após a Lei da Anistia, na concha acústica da UERJ. A segunda foi o lançamento da edição em português do livro Psicoterapia do Oprimido, de autoria do psicólogo e arquiteto argentino Alfredo Mofatt, que apresenta uma crítica ferrenha ao modelo hospitalocêntrico de “desatendimento à saúde mental” nas Américas e no mundo. Vale lembrar aqui que o envolvimento e participação em atividades desenvolvidas pelo Movimento da Luta Antimanicomial e pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental sempre estiveram presentes no cotidiano da Abrapso Nacional e, muito intensamente, no cotidiano da Regional Minas Gerais.





Genaro também narra sobre sua experiência nesta reunião: Participei da reunião em que a proposta foi apresentada. Tanta gente falando, mais ou menos, o que a gente falava aqui na Paraíba. Tanta gente ousando novos caminhos, tanta gente querendo contribuir com as mais variadas lutas de nosso povo. Tanta gente falando coisas novas que desconhecíamos. Ficou claro que aquele coletivo nos dizia respeito. Seria, e foi, nossa força para irmos adiante. Não só não estávamos isolados, como tínhamos onde aprender. Encontramos nosso esteio. A partir daí, nossas dúvidas tinham respaldo e nossos avanços tinham com quem somar. Construímos coletivamente uma saída onde não havia porta.

O coletivo ABRAPSO, múltiplo, diverso, irreverente nos fecundou. Parece mesmo que o coletivo fecunda os indivíduos. Fecundar, criar vidas ainda não vividas, para que os indivíduos também possam fecundar, crítica e criativamente, o coletivo. Aprendi com a ABRAPSO.

A quem agradecer? A cada um e a todas e todos. Em particular um nome comum a todos nós: Sílvia Lane.

Sílvia era incansável, nos relata Brônia.

Seu retorno de cada Encontro de Psicologia se transformava em reflexões, diálogos, questionamentos, temas de pesquisa...ação!

Do XVII Congresso Internacional da SIP, em 79, voltou animadíssima pelos contatos com colegas que - como ela - questionavam a Psicologia Social que modelava as pesquisas em países cuja realidade era distante do padrão norte-americano vigente: os sujeitos da Psicologia de cada país não estariam sendo realmente conhecidos, se sua inserção concreta em realidades sociais próprias não estivesse sendo considerada. O reconhecimento desse “postulado” levou à aprovação da criação de associações nacionais que estimulassem linhas de pesquisas voltadas às necessidades de cada país.

Sílvia pensava uma Psicologia Social que - a partir da decisão da SIP - poderia/deveria desenvolver aqui uma nova forma de produção de conhecimento. Este ‘timing’ levou à discussão da formação da ABRAPSO durante o Seminário de Psicologia Social e Problemas Urbanos realizado no final de outubro de 1979.

A temática do Seminário já apontava para a atualidade da preocupação de inserção social do indivíduo para sua compreensão. Reunia trabalhos de seus pós-graduandos, que em campo organizavam discussões temáticas com os sujeitos das pesquisas; faziam análises qualitativas dos discursos desses indivíduos; propunham que suas preocupações, necessidades e leitura da realidade em que viviam teriam sido construídas no desenvolvimento de suas relações possibilitadas por sua inserção social. E, pensando Brasil, pesquisava-se o indivíduo urbano brasileiro. Haveria algo mais transgressor do que isso, face à Psicologia Social que tinha caminhado até a noção de Representação Social? Não era “o pequeno grande passo” para uma Psicologia Social atuante e transformadora?

Na assembleia deste seminário foi produzido um documento que continha as diretrizes norteadoras da criação de uma Associação de psicólogos sociais: “o incentivo a trocas sistemáticas de informações e de trabalhos entre pesquisadores brasileiros na área da Psicologia Social, a defesa de ampla liberdade para a atividade científica e a organização de outras reuniões que propiciassem a discussão sobre a postura social do psicólogo e sua formação profissional”. (Ata da reunião de fundação da ABRAPSO).

A partir daí, em inúmeras reuniões, preparou-se a documentação (regimento) para oficialização (registro em cartório) da Associação. Os trabalhos acadêmicos puderam ser apresentados em Seminários e Encontros agora realizados pela nova instituição, que se afirmava como representante de uma “nova” Psicologia Social brasileira.

O livro “O que é Psicologia Social” (1981), de Sílvia Lane trazia o “beabá” de uma forma diferente de ler e compreender o sujeito como um ser de/nas relações sociais. Se ainda não nomeava a “subjetividade social” que estudamos hoje, a noção de mediação já estava ali contida no objetivo de conhecer um sujeito que continha sua história social em sua formação individual enquanto transformava a sociedade na qual se constituía.

A obra coordenada por Sílvia e Wanderley Codo, Psicologia social: O Homem em Movimento, de 1984 reúne discussões em várias áreas de atuação do psicólogo, inovando na forma de valorizar a comunidade, o trabalho, a educação...





O RESTO DA HISTÓRIA É MAIS CONHECIDO... SÃO 40 ANOS, POR ENQUANTO!!!

Continuando a história aqui narrada, na tentativa de adensar os conhecimentos sobre o movimento que resultou na fundação da ABRAPSO retomamos o depoimento de Marcos Vieira em que revela seu primeiro contato com Silvia Lane:

Estava no início da carreira de professor na PUC Minas, em 1979, quando conheci a Prof.^a Silvia Lane em um evento promovido pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais na Faculdade de Medicina da UFMG. Conversamos após sua palestra e eu pedi indicações de textos que pudesse usar com meus alunos. Ela me indicou alguns textos seus e de colegas da América Latina. Falou-me de atividades junto à Alapso - Associação Latino-Americana de Psicologia Social e da ideia de criação da Abrapso. Comecei a utilizar seus textos em algumas disciplinas e nos projetos de extensão que passei a supervisionar. Paralelamente às atividades na docência, continuei a acompanhar o trabalho de organização da ABRAPSO Nacional e, depois de sua fundação, a desenvolver atividades e contatos para a organização da Regional Minas.

Encerrando os depoimentos Luiz Humberto expressa sua percepção acerca da jornada da Abrapso até hoje: Nestes 40 anos a associação tem cumprido o que se propôs cumprir, um espaço de intercâmbio de conhecimentos sobre o mundo social e acadêmico, abordando aspectos psicológicos, sociológicos, políticos etc.

O que convenhamos, não é pouco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas contidas aqui nos possibilitaram compreender que, a Abrapso surge pelo questionamento feito por um coletivo à ciência psicológica e, especialmente, a psicologia social, tanto em relação às epistemologias que sustentavam as práticas da psicologia social, como também, ao compromisso ético-político que não atendia a realidade brasileira. Profissionais e educadores de várias localidades do país assumem um compromisso com a democratização do conhecimento. Insatisfeitos, por que não indignados, fizeram o enfrentamento necessário, naquele momento, e conquistaram uma associação que comemora 40 anos de existência.

Das questões sociais vividas naquele momento histórico, algumas foram resolvidas, outras não, como a questão da habitação, saúde, educação, trabalho. Conquistamos avanços e tivemos retrocessos, mas certamente novas questões surgiram.

Desde o período de seu projeto, em 1979, e de sua formalização, em 1980, a ABRAPSO assumiu diferentes papéis no decorrer da história: prevalência da militância no primeiro momento, preocupada em promover práticas e manifestações que contribuíssem com a transformação social; processo de institucionalização, com preocupações mais acadêmicas e com menos diálogo com a sociedade, com outros setores, com os movimentos sociais. (Martins; Alves, 2017, p. 71)

Hoje, após o ocorrido em agosto de 2016 -impeachment da Presidenta Dilma Rousseff- e em 2018 a eleição do presidente Jair Bolsonaro, vivemos uma realidade de violência na sociedade brasileira e desmonte das conquistas realizadas ao longo do processo de redemocratização do país.

Em 1979, a ABRAPSO era um grupo de psicólogos e profissionais de áreas afins mobilizados por ideais democráticos e o desejo de conquistar um conhecimento que pudesse criar, transformar e superar as questões que oprimiam a população brasileira. Hoje, esta ABRAPSO é composta por nove regionais e vários núcleos distribuídos de Norte a Sul, Leste Oeste do país. Nos aglutinamos todos os anos, alternados entre os Encontros Regionais e Nacionais, e o que estamos construindo?

Observa-se que nos últimos Encontros as temáticas de debate e trabalhos apresentados revelam a preocupação com as mudanças da realidade brasileira. O Encontro Nacional deste ano, o XX, carrega, na sua programação, eixos e temática, a inquietação referente aos atuais acontecimentos no Brasil e na América Latina.





Os depoimentos dos sócios fundadores, inspiram e fortalecem os integrantes atuais da ABRAPSO para a continuidade de um coletivo, grupo este, questionador na construção do conhecimento. Mas um conhecimento que sustente ações centradas no compromisso pela emancipação humana, que possa ser crítico de todos os modelos teóricos, reducionistas e/ou unidimensionais desvinculados das questões sociais e políticas em que está imerso.

Cumprir os objetivos fundantes da ABRAPSO exige enfatizar o caráter epistêmico- ético e ético político - que sustentou sua fundação: compromisso com a realidade social, na busca do saber que orienta ações psicológicas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL [ABRAPSO] (1980). **Ata de fundação**, 1980 (pp. 2-9). Recuperado http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Documentos/ata_de_funda%25e7%25e3o_da_abrapso_1980_%281-4%29.pdf.

FAAR, Robert M. **As raízes da psicologia social**. São Paulo, vozes, 2002.

LANE, Silvia. T. M. **Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia**. In S. T. M. Lane; W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 10-19). 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley. **Psicologia Social: O Homem em Movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984

LANE, Silvia. T. M. **O que é Psicologia Social** Coleção Primeiros Passos. ed. Brasiliense, 1981.

MARTIN, Sueli T. F.; ALVES, Cecília P. *Abrapso: Uma História de Enfrentamentos e Contradições*. In PEREZ, Deivis; SILVA, Eduardo P.; SIMÕES, Maria C. D. (Orgs), **Práxis em psicologia social o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista**. Porto Alegre: Abrapso, 2017. Recuperado de https://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=552





POR UMA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA E POLITICAMENTE COMPROMETIDA COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS DA CIDADE DE LONDRINA

Roberth Miniguine Tavanti¹⁷

Valéria Mendonça Barreiros¹⁸

Herbert de Proença Lopes¹⁹

Rhaissa Barbosa de Paula²⁰

Vicente Ferreira da Cruz²¹

Michele da Silva Araujo²²

Poliana Rodrigues Prado²³

APRESENTAÇÃO

Fruto das experimentações artísticas, políticas e poéticas individuais anteriores, constituiu-se, desde o ano passado, um coletivo de *psicólogos-artistas*, que se apresentam publicamente por meio de saraus e rodas de conversa com objetivo de borrar fronteiras disciplinares no campo científico, e mais, contribuir para a construção e

17 Doutor em Psicologia Social - PUC SP Pesquisador do Centro de Estudos e Administração Pública e Governo da FGV-SP Integrante do Núcleo Londrina da ABRAPSO. E-mail: roberth.tavanti@gmail.com

18 Psicóloga com Especialização em Gestão de Políticas Públicas para Infância e Juventude – UEL Pesquisadora do Observatório Nacional de Políticas Públicas Microvetorial em Saúde e Educação em Saúde - UFRJ / UEL. Articuladora do MARL e Integrante do Núcleo Londrina da ABRAPSO. E-mail: vabarreiros@hotmail.com

19 Mestre em Psicologia Social – UNESP Assis. Docente do Curso de Psicologia da PUC-PR Ator, articulador do MARL e Integrante do Núcleo Londrina da ABRAPSO.. E-mail: herbert.proenca@gmail.com

20 Estudante de graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Núcleo Londrina da ABRAPSO.. E-mail: rhapaula2@gmail.com

21 Estudante de graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Núcleo Londrina da ABRAPSO.. E-mail: 96.ferreira@gmail.com

22 Estudante de graduação em Psicologia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Integrante do Núcleo Londrina da ABRAPSO.. E-mail: psicologia.mixerajujo@gmail.com

23 Estudante de graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Núcleo Londrina da ABRAPSO. E-mail: polyprado54@gmail.com



consolidação de uma psicologia social crítica e politicamente comprometida com os movimentos sociais e culturais com atuação na região metropolitana da cidade de Londrina.

Inspirados em uma perspectiva da educação popular freiriana e por um referencial teórico-metodológico das práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano, destacamos um lugar para a psicologia social como lugar “borrado”, onde nos constituímos como psicólogos-artistas e pesquisadores-ativistas, mas não necessariamente nessa ordem, isto porque apostamos nos saberes e fazeres compartilhados cotidianamente, potencializados nas redes de afeto e solidariedade e na potência criativa e artística das culturas populares.

Entre o ano de 2018 e 2019 realizamos duas edições do Sarau da Resistência, uma do Sarau da Diversidade e duas Rodas de Conversa. Dos temas em pauta, destacamos: políticas públicas de cultura; movimentos culturais periféricos, racismo estrutural e a violência institucional; relações de gênero, sexualidades e diversidades²⁴.

Desenvolvemos os nossos trabalhos a partir da realização de ações públicas culturais e comunitárias; estas que visam promover a troca de saberes e experiências cotidianas entre estudantes, psicólogos e demais interessados em nossas pautas, debates e agendas políticas com vistas ao fortalecimento das redes de apoio e solidariedade no vasto campo de estudo, pesquisa e intervenção da psicologia social crítica em nossa cidade e região.

MOVIMENTO DOS ARTISTAS DE RUA DE LONDRINA: HISTÓRICO E AÇÕES COLETIVAS

O Movimento de Artistas de Rua de Londrina (MARL), ou apenas o Canto do MARL, como hoje é conhecido, tem como marco inaugural o ano de 2012. Pode-se dizer que naquele momento estávamos em intenso debate e articulação entre os coletivos de teatro, de maracatu entre outras linguagens artísticas e manifestações culturais com o objetivo de refletir e intervir na política cultural do município.

Uma discussão presente na época estava relacionada à criminalização e repressão policial contra os artistas de rua da cidade. Esta repressão policiaesca também estava presente na atuação dos órgãos fiscalizadores da prefeitura, que além de cobrar taxas indevidas, sempre indicavam problemas relacionados aos alvarás, e com isso, uma das nossas primeiras pautas de luta e conquista foi a elaboração e aprovação de uma lei municipal para o artista de rua.

Não podemos esquecer da influência direta para a constituição do Movimento de Artistas de Rua em Londrina da Rede Brasileira de Teatro de Rua (RBTR), especialmente da articulação e diálogo com a RBTR durante a nossa participação em um dos Encontros Nacionais da Rede (ano de 2014). Foi a partir desse encontro que começamos uma discussão sobre como fazer um mapeamento dos imóveis públicos na cidade, que não estavam cumprindo sua função social prevista na constituição federal.

O movimento fez esse mapeamento e chegamos até a entregá-lo em forma de ofício para a prefeitura (secretaria de cultura), questionando e cobrando que esses imóveis fossem disponibilizados como equipamentos públicos de cultura. Esses documentos nunca foram respondidos pela secretaria municipal de cultura de Londrina.

Em 2016 decidimos, enquanto coletivo do movimento de artistas de rua, ocupar artística-poética e pacificamente um barracão fechado há mais de 10 anos. Esse mesmo barracão, que nos anos 1960, foi sede da União Londrinense dos Estudantes Secundaristas - ULES. Inicialmente fizemos um acampamento do lado de fora do barracão, isto porque tínhamos medo de que o teto caísse ou sofrêssemos algum tipo de acidente em decorrência da ausência de energia elétrica. Foram mais de 4 meses dormindo em barracas. Tínhamos uma organização para fazer as refeições e a vigília e montamos um GT para negociar com a prefeitura sobre as várias questões durante todo esse período.

Permanecemos como uma ocupação por quase três anos. Durante todo esse período o movimento se organizou, manteve sua articulação com os movimentos culturais e iniciou uma aproximação mais direta com movimentos políticos e sociais de defesa de direitos, feministas, movimento negro, movimento T, movimento estudantil. Nessa época, estávamos em um momento bastante conturbado na política nacional, e aquele espaço se

24 Nos dois últimos meses (outubro e novembro de 2019) realizamos uma Roda de Conversa sobre Masculinidades, Diversidades e Paternidades durante a Semana Acadêmica do Curso de Psicologia da PUC-PR (dia 09.10.19), além de outros dois Saraus durante a Semana Acadêmica da UNOPAR (dia 23.10.19) e o II Congresso Nacional de Psicologia - direitos humanos e movimentos de resistência (dia 07.11.19).





constituiu como um espaço de resistência, e desde o início da ocupação, tivemos essa articulação com os movimentos sociais e culturais da cidade. No primeiro ano da ocupação estabelecemos uma parceria importante com o MST do Paraná, em particular, com os assentamentos e acampamentos do Norte pioneiro do Paraná (total de 11 assentamentos) e juntos resolvemos fazer o Feirão da Resistência e da Reforma Agrária. Uma ação cultural e política que visa o fortalecimento e a conexão entre os movimentos do campo e os movimentos urbanos, mas também faz pensar em práticas de alimentação saudável, sem agrotóxicos e tudo mais. Desde, então, fazemos o Feirão da Resistência e Reforma Agrária uma vez por mês com uma média de 40 expositores: coletivos do MARL, do MST, agricultores familiares, artesãos, pessoas que vivem e trabalham com economia solidária, além dos grupos e coletivos culturais, que fazem suas apresentações.

Esse movimento conseguiu trazer para o diálogo diversos movimentos sociais que muitas vezes seguem suas pautas de forma isolada, sem *transversalizar* assuntos e uma agenda política comum. Nesse sentido, o MARL enquanto espaço coletivo de resistência, contribuiu para a criação dessa possibilidade de *transversalizar* as discussões dos movimentos sociais e de resistência na cidade. Conversamos muito com o poder público e sempre levando a fama dos “sujinhos”, “marginais”, “petralhas”, e tudo mais o que vocês imaginarem dentro de uma cidade tão conservadora e reacionária como Londrina.

Outras conexões importantes para o MARL se dão em sua articulação com as universidades públicas e privadas da região, pois, desde o início da ocupação, desenvolvemos ações em conjunto com estudantes, professores e pesquisadores por meio da realização de aulas públicas, cursos de pós, eventos e até servindo como campo de estágio para cursos (psicologia, arquitetura, cênicas, relações públicas); os sindicatos também configuram-se como uma articulação importante, especialmente, no caso dos sindicatos dos professores, bancários e o sindicato dos jornalistas que são aliados desde o começo do movimento.

O Canto do MARL se caracteriza como esse lugar híbrido. Podemos considerá-lo como um espaço de troca de experiências e partilha de saberes e fazeres artísticos e políticos cotidianos, pois além de acessar, compartilhamos e fazemos circular toda essa produção política, artística e cultural presentes no encontro entre universidades, movimentos sociais e culturais, ativistas de direitos humanos, agentes do estado e da sociedade civil organizada com atuação no campo das políticas públicas, entre outros.

ABRAPSO COM O MOVIMENTO DOS ARTISTAS DE RUA DE LONDRINA

A ABRAPSO historicamente em Londrina teve como sede o departamento de Psicologia Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E muito embora respondesse a partir desse lugar burocrático-estatal e a partir de uma referência, ou linguagem acadêmica, em todo esse tempo de mais de 20 anos, ela esteve conectada aos movimentos sociais e de defesa de direitos com atuação na cidade de Londrina e região.

Talvez algo de diferente desse novo momento, iniciado em 2018, seja em relação aos fazeres das pessoas, que hoje compõem a comissão da ABRAPSO - psicólogos, artistas, ativistas, estudantes, pesquisadores - e suas estratégias de ação e mobilização política e artística promovidas nos encontros com os saraus e nas rodas de conversa articuladas aos espaços de ocupação e produção cultural da cidade. Parafraseando Emerson Merhy, gostamos de dizer que construímos uma psicologia social em ato, do trabalho em ato, do trabalho e da produção de conhecimento somente possível em ato e na relação, ou seja, defendemos uma perspectiva do fazer em psicologia social contextualizado em lugares comuns, lugares do cotidiano da vida das pessoas.

O MARL é um lugar de excelência, porque ali a vida pulsa, ali os movimentos transitam, ali nossas formas de organização, de pensar a vida coletiva, pensar e fazer o trabalho acontecesse o tempo todo.

A ABRAPSO com o Movimento dos Artistas de Rua de Londrina vislumbra ideais e participa ativamente dessa construção e articulação com movimentos sociais e culturais. Lá a gente se borra e se transversaliza com outros saberes e fazeres do cotidiano das pessoas comuns e das lutas protagonizadas pelos coletivos e movimentos.

E se consideramos a ABRAPSO um movimento, e seu fazer articulado às lutas ou aos lugares de resistência, então, é lá que temos que estar. Agora se ela não disputar e não participar ativamente das lutas e da resistência, não cremos que ali seja o seu lugar.





Uma das nossas maiores alegrias foi quando no sarau da resistência conseguimos uma grana para fortalecer os coletivos que ali se apresentaram, porque sabemos da correria dos artistas, da luta pela sobrevivência e sobre as dificuldades de conseguir renda com o trabalho.

O Núcleo Londrina da ABRAPSO deve estar onde a vida acontece. Somos um grupo vivo e atuante. A nossa preocupação vai além de uma produção acadêmica tradicional e conservadora, participamos das ações coletivas nos lugares da vida cotidiana, junto das pessoas e movimentos que lutam por uma sociedade digna, justa e democrática.

DOS FAZERES E SABERES PRODUZIDOS NO COTIDIANO

No intuito de ampliar vozes, sentidos e posicionamentos ético-políticos presentes nesse relato de experiências dos integrantes do Núcleo Londrina da ABRAPSO, passamos a incorporar, trechos extraídos em entrevistas realizadas, entre os dias 21 e 22 de outubro, com pessoas participantes dos encontros promovidos pelo núcleo em 2018 e 2019.

As entrevistas foram realizadas pelos próprios integrantes do Núcleo com uma duração média de 30 minutos cada e tiveram como entrevistados: Valéria Barreiros, Rhaíssa Barbosa, Michele Araujo, Poliana Prado, Vicente Ferreira e Herbert de Proença.

Vale dizer que utilizamos dois critérios de seleção para a escolha das pessoas entrevistadas: 1) participação ativa como mediador das rodas de conversa, ou artista convidado/a em dois dos saraus realizados pelo ABRAPSO; e, 2) estar como membro ativo do Núcleo Londrina da ABRAPSO desde 2018.

As entrevistas seguiram um roteiro comum com duas questões norteadoras:

1. Conte-nos sobre a sua participação nos saraus e/ou rodas de conversa realizados pela ABRAPSO em Londrina nos dois últimos anos?
2. O que há de interessante nas conexões entre arte, política e psicologia social?

As entrevistas foram transcritas, e posteriormente, organizadas e analisadas a partir de três categorias temáticas, sendo elas: Saraus; Rodas de Conversa; Conexões possíveis: arte, política e psicologia social.

SARAUS

No primeiro sarau tivemos pouca participação dos coletivos do MARL, tivemos mais convidados externos, mas durante o segundo sarau, “poéticas interseccionais”, tivemos boa participação dos coletivos, inclusive daqueles que além do MARL compõem outros movimentos culturais em Londrina. Por exemplo, a participação das Clandestinas, que é um grupo de teatro feminista; ou, da CIA Translúcidas, um grupo de teatro de travestis.

A partir das falas das pessoas entrevistadas:

Esse foi um momento em que eu me borrei com uma existência travesti, onde eu me borrei com a possibilidade da minha vida nos passados 35 anos, onde eu me borrei com a possibilidade do medo de andar de dia no calçadão da cidade, então assim a partir dessa relação com o movimento T e com as meninas travestis, foi muito importante essa experiência como atriz e pesquisadora também de ver os fenômenos que acontecem no mundo por dentro, por baixo, como diz o Galeano, não de cima ou por fora, mas de dentro e por baixo. Assim essa possibilidade de produzir de pensar a construção de subjetividades, de modos de existência. (Valéria Barreiros).

Usamos o teatro como via de expressão das vivências, mas também como via de luta política [...] desse interesse todo surge a Cia Translúcidas, que é um coletivo de pessoas que querem trabalhar com o teatro, que veio como parte de um processo de oficinas, um processo de compartilhar com um monte de gente, não só por travestis, por travestis e TRANS, mas com pessoas LGBT de uma maneira geral [...] poder se apoiar no coletivo, todos trazendo suas histórias de vivências marcadas por algum tipo de discriminação, sofrimento, o coletivo também tem essa função. E é através da arte, querendo





se expressar, fazendo de si uma obra de arte... “Quero fazer teatro. Não sei se quero ser ator ou atriz. Eu quero fazer teatro!” (Herbert Lopes).

Em outros dois trechos, destacamos a importância do fazer coletivo nos saraus. Desde o planejamento, a escolha dos temas, a elaboração da programação cultural,

A construção se deu a partir da disciplina “ética, política e cidadania”. Foi interessante porque, assim, os alunos do terceiro semestre participaram da construção do sarau, principalmente, da questão artística. Pude ver durante as aulas o quanto de potencial que tem a sala. [...] O entrosamento entre os alunos. No sarau eu fiquei muito espantada de ver o tanto de talento. Apareceram muito talentos e o pessoal participou mesmo. Estava tudo muito bem organizado, bonito visualmente. Teve o “coffee coletivo” que ligou ali as pessoas para conversar, dialogar e para sociabilizar. Teve uma dança. Teve o tambor e a ciranda. Essa parte eu achei muito legal. Apresentações e a poesia (Michele Araujo).

Um sarau afeta as pessoas que ali estão; quando cantamos, recitamos, ou quando pegamos o violão. A nossa ideia é afetar as pessoas presentes. Falamos das situações de violência, do contexto político, falamos das opressões contra a população LGBT, falamos da repressão policial contra a juventude negra e pobre das periferias.

A seguir, destacamos as conexões a potência do agir criativo e artístico presente nos encontros dos saraus realizados pela ABRAPSO Londrina.

Eu não ia fazer nada, eu não consegui identificar que eu tinha algum potencial. Eu sabia que, eu gosto de fotografia e eu poderia contribuir nesse sentido. Mas eu não achava que eu pudesse contribuir para o lado da poesia. Mas aí um amigo falou assim: eu vou compor uma poesia para você e se você recitar eu a faço agora. E ele fez com uma temática da mulher negra, sobre o empoderamento, sobre que a gente precisa ter presença e se identificar como negra mesmo, não ter vergonha e não deve se deixar levar [...]. Eu li ali na hora e me identifiquei completamente. Em tudo, tudo, só quem é mulher negra ou homem negro, sabe o que se passa como pessoa. O que passou os nossos ancestrais e o que a gente passa hoje na sociedade. É uma síntese do poema que é realmente para nós, para eu não me importar com a opinião dos outros. E me assumir enquanto uma mulher negra, como ele fala negra mulher linda com sorriso e ginga. Esse poema teve uma repercussão. Eu apresentei com vergonha, mas ficou lindo. Posteriormente fui em um Sarau também, no Vista Bela, na escola. Na segunda edição do SARAU, promovido pelo projeto juventude pelo bairro. Eu cheguei lá e falei assim. Posso recitar o poema? E a partir de um poema isso abriu outros horizontes. Que para a gente se conhecer, se fortalecer, aprender mais sobre quem nós somos, sobre identidade, para conversar com essas pessoas, para promover mudança, né, para gerar mudança. (Michele Araujo).

[...] eu escolhi essa música “Rosa do Morro”, do Inquérito, porque ela trata de negritude, a questão da mulher negra, da resistência. E como esse é o nome do sarau é o que eu queria transmitir ali. Eu imaginei. Eu cantei ela também no outro sarau do MARL. Ela é uma música muito linda e sempre na minha cabeça os eventos são atrelados com alguma música, então, sempre que eu penso em um sarau eu lembro dessa música, daí eu penso: “não vou cantar essa música de novo, as pessoas estão cansadas” (risos) – (Rhaissa Barbosa).

Durante o sarau as pessoas se tocam. Tocamos uns nos outros, a mão, a pele, o cheiro, afetamos um ao outro e reconhecemos a potência de cada sujeito. Das fragilidades, as forças que cada ser emana, não só força do corpo “físico”, mas àquela força da respiração, dos olhares, da presença e do encontro com outras pessoas.

RODAS DE CONVERSA

As rodas se propõem como espaço horizontal de troca de saberes e experiências e com garantia de ter representatividade. Pois se vamos conversar sobre mulheres, precisamos estar entre mulheres e com mulheres; se vamos conversar sobre relações raciais, precisamos estar entre negros e com negros; se vamos falar da infância e da adolescência, precisamos estar entre crianças e adolescentes e com crianças e adolescentes.





As rodas de conversa são feitas por pessoas engajadas nas lutas dos movimentos sociais e culturais da cidade, são pessoas que conversam sobre assuntos e que são afetadas em suas vidas pelos assuntos em pauta.

A partir das falas destacamos alguns trechos sobre a importância da representatividade de pessoas negras como mediadores das rodas de conversa:

[...] A horizontalidade acho que foi muito rico nesse sentido. Então, tinha gente do judiciário, tinha uma pessoa, um pai de santo, trazendo um ambiente mais democrático, assim para esse tipo de discussão. E para nos perguntar, o que a psicologia tem a ver nisso? O que a psicologia tem a falar? O que ela tem a ver com o racismo? Com as relações étnico-raciais, e se mostrar aberta para esse tipo de discussão, e mostrar que estamos a partir da psicologia também problematizamos tudo isso. [...] No sentido de ativismo, estar atuando nos movimentos sociais, por organizações que estão no território e que estão na periferia. E trazer essa voz da periferia também, acho que isso é muito importante. Principalmente no contexto acadêmico. E dentro da psicologia principalmente, como que se dá essa construção narrativa, e de que não seja uma forma afastada, como se precisássemos falar sobre a negritude, desconsiderando que há psicólogos negros ou há estudantes negros que passam por isso, que vivenciam isso no corpo. Trazer essa perspectiva do protagonismo por essas razões é fundamental... isso reflete bastante querendo ou não nos encontros que a gente tem do núcleo, aqui de Londrina. (Vicente Ferreira)

Há uma preocupação deste núcleo com as linguagens em uso e com as formas de comunicar o que fazemos? Como fazemos? E com quem fazemos? Ou seja, os saraus e as rodas de conversa privilegiam as trocas e a partilha entre artistas, psicólogos, estudantes e demais pessoas interessadas.

CONEXÕES POSSÍVEIS: ARTE, POLÍTICA E PSICOLOGIA SOCIAL

Fazer sarau é um ato político, educativo e cultural ao mesmo tempo. É parte da vida cotidiana, pois consideramos as dores, o sofrimento, mas também queremos as alegrias, a beleza, o respeito às diversidades e pautamos a dignidade humana entre todos e todas.

A seguir alguns trechos das entrevistas que dizem respeito a essa articulação necessária entre arte, política e psicologia social:

Arte é política, não tem como separar uma coisa da outra e a psicologia social né, preciso nem dizer, a gente precisa estar aí para garantir direitos e a arte traduz tudo isso por essa linguagem, deixa acessível. Claro que a arte tem vários tipos, mas de certa forma ela cumpre bem esse papel. O Núcleo ABRAPSO daqui se encontra no MARL, as nossas reuniões é a tradução disso, é o que estamos fazendo assim, vários coletivos, várias pessoas que representam os movimentos sociais que estão unidas inclusive nesse cenário político é importante que estejamos sempre repensando o nosso fazer. (Rhaissa Barbosa).

Um termo que as meninas usam bastante que é o “ativismo” porque você ser artista em determinado movimento através da arte, então você produz obras de artes que trazem as questões do movimento, trazendo a possibilidade de viver essa experiência de montar minha drag queen e minha estreia foi no sarau da ABRAPSO. Foi muito intenso e era muito legal ver os olhares dos meus alunos e eu ficar imaginando que eles questionam assim, “mas pode a psicologia fazer teatro? Isso é a psicologia?” A psicologia nesse lugar, nessa interface, o que pode esse corpo. Acho que isso foi uma coisa bastante importante e difícil de organizar o pensamento para ficar falando. (Valéria Barreiros).

Entender a arte como uma potência no sentido de criar possibilidade e criar possibilidade de entender o mundo. É criar condições para que a gente esteja inserido em outros contextos. Eu acho que usar arte principalmente nesse contexto entendendo que grande parte de nós, querendo ou não, todo mundo produz arte. Entender essa noção. Eu sou da dança. Sai do balé clássico e entender as outras possibilidades que temos do corpo. E entender outras possibilidades dessas tecnologias que a





gente tem do corpo. E o que a psicologia tem a ver com isso? Esse convite acho fundamental. Existem outras formas de se fazer ciência que não seja uma ciência positivista datada no séc. XIX que pouco tem a ver com a maioria popular? Precisamos decidir de que lado estamos, e eu acho que o núcleo Londrina se coloca efetivamente ao lado das maiorias populares (Vicente Ferreira).

Eu e a Rhaissa estamos fazendo estágio no Centro Pop aqui de Londrina e lá a gente coordena um grupo com as usuárias do serviço e é um grupo de mulheres e se chama “cine só para mulheres” e a gente coloca uma série e tal, e assim, a gente falou ‘meu como que vamos fechar esse cine?’ Pensamos vai ser um sarau (risos). O sarau vai ser sexta agora, aí hoje a gente foi para o estágio e produzimos os cartazes, frases, e a Rhaissa vai cantar (risos). E assim, as coisas vão acontecendo sabe, e não sei, tipo, é um caminho sem volta eu acho. (Poliana Prado).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decidimos promover os encontros do núcleo Londrina da ABRAPSO por meio dos saraus e das rodas de conversa por acreditar que esses fazeres partilhados aproximam pessoas e coletividades. Entendemos que com essas estratégias promovemos diálogos e reflexões e potencializamos as trocas de saberes, experiências e a mobilização em torno das ações coletivas junto aos grupos e coletivos participantes.

A nossa aposta tem como inspiração a poesia feita por jovens periféricos lá da zona sul da cidade de São Paulo, trata-se do coletivo do Sarau Preto no Branco.

Assim, eles dizem:

A escola é o escudo

O conhecimento é libertador

A poesia salva vidas.

Quando pensamos a ABRAPSO como parte desse espaço formal que é a escola, ou universidade: somos “escudo”; quando partilhamos os saberes e fazeres nas rodas de conversa contribuimos para a produção de conhecimento articulada ao posicionamento político, o que pode ser “libertador”; quando fazemos poesia e fomentamos a literatura periférica nos saraus, estamos dispostos a lutar pelas vidas juntos como sugere a expressão “salvar vidas” tão bem representado pela poesia desses jovens do Sarau Preto no Branco.

É isso que precisamos fazer a cada dia. É com poesia e resistência que continuaremos a produzir os encontros da ABRAPSO em Londrina!!!

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, A. L. MERHY, E. E.; GOMES, M. P. C.; TALLEMBERG, C.; CHAGAS, M. S. ROCH M.; SANTOS, N. L. P.; SILVA, E.; VIANNA, L. O pesquisador in-mundo e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde. **Lugar Comum. UFRJ**, v. 39, p. 133-144, 2013.
- MERHY, E. E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, T. B; PERES, M. A. (Org.) **Uma mudança do modelo assistencial com base no processo de trabalho**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2004.
- SPINK, M. J. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999.
- TAVANTI, R. M. **A rebelião das andorinhas: saraus como manifestação político-cultural na zona sul de São Paulo**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). PUC-SP: São Paulo, 2018.







SEÇÃO 2

**CIÊNCIAS, REFLEXÕES TEÓRICAS
E CONTRIBUIÇÕES À
PSICOLOGIA SOCIAL**



RELAÇÕES DE GÊNERO NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

Ana Maria Jacó-Vilela²⁵

Este texto versa especificamente sobre gênero, visando narrar como este tema aparece na história e na historiografia da Psicologia. Justificamos esta escolha porque, seguindo diversos autores (PERROT, 2005, SCOTT, 1995; SOIHET & PEDRO, 2007), consideramos este conceito fundamental para a compreensão de qualquer fenômeno social. Neste sentido, ele possibilita um novo olhar sobre a história, o que nos parece sobremaneira necessário principalmente numa profissão composta majoritariamente por mulheres¹, trazendo novo entendimento sobre as hierarquias sociais, o cotidiano, os contextos econômicos, as religiões, como alerta SCOTT (1995, p. 73).

As questões de gênero aparecem na disciplina História por meio das rupturas representadas pela Escola dos *Annales* que, abrindo espaço para a “história dos vencidos”, possibilitou também que se constituísse uma “história das mulheres”, principalmente a partir da década de 1970. Trabalhos fundamentais neste campo são os de Perrot (2005) e, no caso brasileiro, de Mary del Priore (1997). Neste momento “mulher” é um conceito ambíguo, às vezes sendo apresentada como uma determinação biológica, que implica papéis sociais específicos. Somente mais tarde sexo e gênero passam a ser considerados como construções históricas (LAQUEUR, 2001). Estas diferenças conceituais correspondem ao que é denominado como “ondas” do movimento feminista, desde a primeira, do começo do século XX, com as sufragistas, abrangendo os direitos civis e do trabalho, passando pela segunda, que vem colocar a questão de gênero como construção social, até o momento mais recente, da interseccionalidade (NOGUEIRA, 2012). Estas “ondas” - que não podem ser tomadas num sentido linear, cronológico - propiciaram que as relações de gênero fossem compreendidas como atravessadas por relações de poder que, para além dos jogos de força destinados a (re)afirmar constantemente os polos dominante e dominado, referem-se ao modo como os sujeitos veem a si e ao outro. Assim, analisar a participação feminina em determinado momento histórico implica conhecer os espaços sociais disponíveis para as mulheres - tanto os construídos por elas quando os que a elas são destinados. Neste sentido, buscar compreender as relações de gênero na história da psicologia implica, necessariamente, entender as diferentes épocas dessa história.

A historiografia da Psicologia no Brasil é relativamente recente enquanto atividade profissional a que se dedica um grupo de pessoas que se reconhece - e é reconhecido pelos demais - como “historiadores da Psicologia”. Estes começam a surgir somente na década de 1990, a partir de dois marcos principais: a publicação do livro de Massimi (1990) e a criação do GT de História da Psicologia no VI Simpósio da Anpepp, que ocorreu em Teresópolis (RJ) em 1996.

²⁵ Doutora em Psicologia (USP) com pós-doutorado em História e Historiografia da Ciência (Universidad Autònoma de Barcelona), Professora Titular da UERJ, onde coordena o Laboratório de História e Memória da Psicologia - Clio-Psyché. E-mail: jaco.ana@gmail.com Doutora



Entretanto, encontramos, entre os anos de 1940 e 1980, uma série de trabalhos historiográficos, reunidos por Mitsuko Antunes em livro intitulado “História da Psicologia no Brasil - primeiros ensaios” (2004). Estes textos foram redigidos por personalidades da Psicologia da época que, nesta condição, foram convidados para escrever sobre a história daquele novo campo de conhecimento. Assim, por exemplo, Plínio Olinto (1886-1956) publica o que seria uma palestra numa Jornada de Psicologia realizadas em 1944; o texto de Anita Cabral (1911-1991) foi encomendado para um livro estadunidense sobre a psicologia ao redor do mundo; o de Lourenço Filho (1897-1970) fez parte de uma coletânea organizada por Fernando de Azevedo sobre as Ciências no Brasil.

Estes trabalhos e os demais constantes no livro de Antunes são frutos de um esforço árduo de seus autores para encontrar, analisar e organizar em texto coerente fontes bibliográficas diversas que fornecessem subsídios para a história que procuravam narrar. Em muitos deles está também presente uma perspectiva memorialística, visto que, como dito, são personalidades reconhecidas no campo da Psicologia convidadas para escrever os referidos textosⁱⁱ.

Num dos textos do citado livro, o de Olinto, escrito num período de ditadura (o Estado Novo de Getúlio Vargas, 1937 a 1945), que é também o período de sucesso do movimento sufragista - o Código Eleitoral de 1932 dá o direito de voto à mulher, embora seu artigo 121 as isente da necessidade de participação eleitoral (Decreto nº21.076) -, estão citadas algumas das mulheres relevantes naquele momento, trabalhando em laboratórios de psicologia experimental: Brasília Leme Lopes (1909-1996), Noemy Rudolph (1902-1980), Helena Antipoff (1892-1974). As duas primeiras são citadas junto com os homens com quem trabalhavam (respectivamente, o próprio Olinto e Lourenço Filho). Já Antipoff é apresentada como a aluna de Édouard Claparède (1873-1940) que “planta” as teorias do Mestre a partir do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte.

A citação destas mulheres nos mostra que já havia uma presença feminina na psicologia no início do século XX. Entretanto, Olinto deixa de mencionar pelo menos duas outras importantes mulheres, que faziam parte da equipe de Waclaw Radecki (1887-1953) no Laboratório de Psicologia Experimental na Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro: Halina Radecka (1897-1980), sua esposa, e a professora primária, cedida ao Laboratório, Lucília Tavares (?-?). Esta invisibilidade decorre, aparentemente, porque a ênfase no texto é aos lugares onde o próprio autor trabalhou e, segundo suas próprias palavras, não quis fazê-lo no Laboratório da Colônia, porque não concordava com o “discriminacionismo afetivo” proposto por Radecki.

Parece-nos, contudo, que mais relevante que estes nomes e sua vinculação a homens, é a analogia que o autor faz ao final do texto, entre mulher e psicologia: [a Psicologia] é hoje essa figura esbelta e sadia, sempre muito estimada, como o foi desde menina. Já agora acatada, respeitada, cortejada, dispõe de seu apartamento mobiliado em cada uma das faculdades de Filosofia e Letras do país” (Olinto, 1944/2004, p. 30-31).

A Psicologia refere-se, portanto, a um tipo específico de mulher: a mulher menina-moça, sadia, estimada e respeitada, como certamente era o modelo feminino naquele momento. É a esta mulher que a psicologia deve ser comparada em seu processo de institucionalização. Da mesma forma, à mulher cabe seguir as diretrizes dadas por seu orientador, um homem. A esta visão androcêntrica de ciência, se agrega uma perspectiva de reprodução do conhecimento, que seria o que Antipoff fazia ao seguir os passos de Claparède.

Mas, antes de discutirmos um pouco mais estas questões, vamos mencionar outro texto que também se encontra no citado livro de Antunes, cuja publicação original ocorreu somente 6 (seis) anos após o texto de Olinto: o de Annita Cabral, a única autora entre os oito autores presentes no livro. Seu texto também é o único que destaca o grande número de mulheres no ensino de psicologia nas Escolas Normais, bem como o grande número de psicólogas ainda nos anos de 1940. Cabral ainda destaca que “é interessante notar que os compêndios de psicologia correntes no país e escritos por brasileiros são de autoria masculina” (p.59), ou seja, aponta a existência de uma pirâmide invertida, em que a quantidade de homens e de mulheres no exercício profissional é reversa em relação à quantidade de autoria masculina/feminina de publicações e ocupação de cargos de prestígio social. Apesar de gênero não ser uma temática de sua época, Cabral já denuncia as relações de poder ali presentes.

Estes dois textos salientam a condição feminina e, ao mesmo tempo, a forma de disseminação do conhecimento psicológico no Brasil. País eminentemente católico, aonde a Cruz chegou junto com a Coroa, a visão sobre a mulher situava-se dicotomicamente entre os mitos originários de Eva e de Maria, a pecadora e a santa, aquela que estava na rua, no espaço público, e aquela outra recolhida ao lar. Como Eva, a mulher é vista como forte, perigosa,





sedutora, capaz de desvirtuar os homens com seus feitiços. Como Maria, ela é frágil, de corpo e de mente, necessita de ser protegida dos males do mundo e, inclusive, de sua própria fraqueza, que a torna presa fácil das garras do Demônio, da indolência, da sexualidade. As teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiroⁱⁱⁱ atestam esta fraqueza (Jacó-Vilela, Espírito Santo, Pereira, 2005) mas, ao longo do século XIX, com as transformações pelas quais passa o país, com cada vez mais relevo ao mundo urbano em contraposição ao rural, outro papel é destinado à mulher: o de esteio moral do homem e de educadora dos filhos.

Uma questão então se coloca: se é responsável pela educação dos filhos, a mulher também deve ser educada. Isto só era possível, então, em colégios particulares, que pouco mais ensinavam que regras de comportamento e de governo do lar. Embora já existisse uma Escola Normal, fundada em Niterói em 1835, somente com a difusão das Escolas Normais pelo país - pelas capitais e muito lentamente pelo interior -, a educação feminina começa a se espalhar. Inicialmente, eram destinadas a filhas de fazendeiros e de outras elites do país. À medida da consolidação de uma camada média, formada por comerciantes e funcionários públicos, outras mulheres conseguem acesso a estes espaços.

Formadas nas Escolas Normais, e com o movimento sufragista também advogando possibilidades trabalhistas para a mulher, um novo espaço é criado: o de professoras primárias. Esta função é a ideal porque parece representar uma continuidade de seu trabalho materno, de educação de crianças, e normalmente é de meio período, o que lhe possibilita continuar cuidando do lar. Assim, não é de se estranhar que a primeira grande entrada da mulher na psicologia tenha se dado por meio da psicologia do desenvolvimento e da educação infantil. No Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil – Pioneiros (Campos, 2001), com verbetes de 200 pioneiros, encontramos 146 homens e 54 mulheres. Analisando as biografias destas, verifica-se que se dedicaram principalmente a estudo do desenvolvimento infantil e à educação. Como nossas pioneiras citadas por Olinto. Antipoff se notabilizou por seu trabalho em Psicologia Educacional e na atenção aos excepcionais. Rudolpher foi uma expoente da Psicologia Educacional em São Paulo. Por outro lado, Brasília Leme Lopes se diferencia um pouco das duas por ter se dedicado, em seu período no Laboratório de Psicologia da Liga Brasileira de Higiene Mental, à padronização e validação de testes psicológicos, mas mantendo a mesma marca pois seu local de investigação eram as escolas primárias. Leme Lopes diferencia-se também porque cursou Medicina. Foi uma das primeiras hematólogas do Brasil e uma das fundadoras da Associação de Médicas Brasileiras.

Com o desenvolvimento industrial do país, novas necessidades emergiram, entre elas a capacitação humana para esta outra realidade. Se a Psicologia já havia sido requisitada desde os anos de 1930 para atuar nesta seara - com o trabalho pioneiro de Roberto Mange (1885-1955) na Estrada de Ferro Sorocabana (Antonacci, 2011) -, o que gerou grandes transformações no campo **psi** foi a fundação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Criada em 1944, a FGV tinha como um de seus objetivos formar pessoal qualificado para a administração pública e privada do país. Um de seus órgãos, criado em 1947, foi o ISOP, com o objetivo de contribuir, por meio de estudos científicos, para o ajustamento das aptidões do trabalhador aos requisitos da atividade laboral. Para isto, seriam empregadas técnicas específicas no campo da seleção e da orientação profissional. Emilio Mira y López^{iv}, cujos cursos em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos dois anos anteriores, haviam sido muito concorridos, é convidado para dirigi-lo. É com ele que o ISOP rapidamente extrapolou a proposição de um centro de seleção e orientação e se transformou em centro didático e de divulgação da psicologia, principalmente quando, em 1949, criou uma revista - **Arquivos Brasileiros de Psicotécnica**. A ela se somou, no mesmo ano, outra iniciativa de Mira, a fundação da Associação Brasileira de Psicotécnica^v.

Todos os relatos são unânimes em salientar a grande presença de mulheres nas atividades do ISOP, fossem nos cursos e estágios, na docência, nas diferentes atividades profissionais, ou, ainda, na publicação de textos. Em levantamento realizado nos volumes de 1949 a 1968 dos **Arquivos**, constatamos que a autoria por gênero se divide quase igualmente (51% para homens, 49% para mulheres), sendo que a maioria dos artigos de autoria feminina versava sobre o campo da psicometria e dos testes. Embora os homens também escrevessem sobre estes temas - afinal, estamos no auge da psicotécnica -, pudemos constatar que artigos de caráter teórico, como os acerca da função social da psicologia, são de autoria masculina.

Os artigos publicados nos **Arquivos** têm, portanto, um caráter eminentemente prático, visando, inclusive, ensinar como realizar determinadas atividades, como a análise profissiográfica. Considerando-se que os poucos artigos teóricos são de autoria masculina, parece que neste novo espaço de atuação continua presente a distinção entre





trabalho braçal e intelectual e a destinação de cada um a um gênero específico. Por outro lado, uma leitura flutuante dos títulos dos artigos publicados no período, mostra que, embora encontrássemos um número considerável de artigos sobre educação, infância e, mesmo, família, não encontramos nenhum que se referisse a questões de gênero ou de papéis sexuais, mesmo dentro da perspectiva de modelos biológicos presente desde os anos de 1960 (ver MACCOBY e JACKLIN, 1974). Neste sentido, parece-nos que as atuações femininas na psicologia neste período encontram-se vinculadas ainda à primeira onda, de busca de atuação no mercado de trabalho, embora seja importante assinalar que também não encontramos artigos relativos ao “trabalho feminino” fora do espaço doméstico.

Mas esta presença existe também em outros espaços, pois nem só na escola e na indústria encontramos as “psicologistas” ou “psicotécnicas” em meados do século XX. Embora permaneça vinculada à infância, a perspectiva clínica pode ser visualizada nas diferentes Clínicas de Orientação que surgem, principalmente em São Paulo (com Durval Marcondes (1899-1981) e abordagem psicanalítica) e no Rio de Janeiro (com abordagem rogeriana, com Therezinha Lins de Albuquerque, mas também psicanalítica, com Maria Manhães (1917-2009)). Inspiradas no modelo de serviços existentes na Inglaterra (*Tavistock Clinic*, de Londres) e nos Estados Unidos (*Institute for Juvenile Research*, de Chicago) (Abrão, 2001), as clínicas também correspondem a uma preocupação que vem desde os movimentos higienista e dos educadores do começo do século XX – educar a criança como forma de preparar o cidadão de amanhã, para se construir um país civilizado e saudável. eram Vinculadas principalmente às Secretarias Estaduais de Educação, a mais conhecida, o Centro de Orientação Juvenil (COJ), do Rio de Janeiro, pertencia ao Departamento Nacional da Criança do Ministério da Educação e Saúde. O COJ foi a primeira clínica pública de orientação de jovens na América Latina, o que nos parece demonstrar como o cuidado com a infância, até então restrito à esfera da educação, passa a assumir também contornos psicológicos, acompanhando, sem dúvida, o processo de urbanização e industrialização do país.

Mas a visão sobre infância tem dois diferentes prismas. Por um lado, a criança, que está na escola e necessita de algum tipo de suporte. Por outro lado, o menor, os desvalidos e delinquentes. Assim, em 1941 é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), vinculado ao Ministério da Justiça. Nele atuaram Glória Quintela (1899-1988) e Mariana Alvim (1909-2001), que depois tiveram grande relevo na psicologia no Distrito Federal. Quintela tem várias publicações referentes ao seu trabalho de avaliação da adequação ou não da manutenção da internação dos menores (Quintela, 1942, 1944, 1945), muitos deles em coautoria com o então Juiz de Menores, Merton Alencar Neto (Alencar Neto & Quintela, 1944).

Vimos, pois, que, apesar das mulheres estarem no mercado de trabalho, publicarem textos diversos, criarem e ocuparem diretorias de associações, as relações de poder centradas na dominância masculina continuam presentes.

A nosso ver, modificações efetivas serão encontradas somente a partir da década de 1990, quando o conceito de gênero se torna mais presente na literatura psicológica, principalmente por meio da revista *Psicologia & Sociedade*. Em trabalho não publicado, Curado e Jacó-Vilela analisam a presença de estudos de gênero em diferentes revistas de psicologia. Verificam a raridade da presença de artigos relativos à chamada primeira onda, a trabalhista, conforme mencionamos acima, bem como a frequência cada vez maior de temas oriundos da conquista de direitos sociais e, mais recentemente, de textos críticos à universalização do sujeito do feminismo, ao lado de estudos interseccionais e sobre a intersexualidade, representativos da chamada terceira onda e que vão além das análises descritivas de gênero. Interessante, neste ponto, que não se trata somente de textos teóricos. Também temos resultados de pesquisas empíricas e, muito especialmente, envolvimento de psicólogas com movimentos e coletivos referentes às questões de gênero, ou seja, outro patamar da inserção profissional no campo.

Em síntese, procuramos, neste texto, realizar um breve histórico tanto da forma como mulheres se engajaram na psicologia, enquanto ciência e profissão, quanto na maneira como as instituições psicológicas apresentaram as mulheres, desde a tradicional figura submissa, doce, frágil, até a reconhecida em seu trabalho desde que vinculada a uma personagem masculina ao momento atual em que as relações de poder não são mais escamoteadas e o feminino é também analisado imiscuído com outras realidades - não mais uma universal mas casos concretos a serem assim compreendidos. Utilizamos como fio condutor as denominadas “ondas” do movimento feminista que não devem, contudo, serem compreendidas de forma linear e consecutiva – elas se misturam, se mesclam, convivem. Cabe-nos reconhecê-las em nossa realidade cotidiana.





REFERÊNCIAS

- ABRÃO, J. L. F. **A história da psicanálise de crianças no Brasil**. São Paulo: Escuta, 2001.
- ALENCAR NETO, Meton; QUINTELA, Glória. Estudo sobre o quociente intelectual na infância desvalida (3.000 menores). **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**, Rio de Janeiro, v. 2, dez. 1944.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT). In: JACÓ-VILELA, Ana Maria (org.). **Dicionário histórico de instituições da psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2011. p. 290-291.
- ANTUNES, Mitsuko Aparecida. **Histórias da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.
- BRASIL. **Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932**. Decreta o Código Eleitoral. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1932. Disponível em:
- CABRAL, Annita de Castilho e Marcondes. (2004). A Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko Aparecida (org.). **Histórias da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 33-70.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- CENTOFANTI, Rogério. (2004). Radecki e a Psicologia no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko Aparecida (Org.). **Histórias da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios**. Rio de Janeiro: Eduerj.
- <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30 out. 2019.
- JACÓ-VILELA, A. M.; OLIVEIRA, F. M.; ESPÍRITO SANTO, A. A.; CARNEIRO, F. D.; MESSIAS, M. C. N.; VALENTE, N. F. Uma gestação silenciosa: a presença feminina nas instituições de psicologia no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. In: RIBEIRO, M. A. T.; BERNARDES, J. (Orgs.), **A produção na diversidade: compromissos éticos e políticos em psicologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- JACÓ-VILELA, Ana Maria; ESPÍRITO SANTO, Adriana do Amaral; PEREIRA, Vivian Studart. (2005). Medicina Legal nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1830-1930): o encontro entre medicina e direito, uma das condições de emergência da psicologia. **Interações**, v. 10, n. 19, p. 9-34, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072005000100002. Acesso em: 30 out. 2019.
- LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- MACCOBY, E. E.; JACKLIN, C. N. (1974). **The Psychology of Sex Differences**. Stanford, CA: Stanford University Press.
- MASSIMI, Marina**. História da Psicologia Brasileira: da época Colonial até 1934. São Paulo: EPU, 1990.
- NOGUEIRA, M. C. Gênero: questões para a psicologia. In: PORTUGAL, F. T.; JACÓ-VILELA, A. M. (orgs.). **Clio-Psyché: Gênero, Psicologia, História**. Rio de Janeiro: Nau, 2012. p. 21-96.
- OLINTO, Plínio. A psicologia experimental no Brasil. In: ANTUNES, Mitsuko Aparecida (org.). **Histórias da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- PRIORE, M Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 1997.
- QUINTELA, Glória. Educação da Infância Anormal. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**, Rio de Janeiro, v. 1, jun. 1942.
- QUINTELA, Glória; DUARTE, Margarida Estrela Bandeira. Considerações sobre o nível de maturidade na infância desvalida. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**, Rio de Janeiro, v. 4, dez. 1944.
- QUINTELA, Glória. O professor e sua ação: o educando. **Arquivos do Serviço de Assistência a Menores**, Rio de Janeiro, v. 5, dez. 1945.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99. jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 30 out. 2019.
- SOIHET, R., & Pedro, J. M. (2007). A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 281-300. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>. Acesso em 30 out. 2019



NOTAS DAS AUTORAS

- i Pesquisa realizada pelo CFP em 1988 sobre o perfil do psicólogo brasileiro, realizada pelo IBOPE por amostra probabilística no universo dos psicólogos registrados no CFP em 2004, mostra um percentual de somente 9% de homens (Jacó-Vilela, A. M., Oliveira, F. M., Espírito Santo, A. A. do, Carneiro, F. D., Messias, M. C. N. e Valente, N. F., 2007).
- ii Uma exceção no livro é o artigo de Centofanti (1982/2004), centrado em entrevistas e pesquisa documental.
- iii As teses para a obtenção do título de Doutor em Medicina começaram a ser exigidas em 1832 e continuaram por mais um século. São excelente recurso para acompanhar o pensamento científico do século XIX, visto que os médicos, como um dos raros intelectuais formados em cursos superiores (os outros eram o de Direito e o de Engenharia, as chamadas “profissões imperiais”), dedicavam-se a diversos assuntos relativos ao homem e seu ambiente, as cidades.
- iv Emilio Mira y López (1906-1964), psiquiatra catalão criador do Instituto de Orientação Profissional da Escola do Trabalho de Barcelona, estava exilado desde o término da Guerra Civil Espanhola. Nesta, como membro do Partido Socialista Unificado da Catalunha, foi Chefe do Serviço Psiquiátrico do Exército Republicano. Após um périplo por vários países, encontrava-se na Argentina quando, a convite da Universidade de São Paulo, do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), da Divisão de Ensino e Seleção da Estrada de Ferro Sorocaba e do SENAI, veio ao Brasil pela primeira vez, em 1944, retornando logo em seguida por meio de novos convites, dentre os quais o do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Finalmente foi convidado para a direção técnica do ISOP; chegou em 1947 e permaneceu no Rio de Janeiro até seu falecimento, em 1964.
- v As denominações de ambas se alteram posteriormente, adequando-se aos novos tempos. Assim, em 1969 tornam-se “de Psicologia Aplicada”. A Associação adota hoje em dia a sigla ABRAPA. A revista, por sua vez, desde 1979 é denominada *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. É importante salientar que desde o início a Arquivos tem circulação nacional e recebia artigos de diferentes lugares do país bem como do exterior.



NOTAS SOBRE TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA NO BRASIL

Lucas Carvalho Peto²⁶

INTRODUÇÃO

O objetivo da teoria marxista da dependência (TMD) é expor, fundamentada no complexo lógico-categorial marxiano, a estruturação do modo de produção do capital na América Latina. Essa exposição, como qualquer complexo lógico-categorial, se fundamenta em um processo de suprassunção de elaborações precedentes. Os antecedentes teóricos da teoria marxista da dependência podem ser divididos em três níveis de abstração: a) o complexo lógico-categorial marxiano, b) as teorias críticas sobre o imperialismo, especialmente as legadas por Rosa Luxemburgo e Lênin, c) as análises sobre o “subdesenvolvimento” realizadas na década de 1950 por Paul Baran e Paul Sweezy (BAMBIRRA, 1968, p. 16). O processo de concreção e intensificação nos graus de determinação na exposição das categorias que compõem as totalidades do capital na América Latina se baseia no movimento de suprassunção $A \rightarrow C$. Mas a TMD não se resume à aplicação daqueles complexos lógico-categoriais à realidade latino-americana. Marini afirma, em acordo com Marx, que as “[...] categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam” (MARINI, p. 2017, p. 326). O objetivo é suprassumir aqueles antecedentes e, a partir da análise da realidade imediata dos países latino-americanos, expor a realidade concreta do metabolismo do capital na América Latina. Esse movimento exemplifica o exercício marxiano explicitado nos *Grundrisse*. Para Marx, o processo de concreção na análise de um objeto se caracteriza pelos tensionamentos de uma representação caótica de um todo, não uma totalidade, que, por meio de um processo de intensificação cada vez mais rigoroso, “[...] chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples” (MARX, 1983, p. 35). Desse processo de intensificação, a exposição apresentaria categorias que não se limitam mais às indeterminações da realidade imediata, e sim categorias de uma realidade concreta saturada de suas próprias determinações que, por isso, não seria mais uma representação caótica de um todo, mas “[...] uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX, 1983, p. 35). Nesse sentido, é possível apresentar a TMD como um esforço lógico de expor os diversos tensionamentos, em diferentes níveis de abstração, que compõem a estruturação sociometabólica do capital na América Latina.

26 Doutor em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), onde atua como professor no Departamento de Psicologia Social. Áreas e temas de concentração de suas pesquisas e publicações: dialética, ontologia, psicologia social latino-americana, teoria marxista da dependência, filosofia da psicologia. lucas.peto@unesp.br



Os esforços da TMD não se resumem à dimensão lógica. Enquanto complexo lógico-categorial, a TMD expõe as violências cometidas contra a classe trabalhadora nas realidades latino-americanas a partir de análises das contradições que compõem essa mesma realidade. Por isso, a TMD não se furta a um posicionamento na luta de classes. Desde os primeiros esboços legados por Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, a teoria marxista da dependência se posiciona junto à classe trabalhadora nos esforços para a construção de uma sociedade emancipada do jugo do controle sociometabólico imposto pelo capital. Essa lógica se rearranjou, na sua dimensão conjuntural, desde a década de 1960, mas a estrutura societal se mantém e se sustenta sobre o principal mecanismo de acumulação e reprodução do capital nos países latino-americanos: a superexploração da força de trabalho. Essa lógica aparece escamoteada nas exposições da composição do capital na América Latina apresentadas pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e pela vertente desenvolvimentista da teoria da dependência. Porém, as estatísticas do último anuário compilado pela CEPAL demonstram que a superexploração da força de trabalho ainda é, sim, a lógica que organiza e estrutura as sociedades latino-americanas. Em 2018, as populações da América Latina e do Caribe somaram 652 milhões de pessoas (CEPAL, 2019, p. 13). Dessas, apenas 64,4% da população participava ativamente na atividade econômica (CEPAL, 2019, p. 17). Na população economicamente ativa, 48,4% estavam no setor informal (CEPAL, 2019, p. 18). Em 2017, apenas 56,1% da população economicamente ativa estava em empregos assalariados (CEPAL, 2019, p. 18). Naquele mesmo ano, mais de 10% da população estava em situação de pobreza extrema (CEPAL, 2019, p. 24). Nas áreas rurais, esse número dobrava para 20% (CEPAL, 2019, p. 24). Os casos de pessoas em situação de pobreza somavam mais de 30% da população, 46% nas áreas rurais (CEPAL, 2019, p. 24). De acordo com esses dados, mais de 40% da população da América Latina vive em situação de pobreza extrema ou pobreza. No caso do Brasil, em específico, o salário-mínimo necessário para abril de 2019, calculado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), deveria somar R\$ 4.385,75 (DIEESE, 2019, p. 1). O salário-mínimo nominal nesse mesmo mês foi de R\$ 998,00 (DIEESE, 2019, p. 1). Desse salário, mais de 52%, um total de R\$ 522, seria utilizado apenas para a compra de uma cesta básica (DIEESE, 2019, p. 2). Com isso, restaria um total de R\$ 476,00 para ser utilizado em gastos com habitação, saúde, educação e lazer. Ou seja, as pessoas que trabalham e recebem salário-mínimo, no Brasil, são remuneradas 4,39 vezes abaixo do necessário para a simples reprodução da força de trabalho. Esses dados, gerais e telegráficos, servem para ilustrar que o método de análise e exposição, e as categorias da TMD, principalmente a categoria superexploração da força de trabalho, ainda instrumentalizam uma leitura calcada na imediatidade e na concreção e possibilitam um posicionamento político alinhado às demandas da classe trabalhadora.

Nessa configuração, quais são os limites e as possibilidades de uma psicologia social crítica? Quais são as categorias e os posicionamentos que podem orientar uma atuação que se compreenda parte constitutiva da orquestração societal do capital, mas, ao mesmo tempo, constituinte de esforços, junto à classe trabalhadora, em direção à transição para uma sociabilidade outra?

A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A teoria marxista da dependência, tal qual o complexo lógico-categoria legado por Marx, não é uma economia. Esse, e aquela, são análises e exposições críticas de uma dinâmica societal. As condições históricas para que o capital se acumule e se reproduza, ou seja, para que se torne capital para-si, são 1) o trabalho livre e a venda da força de trabalho abaixo da remuneração necessária para sua reprodução, 2) a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua realização: os meios e os materiais de produção (Marx, 1983, p. 383). Essa dinâmica organiza, nas sociedades modernas sob a égide do capital, aquilo que Marx afirmou ser o primeiro ato histórico: a produção da própria vida material, “[] a condição fundamental de toda a história” (Marx, 2003, p. 13). Porém, para que essa condição seja satisfeita “[] precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (Marx, 2003, p. 13). É nesse sentido que a dinâmica do capital é uma forma de organizar as possibilidades de sociabilização. O capital é um modo de sociabilização porque só pode colocar para-si as condições de sua reprodução na medida em que furta à classe trabalhadora as possibilidades de produzir uma vida material condizente com todas as possibilidades de humanização acumuladas pelo processo de trabalho. Essa dinâmica de furto de vida da classe trabalhadora aparece sob formas diversas em diferentes níveis de abstração: forma-mercadoria, forma-dinheiro, forma-valor, forma-capital em suas várias metamorfoses etc. É por isso que no campo da





teoria marxista da dependência, que se localiza em um nível de determinação mais concreto do que aquele em que se tensionam as categorias marxianas, o objetivo não é simplesmente analisar e expor fenômenos como a deterioração dos termos de troca, a substituição de importações, o endividamento externo, a remessa de lucros e dividendos, as divergências e flutuações no câmbio ou o déficit/superávit da balança comercial. A questão central para a teoria marxista da dependência é o modo de sociabilização nos países da América Latina sob a égide do capital. Isso significa que as preocupações nucleares são: a) os limites impostos ao processo de humanização da vida das pessoas que compõem a classe trabalhadora, b) esforços em direção de uma estrutura societal que não se fundamente na exploração do ser humano pelo ser humano. Em resumo, o problema são as violações à produção da vida material da classe trabalhadora que resultam do processo de produção do capital. A categoria que coaduna ambas as preocupações e traz à luz o eixo sobre o qual gira o capital dependente na América Latina é a superexploração da força de trabalho.

A categoria superexploração da força de trabalho expõe o mecanismo de furto de vida da classe trabalhadora que organiza a conjuntura de acumulação e reprodução do capital no contexto latino-americano. A dinâmica que o capital assume sob a forma da superexploração pode ser compreendida como uma violação do valor da força de trabalho. Essa dinâmica se atualiza tanto pelo pagamento de um valor abaixo daquele necessário para a reprodução da força de trabalho quanto por um consumo de força de trabalho para além daquele responsável pela produção e reprodução da composição orgânica do capital. Nesse sentido, a superexploração se caracteriza por uma apropriação, por parte do capital, do fundo de consumo e/ou fundo de vida da classe trabalhadora. Essa apropriação acontece concomitantemente aos mecanismos de exploração fundamentais do capital (extração do mais-valor). Essa apropriação se realiza em quatro formas: remuneração abaixo do valor necessário para a reprodução da força de trabalho, aumento do valor necessário para a reprodução da força de trabalho que não é acompanhando de aumento na remuneração, extensão da jornada de trabalho, e intensificação do processo de trabalho. As duas primeiras formas atualizam o ataque contra o fundo de consumo da classe trabalhadora, as duas últimas dão forma à apropriação do fundo de vida. Mas qual o valor necessário para a reprodução da força de trabalho? A força de trabalho são “[...] os músculos, nervos, mão etc. Humanos” (Marx, 1962, p. 58). Com efeito, são as forças produtivas imanentes à corporeidade e à vida humana. Marx afirma que “[...] a força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe” (Marx, p. 1962, p. 192). Nesse sentido, no regime de sociabilidade do capital, a classe trabalhadora não vende trabalho, mas sim força de trabalho, ou seja, vende sua própria vida, e é a força de trabalho somada ao capital constante dá organicidade à produção do capital. O avanço marxiano em relação à economia política clássica se alicerça na exposição de que não é o trabalho que é vendido como mercado e cria valor. É a força de trabalho, ou seja, a própria vida da classe trabalhadora que é comercializada e explorada no processo de produção do valor. A TMD intensifica essa categorização marxiana e afirma que a força de trabalho, por ser parte constituinte do processo de produção orgânica do capital, possui duas métricas de valor: uma diária e uma total. Essas duas métricas dão contornos à remuneração necessária para que a classe trabalhadora se reproduza, ou seja, para que se mantenha viva e produtiva. São essas métricas que são violadas para que o capital na América Latina consiga compensar a transferência de valor imposta pela dinâmica de reprodução do capital nas sociedades “centrais”. Em resumo, a superexploração da força de trabalho se dá pela exploração diária da vida da classe trabalhadora por meio de táticas e estratégias historicamente determinadas que objetivam manter a classe trabalhadora em condições desumanas de vida e sem acesso a comida, moradia, saúde, cultura, esporte, lazer etc. Aqui se mostra, mais uma vez, que o capital não é apenas uma estrutura econômica. Ele aparece como tal na imediatez, mas em seu processo de concreção, quando se torna sujeito e estrutura para-si um modo de produção que se fundamenta na violação da vida humana, o capital se torna uma forma de controle sociometabólico.

A categoria superexploração da força de trabalho ilustra a dinâmica do capital na América Latina em um nível de abstração que não dá conta das especificidades históricas de cada país latino-americano. Para entender como esse mecanismo se atualiza em conjunturas determinadas é necessário analisar as formas que as relações entre capital e trabalho assumem nessas conjunturas. Um dos possíveis parâmetros, não o único e nem aquele que dá conta de ilustrar todas as nuances da violência imposta à classe trabalhadora, para elucidar as violações na reprodução da força de trabalho em contextos historicamente determinados é o salário-mínimo. No caso do Brasil, em específico, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) apontavam que, em 2011, 23,6% da população





economicamente ativa recebia até um salário-mínimo, 22,4% entre um e dois salários-mínimos, e 9,0% entre dois e três salários-mínimos. Isso significa que, em 2011, mais de 55% da população brasileira recebia até três salários-mínimos nominais. Em dezembro de 2011, o salário-mínimo necessário equivalia a R\$ 2.329,00 e o salário-mínimo nominal somava R\$ 545,00. Considerando esses dados, mais de 55% da população recebia entre 4,27 e 1,42 vezes menos do que o valor considerado o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho. Em 2018, também de acordo com os dados do PNAD, aproximadamente 33% da população brasileira vivia com menos de um salário-mínimo nominal por mês. No caso do Brasil, além dos dados gerais, é fundamental compreender como a superexploração da força de trabalho se intensifica na população preta e feminina. De acordo com o PNAD, em 2018, as pessoas brancas recebiam 29,7% a mais do que a média nacional e as pessoas pretas auferiam 26,8% a menos do que essa mesma média. Nesse período, as mulheres receberam aproximadamente 21,2% a menos do que os homens. Em 2017, 73,8% da população economicamente ativa vivia apenas do recebimento de salários.

LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA

A superexploração da força de trabalho é o mecanismo que caracteriza a dinâmica do capital na América Latina. Quais são os limites e as possibilidades de atuação de uma psicologia social crítica nesse contexto? De forma mais específica, quais os limites e as possibilidades da psicologia social crítica no Brasil? O atual contexto brasileiro é nitidamente marcado por políticas reacionárias que exacerbam e reforçam as violências cometidas contra a classe trabalhadora no contexto latino-americano. Essas táticas e estratégias se exemplificam no recrudescimento do genocídio policial contra a população preta, no aprofundamento e na aceleração do feminicídio, e no aumento do processo de extermínio das populações indígenas. Não há separação entre superexploração da força de trabalho e os outros mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro no processo de violação da vida da classe trabalhadora. Todas essas táticas e estratégias fazem parte da mesma orquestração de controle sociometabólico. Todas agravam, em diferentes níveis da experiência de vida da classe trabalhadora, a brutalidade do capital. Com efeito, não há primazia do capital sobre questões de cor e gênero, por exemplo. Há tensionamentos internos, que se dão em concomitância, à estrutura do capital na América Latina e, de forma mais específica, no Brasil. Não obstante, esse paralelismo não apaga as diferenças nas formas assumidas pelo capital no processo de violação da vida humana. Como afirmou Marx, “[...] o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações” (Marx, 1983, p. 35). O capital só pode continuar a se reproduzir e a se expandir na medida em que consiga extrair o máximo de excedente de qualquer forma compatível com a dilatação dos seus próprios limites estruturais. Essas formas são toda e qualquer violência que possibilite a expansão do capital impulsionada pela acumulação de valor furtado à vida das pessoas que compõem classe trabalhadora. Como fica, nesse contexto, uma psicologia que pretenda se colocar a serviço da classe trabalhadora? Profissionais da área de psicologia não fazem parte da classe trabalhadora? Quais as demandas direcionadas à psicologia no Brasil? O papel da psicologia é aquele do puro denunciamento, que se pretende exterior à luta de classes, ou há formas de atuar que se fundamentam no reconhecimento de que a psicólogas e psicólogos também estão sob o jugo da luta de classes? Qualquer resposta a essas perguntas que seja estranha à realidade concreta da classe trabalhadora na luta de classes é uma mistificação dessa. A psicologia, enquanto ciência e profissão no Brasil, tende historicamente a trabalhar com a classe trabalhadora fundamentada em categorias emprestadas do complexo lógico-categorial liberal (YAMAMOTO, 2007, p. 31). Esse ideal teórico-técnico, além de escamotear sua dimensão política e a estrutura na qual se insere, prevaleceu nos primeiros momentos de extensão da profissão às políticas sociais (YAMAMOTO, 2007, p. 31). Em que medida isso ainda acontece? As pessoas que atuam em áreas da psicologia no Brasil não vão resolver a “questão social”, a saber: a violência do capital contra a classe trabalhadora. A inserção de psicólogas e psicólogos em estabelecimentos que aparelham as políticas públicas e sociais não significa, por si, uma aproximação crítica da psicologia com a classe trabalhadora. É necessário analisar e expor os condicionantes dessa inserção e os limites dos trabalhos a serem desenvolvidos. O desafio ainda é o do proceder da radicalização. Nesses termos, “[...] a opção reside entre aceitar, ou não, acompanhar as maiorias pobres e oprimidas em sua luta por constituir-se como povo novo em uma terra nova” (MARTIN-BARÓ, 1996, p. 23). Com efeito, numa postura crítica radical não há, e não pode haver, nenhuma teleologia ou posição exterior às demandas da classe trabalhadora. Por isso, para a psicologia social crítica, o fundamental ainda parece ser o exercício constante da politização.





REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, Vânia. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. México: Ediciones Era, 1968.
- CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2018**. Santiago: CEPAL, 2019.
- DIEESE. **Resultados mensais de 2019**. São Paulo: DIEESE, 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 3, n. 9, p.325-365, dez. 2017.
- MARTIN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 1, n. 2, p.7-27, jan. 1997.
- MARX, Karl. Das Kapital - Kritik der politischen Ökonomie I. In: MARX, Karl. *Werke - Band 23*. Berlin: Dietz Verlag Berlin, 1962. p. 49-805.
- MARX, Karl. *Ökonomische Manuskripte 1857/1858*. In: MARX, Karl. *Werke – Band 42*. Berlin: Dietz Verlag Berlin, 1983. p. 15-767.
- MARX, Karl. Die Deutsche Ideologie. In: MARX, Karl. **Marx-Engels-Jahrbuch**. Berlin: Akademie Verlag, 2003. p. 3-135.
- YAMAMOTO, Oswaldo. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 1, n. 19, p. 30-37, jan. 2007.





CAMINHOS PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Alexandra Ayach Anache²⁷

Bruno Peixoto Carvalho²⁸

Cintia Harumi Nishikawa²⁹

Renata Dalbianco Ferreira dos Santos³⁰

Vinicius do Prado Manoel³¹

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho, centra-se na avaliação psicológica uma prática exclusiva do profissional de Psicologia. Ela pode ser descrita como dinâmica e serve de subsídio explicativo a respeito dos fenômenos psicológicos que pode ser utilizada como auxílio em diversas áreas em diversas áreas de atuação do psicólogo. Requer um planejamento minucioso levando em consideração os fins e seus finais objetivos. Envolve a integração de informações provenientes de múltiplas fontes, podendo conter no processo, testes, entrevistas, observações, análises de documentos, dentre outros.

Tal qual pontua Noronha (2002), os cinco anos de duração do curso de graduação em Psicologia acabam por não preparar os estudantes para atuação em todas as áreas do conhecimento, de forma crítica e ética. Sob essa mesma lógica, notamos práticas sem o necessário domínio técnico dos instrumentos, além da precária ou inexistente expertise para construí-los, avaliá-los e adequá-los aos variados campos de atuação da Psicologia, bem como na articulação com outras áreas do saber.

Os instrumentos mais utilizados para avaliação e compreensão do comportamento humano são os testes psicológicos, inventários e escalas - e, em sua maioria, possuem uma frágil base teórica, estando ancorados no determinismo biológico, com foco na mensuração e/ou a descrição dos déficits. Diante de tal fato, muitos profissionais

27 Psicóloga pela Universidade Católica Dom Bosco, mestre em Educação pela UFMS, professora titular e coordenadora do programa de pós-graduação. Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP e pós doutora em Educação na UNB. E-mail: alexandra.anache@gmail.com

28 Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná. É psicólogo, e se doutorou em Psicologia Social pela PUC-SP. E-mail: pcarvalhobruno@gmail.com

29 Possui graduação em Psicologia pela UFMS, e atualmente, mestranda na mesma instituição. Pós-graduanda em Psicoterapia Familiar de Orientação Sistêmica pela FAMERP e Psicologia do Trânsito pela UNIASSELVI.. E-mail: cintiaharuminishikawa@gmail.com

30 Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e atualmente, mestranda na mesma instituição. Pós-graduada em avaliação e perícia psicológica pela Universidade Católica Dom Bosco.. E-mail: redalbianco@gmail.com

31 Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.. E-mail: viniciuspradom@yahoo.com.br



acabam por ignorar o sujeito em sua totalidade e movimento, mantendo compreensão restrita à sua base biológica, desconsiderando a dimensão cultural, tal qual Vygostky propõe.

Desta maneira, busca-se uma proposta de avaliação psicológica que desvele o desenvolvimento do sujeito em sua totalidade, levando em consideração o processo de gênese, estrutura e formação de suas funções psicológicas superiores, apresentando uma possibilidade de abordagem que poderá ser inserida nos cursos de avaliação psicológica, com o objetivo de melhorar o ensino e por consequência, a prática da mesma.

BASES HISTÓRICAS DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A partir de uma análise do processo histórico de consolidação da Psicologia, Patto (2000) chama a atenção para a busca deliberada dos “aspectos básicos do caráter fascista” nos fundamentos dos testes de inteligência, baseadas segundo a autora, em concepções “quase biológicas e anti sociológicas da psique” (p.73) Podem-se verificar os pressupostos intelectuais que, ainda hoje, conferem plausibilidade científica aos instrumentos psicométricos de inteligência, assim como afirma a autora, ancorados ao racismo científico/determinismo biológico presente nas concepções teóricas dos séculos XIX e XX.

Para Lukács (2007), com a chegada da sociedade capitalista, ocorreu o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas. A burguesia, na medida em que realiza este movimento, se depara com a problemática de encontrar as contradições do seu próprio projeto societário, qual seja de reconhecer na exploração do outro a sua base, bem como a hierarquização social estrutural do sistema, como necessária ao seu “bom funcionamento”. É partir deste contexto que a burguesia em intensa produção científica/tecnológica deixa de produzir ciência e começa a produzir ideologia.

O positivismo do final do século XVIII será a corrente filosófica que estabelecerá a necessidade de um método científico para explicar as relações constantes entre os fenômenos observáveis, o que será estendido à natureza humana no intuito de compreendê-la objetivamente por meio dos critérios de análise estabelecidos pelas ciências naturais. Nessa perspectiva, a natureza humana é compreendida a partir de determinações orgânicas e que se expressam não só nas diferenças morfológicas, mas possuiria também, expressão na sede dos processos mentais. A teoria evolucionista de Darwin deslocada para a avaliação das capacidades humanas cumprirá a função de justificar e naturalizar as diferenças entre os humanos, dando origem, no século XX à Psicologia Diferencial.

A testagem psicológica já foi objeto de críticas contundentes, das quais se destacam a de Stephen Jay Gould (1980/2014) em “A falsa medida do homem” e a de Maria Helena Souza Patto (1990) em “A produção do fracasso escolar”. O trabalho de Gould (1980/2014) demonstra em perspectiva histórica, os vínculos existentes entre a testagem da inteligência e o racismo-científico. De forma análoga Patto (1990) destaca o papel desempenhado pela Psicologia Diferencial e, em particular, sua recepção e desenvolvimento no Brasil na justificação e legitimação das desigualdades.

Adiante deste cenário, analisou-se os testes psicométricos não verbais de inteligência, R-1, G-36 e G-38. No início dos manuais destes instrumentos, há uma menção sobre o simpósio ocorrido em 1921, publicado no “Journal of Educational Psychology” em que ficou clara a unânime ausência de consenso sobre o que seria a inteligência. O ponto alto do evento foi a constatação de que, embora não se soubesse o que era a inteligência, a sua precisão e capacidade de predições inquestionáveis eram a prova de que os testes “deveriam estar medindo alguma coisa” (ALVES, 2002, p. 12).

A concepção da hereditariedade da inteligência continua muito presente nestes instrumentos, embora de modo distinto e sutil ao que se apresentou nos trabalhos de Galton e seus seguidores. No teste de inteligência não verbal R-1, pode-se ler: “Um aspecto importante a ser considerado em relação à inteligência, refere-se ao papel desempenhado pela hereditariedade e pelo ambiente” (OLIVEIRA; ALVES, 2002, p. 19). O manual tenta demonstrar que o ambiente reuniria um conjunto de variáveis que incidem sobre a inteligência, possuindo influência e, neste sentido, não é o principal determinante. No manual do R-1, se tem a seguinte explicação “os fatores sociais estão ligados a diferenças nas experiências, expectativas e papéis atribuídos pela cultura aos dois sexos. Em termos





biológicos as explicações se referem às diferenças nos tamanhos ou formas de determinadas estruturas neurais e a influências hormonais.” (OLIVEIRA; ALVES, 2002, p. 21).

Portanto, pode-se verificar que nos manuais destes instrumentos de avaliação da inteligência, não há uma base teórica bem fundamentada, marcando certo ecletismo, além de expressar as concepções deterministas e racistas sob as quais foram desenvolvidos, não passando, por fim, de uma reedição das teses galtonianas.

AS TENDÊNCIAS ATUAIS NO ENSINO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

A avaliação psicológica não teve um início que lhe conferisse simpatia como discute Noronha (2002), uma vez que era utilizada para fins de rotulação, além da crítica pela pouca precisão científica dos resultados e métodos psicofísicos. De fato, no que concerne aos problemas no uso não só dos testes, como também dos resultados das avaliações psicológicas, Patto (2000) coloca em questão um ponto importante na área educacional, afirmando que os psicólogos sob influência norte americana acabaram aderindo sem qualquer crítica a uma Psicologia adaptativa,

a serviço da justificação da ordem social em vigor, e acreditaram que, pela mediação supostamente precisa e neutra de aptidões facultada pelos testes, garantiriam critérios justos de seleção social, neutralizando assim a mais inaceitável seleção por classe social, como se os testes passassem ao largo do capital cultural e nada devessem à economia das trocas simbólicas numa sociedade de classes (p. 192).

A autora apresenta que a psicometria seria uma geradora de rótulos, que passam a fazer parte da subjetividade dos rotulados. A dimensão que esse fato acaba tomando na sociedade é geralmente a exclusão dos que estão fora da média, ou do padrão estabelecido. Isso pode se caracterizar como o problema que a padronização das tabelas trouxe, uma vez que em muitos casos se realizam avaliações para a exclusão daqueles que não se encaixam nas mesmas. E o laudo acaba sendo confeccionado de maneira implacável, deixando os sujeitos além de rotulados, também desamparados.

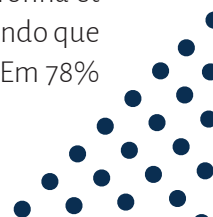
Tais fatos em conjunto fizeram com que a avaliação psicológica colhesse de certa forma, os frutos advindos de um uso inadequado. Porém, a partir da década de 1990 alguns avanços foram observados (NORONHA ET AL., 2010; BANDEIRA, 2011; ALCHIERI & BANDEIRA, 2002). As causas para isso não provêm de um movimento apenas, e sim várias frentes: com encontros, debates e grupos de pesquisa e trabalhos em que a formação também foi amplamente discutida.

As discussões sobre o ensino da avaliação não são recentes (BORSA, 2016; FONSECA, 2011; NORONHA & ALCHIERI, 2004; NORONHA et. al., 2005; NORONHA & REPPOLD, 2010). Diversos estudos conduzidos com objetivos e metodologias variadas apontam para a necessidade de maior atenção quanto à formação atual e de uma maior convergência entre ensino e prática (BARDAGI et al., 2015).

Com as novas Diretrizes em 2004, muitas possibilidades de ampliação do campo foram almejadas. Não há nada específico voltado à área nas mesmas, porém em muitas de suas disposições se pode fazer essa relação. Ao contrário do que se esperava após a publicação, muitas instituições acabaram reduzindo a carga horária das disciplinas referentes à avaliação psicológica (REPPOLD & SERAFINI, 2010). Com isso, a antiga tendência ao treinamento superficial do uso de testes e alguns outros recursos continuou. Também foi reforçada a visão fragmentada do processo avaliativo, permeando um automatismo acrítico, prejudicando a possibilidade de se realizarem diagnósticos de forma coerente e com referenciais teóricos sólidos.

O desconhecimento da técnica e da relevância na prática profissional fica evidente em vários estudos. Pesquisas envolvendo os planos de ensino da disciplina demonstram problemas como carga horária reduzida, falta de qualificação dos professores, visão fragmentada e preconceituosa do processo (NORONHA, 2006; NORONHA & REPPOLD, 2010). Muitas vezes também são utilizados referenciais técnicos e científicos ultrapassados no ensino (NORONHA & ALCHIERI, 2004).

A evidência quanto às diferenças a respeito das disciplinas de avaliação também é reforçada por Noronha et al. (2005), onde foram analisadas trinta e nove ementas de catorze instituições de ensino superior, concluindo que não existe concordância entre os cursos no que diz respeito à nomenclatura e conteúdo das disciplinas. Em 78%





das ementas, as disciplinas são oferecidas até o 4º semestre, o que leva a crer que o estudante ainda não possui todos os conhecimentos básicos e essenciais para a visão de avaliação como um processo, evidenciando também uma forte ênfase tecnicista.

Mais uma vez é destacada que a formação brasileira necessita ser repensada, já que a avaliação psicológica demanda por condições de compreensão quanto à complexidade de um processo avaliativo, dispondo de conhecimentos e recursos que possibilitem a ponderação sobre as circunstâncias em que deve ser realizada, além da escolha dos melhores instrumentos e a interpretação de forma contextualizada dos dados obtidos. Para isso, se faz necessário que as habilidades previstas nas diretrizes curriculares sejam de fato desenvolvidas durante o período de graduação e atualizadas através da formação continuada (NORONHA & REPPOLD, 2010).

O processo de avaliação é uma atividade complexa segundo Anache (2011), haja vista que envolve construções de julgamentos que podem ser relacionados à concepção de sujeito e de sociedade, assumido pelo psicólogo, aos limites de técnicas e a legitimidade das informações a respeito do sujeito em avaliação, além de seus grupos de referência, em que estão implícitos valores individuais, socioculturais e políticos. Neste processo, precisam-se respeitar as diferenças dos sujeitos em questão, buscando não apenas um diagnóstico descrito em um laudo, que rotula e inviabiliza a vida do avaliado. Assim, o maior cuidado se dá justamente com relação às consequências e do que é feito com esse diagnóstico.

Dessa forma, o que é urgente não é modificar os cursos de formação do psicólogo de acordo com as necessidades sociais atuais, mas modificá-los de forma a que os futuros psicólogos possam compreender essas necessidades dentro do projeto histórico da civilização e à luz de suas contradições. (CROCHÍK, 1998, p. 82)

A Psicologia deve ter o compromisso com a transformação da realidade, e essa deve ocorrer sempre em promoção para o sujeito. Não em uma busca de adaptação dele, mas sim, encontrando maneiras suportáveis de viver no nosso atual modelo de sociedade.

A avaliação de fenômenos e processos psicológicos constitui uma tarefa elementar no subsídio às tomadas de decisões do profissional em Psicologia, hoje, sendo requerida também por profissionais de diferentes áreas no intuito de poder orientar suas ações. Evidentemente, isso implica a constante necessidade de trazê-la à discussão e, nesse sentido, pensar a avaliação psicológica a partir da Psicologia Histórico-Cultural torna-se relevante.

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

No início do século XX a visão predominante da deficiência intelectual no campo da Psicologia enfatizava a insuficiência e desconsiderava outros aspectos relativos à personalidade, e por isso, Vygotsky nessa época já era contrário ao uso de testes para medição da capacidade intelectual, tendo em vista que, o resultado de tal avaliação por pontuação de Coeficiente Intelectual (QI), ou outros instrumentos que visassem mensurar ou apenas descrever o comportamento, apontava somente o desenvolvimento real, mas não deixa clara a evolução daquilo que está indicado no resultado do teste quando analisado no curso do tempo, sendo que tal visão se mostra equivocada, pois o intelecto apresenta uma diversidade de funções que se articulam em unidade complexa. Também afirmava que as funções psicológicas se desenvolvem na medida em que são colocadas em movimento e, esse desenvolvimento influencia de forma singular o sujeito, e pode transformar a estrutura que está na base da deficiência. Compreende-se assim, que o processo de avaliação não é padrão pronto, mas sim dialético.

A tarefa da metodologia não consiste só em aprender a medir, senão também em aprender a ver, a pensar, a relacionar; e isto significa que o excessivo temor aos chamados momentos subjetivos na interpretação e a tentativa de obter os resultados dos nossos estudos de modo puramente mecânico e aritmético, como ocorre no sistema de Binet, são errôneos. Sem a elaboração subjetiva, isto é, sem o pensamento, sem a interpretação, sem a decifração dos resultados e o exame dos dados, não existe investigação científica. (VYGOTSKY, 1997, p. 316)





Portanto, podemos pensar o método em três momentos decisivos: a) a análise dos processos e não dos objetos, que coloca em manifesto os nexos dinâmicos causais efetivos e sua relação em lugar de indícios externos que desagregam o processo, por seguido; b) uma análise explicativa e não descritiva, e finalmente; c) a análise genética que volte às origens e restabeleça todos os processos de desenvolvimento de uma forma que em seu estado atual era um fóssil psicológico.

Com relação à avaliação do desenvolvimento nessa perspectiva pode-se dizer que a tarefa consiste em investigar o que se oculta por trás de tais indícios, aquilo que o condiciona, quer dizer, o próprio processo do desenvolvimento infantil, isso significa a intenção de classificar as idades por sintomas devemos ser abandonada e passar, a uma periodização baseada na essência interna do processo estudado. Não é viável considerar apenas o aspecto cronológico como critério de avaliação do desenvolvimento, neste sentido Vygotsky (2012, p. 266) afirma que:

Estabelecer o nível real do desenvolvimento é essencial e indispensável para a educação, dado que isso pode orientar a prática educativa na condução da aprendizagem da criança. Com o controle do curso normal e seu desenvolvimento físico e mental o diagnóstico de uma ou outra alteração do desenvolvimento que perturbam a trajetória normal e confere todo o caráter atípico, anormal e às vezes patológico. Portanto, a determinação do nível real do desenvolvimento alcançados é a tarefa principal e básica do diagnóstico do desenvolvimento.

Recentemente pesquisadores voltaram-se à discussão das práticas de avaliação psicológica com base no materialismo histórico-dialético, suscitando que o método de investigação dos fenômenos e processos psíquicos devesse ser repensado a partir da proposta teórico-metodológica de Vygotsky. Em vista desse cenário, objetivamos desvelar as contribuições do método da Psicologia Histórico-Cultural ao avanço nas discussões do processo de avaliação psicológica, especialmente, com foco na avaliação do funcionamento psicológico superior. Inicialmente nos dedicamos a esclarecer a compreensão defendida quanto à natureza, estrutura e desenvolvimento psicológico humano.

As ideias de Vygotsky foram utilizadas como base, sobretudo, a partir dos princípios metodológicos propostos por esse autor que defende que o método e o objeto de investigação mantêm uma relação muito estreita, na medida em que o método deve ser adequado ao objeto que se estuda. Nesse sentido, o estudo dos processos psíquicos superiores especificamente humanos, que constituíram por excelência o objeto de estudo da Psicologia, na sua perspectiva exige a formulação de um método de investigação próprio. Sendo as bases desse método de investigação pautadas nos princípios do método dialético.

Vygotsky (1931/2012) ressaltava que a investigação psicológica exige ultrapassar uma análise dos objetos no sentido da compreensão do processo, uma abordagem explicativa e não descritiva e, uma análise com resgate do movimento constitutivo das formações psicológicas superiores. Sua intenção era de aplicar as categorias do desenvolvimento à investigação dos fenômenos psíquicos para estudá-lo historicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Vygotsky (1931/2012) estudar algo historicamente significa estudá-lo em movimento e essa é a exigência fundamental do método dialético. As hipóteses explicativas que o profissional em Psicologia vem a levantar durante o processo avaliativo para elucidar a base dinâmico-causal do desenvolvimento e da problemática que motiva um certo processo avaliativo devem, portanto, possuir o sujeito como o ponto inicial e final na sua investigação, sendo esse a síntese das múltiplas determinações e o resultado do desenvolvimento biopsicossocial. Dito de outro modo, deve ser o ponto de partida e chegada do processo avaliativo, em que o método dialético serve como fio condutor da análise, reconhecendo as singularidades dos fenômenos psíquicos, devendo as investigações abarcar as particularidades na história do desenvolvimento do indivíduo.



REFERÊNCIAS

- ALCHIERI, J. C., & BANDEIRA, D. R. O ensino da avaliação psicológica no Brasil. In: PRIMI, R. (Org.). **Temas em avaliação psicológica**, São Paulo: IBAP, p. 35-39, 2002.
- ANACHE, A. A. Notas introdutória sobre os critérios de validação psicológica na perspectiva dos Direitos Humanos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.), **Ano da Avaliação psicológica: textos geradores**. Brasília, DF: CFP, p. 17-20. 2011.
- BANDEIRA, D. R. Repensando a formação em avaliação psicológica no Brasil. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.), **Ano da Avaliação psicológica: textos geradores**. Brasília, DF: CFP, p. 17-20. 2011.
- BARDAGI, M. P. et al. Ensino da avaliação psicológica no Brasil: Levantamento com docentes de diferentes regiões. **Avaliação Psicológica**, v. 14, n. 2, p. 253-260, 2015.
- BOCCALANDRO, E. R. **G-36: Teste não verbal de inteligência**. São Paulo: Vetor, 2003.
- BOCCALANDRO, E. R. **G-38: Teste não verbal de inteligência**. São Paulo: Vetor, 2003.
- CROCHÍK, J. L. Os desafios atuais do estudo da subjetividade na Psicologia. **Psicologia USP**, v. 9, n. 2, p. 69-85, 1998.
- BORSA, J. C. Considerações sobre a formação e a prática em avaliação psicológica no Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 131-143, 2016.
- FONSECA, C. M. S. M. S. Avaliação psicológica e suas vicissitudes: a formação do psicólogo como foco. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.), **Ano da Avaliação psicológica: textos geradores**. Brasília, DF: CFP, p. 133-138. 2011.
- GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2014
- LUKACS, G. **O jovem Marx e outros escritores de filosofia**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. 1. ed., Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2007.
- NORONHA, A. P. P.; ALCHIERI, J. C. Conhecimento em avaliação psicológica. **Estud. psicol. (Campinas)**, v. 21, n. 1, p. 43-52, 2004.
- NORONHA, A. P. P. et al. Ensino de avaliação psicológica em instituições de ensino superior brasileiras. **Universitas: Ciências da Saúde**, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2005.
- NORONHA, A. P. P. et al. Em defesa da avaliação psicológica. **Avaliação psicológica**, v. 1, n. 2, p. 173-174, 2002.
- NORONHA, A. P. P. et al. Sobre o ensino de avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, v. 9, n. 1, p.139-146, 2010.
- NORONHA, A. P. P. Formação em avaliação psicológica: uma análise das disciplinas. **Interação em Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 245-252, 2006.
- NORONHA, A. P. P.; REPPOLD, C. Considerações sobre a avaliação psicológica no Brasil. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 30, n. 1, p. 192-201, 2010.
- OLIVEIRA, R. R-1: Teste não verbal de inteligência - Manual. São Paulo: Vetor, 2002
- PATTO, M. H. S. A miséria do mundo no terceiro mundo. **Mutações do cativeiro: escritos de Psicologia e política**. São Paulo: Hacker/EDUSP, 2000.
- PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4. ed., São Paulo: Editora Taq, 1990/2000.
- REPPOLD, C. T.; SERAFINI, A. J. Novas tendências no ensino da avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, v. 9, n. 2, p. 323-329, 2010.
- VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**. Tomo V. Fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.
- VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas**: Tomo I. Madrid: Machado Livros, 2012.



OS DEVERES DA CIÊNCIA: CONHECER, DECIFRAR E TRANSFORMAR

Ruchelli Stanzani Ercolano³²

Deivis Perez³³

INTRODUÇÃO

Este texto representa o esforço de sistematização das interlocuções que sucederam numa atividade dialógica promovida no XX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). O processo contou com a ativa participação de graduandos de Psicologia, os quais se dedicaram a refletir e examinar criticamente os tradicionais paradigmas de ciência e, posteriormente, analisar as estratégias de superação destes modelos e as incumbências de outras formas de produzir e difundir saberes socialmente situados e úteis à transformação social no sentido da superação do capitalismo e das suas estratégias de produção e difusão dos conhecimentos científicos. É importante notar que o artigo ora tornado público representa e retrata a reflexividade do coletivo que participou da roda de conversa *Em defesa das Ciências Humanas: estratégias metodológicas de pesquisa, intervenção e trabalho para o exame crítico realidade social brasileira*.

OS PARADIGMAS CIENTÍFICOS VIGENTES E A CONJUNTURA SOCIAL CONTEMPORÂNEA

A construção de saberes, conhecimentos e das Ciências de forma geral constitui a história da humanidade e representa os avanços, retrocessos, desenvolvimentos e paralisias experimentadas pelas coletividades na conjuntura sociocultural, histórica, política e econômica em que se localizam. A edificação dos paradigmas científicos, nesse sentido, ocorre e se estrutura influenciada por determinantes e condicionalidades sócio-históricas. Cabe realçar que, conforme Santos (2006), paradigma é definido como um modelo geral de racionalidade científica que conduz a construção e a organização do conhecimento, sendo, portanto, orientador dos modos de pensar, descobrir, decifrar e formatar a realidade na perspectiva científica. Em suma, paradigma seria um conjunto de normas, métodos e saberes orientador das práticas em ciência que instrumentaliza a edificação da atividade científica, isto é, caracteriza-se como um padrão que regula e condiciona a construção de conhecimento pelos profissionais do campo das ciências.

32 Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – E-mail: ruchelliercolano@gmail.com

33 Doutor em Educação pela PUC SP e professor no Departamento de Psicologia Social e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP - E-mail: deivis.perez@unesp.br



Depreende-se que as ideias e os saberes próprios das ciências num momento histórico determinado não são constituídos e disseminados ocasionalmente na sociedade, mas há a intencional prevalência de um conjunto de ideias sobre outros existentes, se constituindo como dominantes aquelas formas de saber próprias da classe social de maior força material e intelectual. Por conseguinte, as “ideias dominantes” seriam aquelas advindas da classe dominante, não sendo neutras e independentes, mas formatadas e condicionadas para propagar os saberes específicos conforme os interesses dessa camada populacional de prestígio, poder e influência social. Dito de outro modo, conceitos e teorias seriam formulados e disseminados para a confirmação e a conservação da classe dominante no poder por meio da subordinação desses saberes aos seus interesses de classe, de forma que não se pode reputar que as ciências têm como papel fundamental e primário a produção de conhecimentos capazes de ensinar a transformação humana na direção da autonomia e construção de consciências livres, mas da elaboração de conhecimentos dedicados a garantir a submissão, conformação e paralisação das pessoas, desencorajando a efetivação e libertação humanas (MARX & ENGELS, 1845-6/2007).

Diante disso, o que se nota ao longo da história das ciências na modernidade capitalista é que foram consolidados padrões científicos sintonizados com a perspectiva burguesa de saber e de sociedade, os quais sustentam e reproduzem discursos e saberes vantajosos para a burguesia, mas que são tratados e apresentados como verdades racionais, puras e universais. Dentre esses modelos de ciência, temos o Paradigma Dominante Moderno, como descrito por Santos (2006), o qual teve origem no século XVI e foi rigorosamente seguido até o século XIX. No Paradigma Moderno, conforme o sociólogo português, prezava-se a racionalidade científica, que desdobrava em dicotomias entre conhecimento científico e senso comum; natural e humano, além de possuir uma metodologia baseada na simplificação, ou seja, quanto maior a complexidade do objeto de estudo, mais numerosas seriam as divisões e especializações desse para efetivar as observações e experimentações de modo a garantir o considerado rigor científico. Entretanto, essa lógica de saber resultava em conhecimentos parciais que não conseguiam abarcar a integridade e unidade do fenômeno estudado.

Este padrão científico moderno experimentou um processo de fragilização quando seus pensadores passaram a tomar as Ciências Sociais como sua área de influência, impondo a elas tipologia metodológica análoga àquela das Ciências Naturais. Ademais, as formulações da Ciência Moderna começaram a contradizer os avanços científicos, já que partiam das noções de ordem estável e de causalidade enquanto concretamente as sociedades experimentavam fortes indícios da relatividade, inconstância e incerteza na contemplação da realidade objetiva.

Diante desse cenário de crise, no século XIX, teria ocorrido a composição do que Santos (2006) denominou *Paradigma Emergente*, tendo seus prolongamentos notados ainda na atualidade. Este modelo científico emergente teria como pressuposto o rompimento com o conhecimento dualista de modo a tornar todo saber científico-natural como científico-social e, portanto, conduzindo o sujeito para o centro do conhecimento e a natureza no centro do sujeito. Outro fundamento deste padrão científico foi a indicação de que todo conhecimento local deveria ser também total e multidisciplinar, uma vez que previa a indivisibilidade do objeto de estudo, logo, trataria o objeto em sua amplitude e complexidade. Ademais, postulava que todo conhecimento deveria ser um autoconhecimento de modo a levar em conta a interferência da subjetividade do pesquisador em suas análises, a fim de reconhecer a parcialidade dos estudos científicos. Por fim, todo conhecimento deveria constituir-se em um novo senso comum, ou seja, precisaria ser disseminado e socializado com o intuito de tornar-se próximo do cotidiano.

De qualquer maneira, a estruturação deste paradigma emergente, em oposição ao padrão científico moderno, acabou por ser consubstanciada por meio da imposição das formas de fazer ciências ocidentais e capitalistas sobre outras possibilidades de produção científica. Tanto o padrão moderno de ciência quanto o paradigma emergente, tendem a empobrecer a diversidade cultural e epistemológica dos fenômenos observados (em especial aqueles do campo social) bem como ficam reduzidas ou limitadas as possibilidades de financiamento e construção de saberes aos interesses de dominação colonial e capitalista, de modo que aquilo que não se adequa aos objetivos e finalidades do capitalismo e da sua classe dominante é desconsiderado e marginalizado. É próprio do paradigma ocidental moderno o pensamento abissal, o qual atribui à Ciência Moderna o poder de distinguir o verdadeiro e o falso, os formatos científicos e os não-científicos de conhecimento. Logo, o pensamento abissal é extremamente importante e útil na regulação das relações entre cidadãos-cidadãos e cidadãos-Estado a partir de um modelo de apropriação do conhecimento acerca do real marcado pela violência própria do colonialismo (SANTOS & MENESES, 2009).





Nesse sentido, para romper com essa lógica hegemônica e dominante, a fim de edificar uma Ciência alinhada ao real desenvolvimento humano, à transformação social, e às verdadeiras demandas dos sujeitos, é imprescindível a formulação do pensamento pós-abissal, o qual deve partir do reconhecimento das diferentes formas de exclusão social e deve promover uma resistência política advinda de uma resistência epistemológica. Ademais, o pensamento pós-abissal emerge para confrontar a “monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes”, tendo em vista que está centrado no reconhecimento e na valorização da pluralidade de conhecimentos que são heterogêneos, mas que se integram, interagem e movimentam entre si. Dessa maneira, nesse formato de ciência a ênfase está no reconhecimento da ignorância e dos limites de compreensão das ciências, tendo em vista que a realidade, o mundo, e as experiências humanas são infinitos. Ademais, também é fundamental que o profissional das ciências se coloque à serviço da produção de conhecimentos que defendam a promoção da vida e da dignidade dos oprimidos, excluídos e marginalizados, a fim de se produzir práticas libertadoras (SANTOS & MENESES, 2009).

Tecendo estas considerações acerca dos padrões científicos, é possível refletir sobre a conjuntura sociopolítica brasileira atual com seus sucessivos retrocessos em diversos domínios dos saberes de forma que observa-se um forte alinhamento do campo científico brasileiro com o modelo científico tradicional moderno, baseado na racionalidade, na dicotomia sujeito-objeto, nas referências teórico-metodológicas alicerçadas em leituras simplificadas e naturalizantes dos contextos sociais, culturais, políticos e econômicos evidenciados pelo embargo orçamentário estatal de políticas públicas sociais, pela produção e disseminação de discursos moralizantes e depreciativos às ações orientadas pela politicidade e criticidade. Nesse sentido, nota-se o retorno a paradigmas científicos, a práticas hegemônicas, a discursos reducionistas, depreciativos e preconceituosos que trouxeram consigo a redução significativa de direitos e da liberdade dos cidadãos.

Assim sendo, nota-se também no bojo das políticas públicas nacionais o uso funcional ao capitalismo do pensamento abissal no sentido de promover fissuras, rompimentos e distanciamentos que impedem a composição, o consenso e a integração de saberes, discursos e práticas, acarretando ainda na inflamação de oposições, conflitos e antagonismos que não vem agregar e potencializar o desenvolvimento das pessoas e da sociedade, mas, pelo contrário, causam regressão, segregação e mal-estar social.

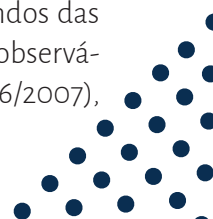
Consequentemente, observa-se na atualidade os ataques direcionados às Ciências Humanas e a outras que se alinham ao padrão científico pós-abissal, dado que baseadas na pluralidade e diversidade de saberes bem como na reflexividade, conscientização e no empoderamento dos sujeitos, de modo a fazer imperar uma única lógica de saber como estratégia ideológica e política para dominação social. A regressão ao paradigma moderno, se efetiva e se potencializa as ideias, valores e preceitos próprios da classe burguesa, conforme seus interesses, regulando os pensamentos e conhecimentos da sociedade segundo a demanda do capital.

UMA RUPTURA COM A CIÊNCIA MODERNA: O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E O DISPOSITIVO METODOLÓGICO DE INSTRUÇÃO AO SÓZIA

.....

Diante deste cenário apresentado, cumpre evidenciar e difundir perspectivas teórico-metodológicas, dispositivos ou procedimentos metodológicos que representem resistência à desvalorização e ao desmonte das Ciências Humanas, bem como que estejam sintonizadas com a realidade concreta e que promovam transformações sociais. Nesse sentido, uma abordagem potente nesse intento é o Materialismo Histórico Dialético de Marx e Engels, o qual se estrutura e se fundamenta a partir de suas bases ligadas à apreensão da realidade objetiva, da materialidade e da concreticidade de modo a ultrapassar a mera aparência do objeto enfocado e conseguindo alcançar a sua essência por meio da consideração da historicidade do fenômeno investigado, suas múltiplas influências e determinações além do seu movimento e da sua dinâmica própria e independente daquele que o observa, sendo, então, tudo isso contemplado por meio da dialética, das inúmeras aproximações do objeto.

Tendo esses pressupostos, o Materialismo Histórico-Dialético veio romper com o pensamento e com o paradigma científico predominantes da época, de modo a se desvincular de conhecimentos e saberes advindos das abstrações puras, da reflexão por si mesma desconectada da realidade, bem como da mera descrição do observável que fica restrito à aparência e àquilo manifestado diretamente. Assim sendo, para Marx e Engels (1845-6/2007),





as ideias e os saberes produzidos deveriam estar atrelados à realidade objetiva, já que para eles é a vida que determina os pensamentos e as ideias e não o contrário.

Ademais, essa corrente marxiana postulava a prudência metodológica em relação ao aprofundamento fidedigno à essência do objeto de forma a acessar e decifrar o movimento e a natureza própria do objeto, tendo em vista que reconhece sua existência autônoma e anterior à aproximação do pesquisador. Nesta perspectiva, seria, portanto, papel do pesquisador “*a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*”. Ainda, o Materialismo Histórico-Dialético também consideraria o envolvimento do pesquisador com o fenômeno estudado, o que implicaria na impossibilidade de qualquer neutralidade, sem que isto represente a perda da objevidade e validade do conhecimento, mas retiraria o caráter dogmático da Ciência como detentora de verdade absoluta e universal, assumindo os seus limites. (NETTO, 2011, p. 21, grifos do autor)

Por conseguinte, a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético possui como centralidade a abordagem do fenômeno em sua concreticidade, em suas condições reais e objetivas no intento de contemplar o maior número de determinantes o possível da realidade investigada: sua história, seu movimento, suas interferências.

Como bom materialista, Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se pelo **real e pelo concreto**, que aparecem como *dados*; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. (NETTO, 2011, p. 42, grifo do autor)

Conforme Marx, o fazer científico, a produção de conhecimentos não deveria se limitar a uma interpretação já condicionada do real conduzida pelos princípios, padrões e normas fixas e formais de uma Ciência que seriam aplicadas para a compreensão de toda e qualquer realidade. Em outras palavras, o Materialismo Histórico-Dialético não se define por uma estrutura rígida e universal detentora de um conjunto de procedimentos e metodologias pré-concebidas para enquadrar e esquadrihar o fenômeno. Oposto disso, essa vertente parte do pressuposto de que o objeto que viria a determinar a orientação científica, isto é, a Ciência, seus recursos, métodos, e agentes que deveriam estar à serviço e em função da dinâmica própria da realidade investigada no sentido de se aproximar o máximo possível da sua totalidade, saturando suas múltiplas determinações (NETTO, 2011).

Considerando tais fundamentos marxianos, pode-se apontar que nos campos da Psicologia Social e Psicologia do Trabalho encontramos dispositivos metodológicos capazes de ensinar a apreensão do objeto em suas inúmeras dimensões, em sua complexidade e concreticidade. Aqui destacamos um destes dispositivos metodológicos, a chamada instrução ao sócia, que se caracteriza por ser uma estratégia de acesso indireto ao psiquismo humano, que opera por intermédio de processos interventivos e coanalíticos da laboralidade conduzidos por trabalhadores com a mediação de um analista do trabalho, os quais objetivam assegurar ao coletivo de profissionais a (re)apropriação dos saberes acerca do próprio labor, de modo a potencializar a reconfiguração e transformação do trabalho conduzida por um coletivo de trabalhadores. A descrição completa da instrução ao sócia pode ser localizada nos textos “*Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação social*” (PEREZ; ERCOLANO, 2017) e “*Da aparência para a essência: a instrução ao sócia e a dialética marxiana*” (PEREZ; ERCOLANO; 2019). No espaço da roda de conversa que realizamos, anteriormente mencionada, e no quadro desta produção textual o que se pretende é destacar que no âmbito do *corpus* teórico-metodológico da Psicologia Histórico Cultural e do Materialismo Histórico Dialético temos a instrução ao sócia, dispositivo que possibilita a apreensão das movimentações dialéticas dos trabalhadores, que são conduzidos à apropriação de uma complexa estratégia metodológica, composta por múltiplas etapas e fases, orientada para apoiá-los nos processos de tomada de consciência, reconhecimento e reconfiguração das próprias ações laborais corriqueiras e de si mesmo (PEREZ & ERCOLANO, 2019). A instrução ao sócia, como dispositivo dialético materialista, busca asseverar ao trabalhador a possibilidade de se religar às suas circunstâncias ocupacionais objetivas, viabilizando a metamorfose consciente e fatídica de suas experiências concretas e subjetivas estruturadas em atividade (PEREZ, ERCOLANO, ROCHA, 2017).

Em face do exposto, o que se pretende é afirmar que o Materialismo Histórico-Dialético, escoltado por estratégias e instrumentos metodológicos coerentes e diferenciais como a instrução ao sócia, se configura como uma frente científica destoante daquela dominante na modernidade capitalista, perfazendo resistência à produção de





saberes alienantes e sintonizados com grupos sociopolíticos hegemônicos. Trata-se de vislumbrar, no contexto das Ciências Humanas, perspectiva teórica dedicada a apoiar as populações, em especial os segmentos compostos por pessoas empobrecidas e exploradas, no desenvolvimento de conhecimentos situados e úteis, na decifração e transformação do real em favor da potencialização da construção de consciências críticas, da emancipação e do empoderamento dos sujeitos, por intermédio de práticas científicas e sociais que possam efetivamente ser apropriadas por trabalhadores e orientadas para transmutação societária no sentido da libertação da sua classe.

REFERÊNCIAS

ERCOLANO, R.S. Entre grades: o trabalho do professor na prisão. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista/UNESP, Assis, 2019.

MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. 1ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 1845-6/2007.

NETTO, J.P. Introdução ao estudo do método de Marx. 1ª ed. São Paulo: EXPRESSÃO POPULAR, 2011.

PEREZ, D.; ERCOLANO, R.S.; ROCHA, L. C. Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação social. In: PEREZ, D.; SILVA, E. P.; SIMÕES, M. C. D. (Orgs.). Práxis em Psicologia Social: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017, p. 172-182.

PEREZ, D.; ERCOLANO, R. S. Da aparência para a essência: a instrução ao sócia e a dialética marxiana. In: TAMBORIL, M. I. B.; LIMA, M. L. C.; NEVES, A. L. M. (Orgs.). Psicologia social na Amazônia: Reticulando potencialidades e desafios. Porto Alegre: ABRAPSO, 2019, p. 57-72.

SANTOS, B. S. Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.





NOTAS INTRODUTÓRIAS AO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E À NOÇÃO DE TRABALHO

Matheus José Cuzato Mancuso³⁴

Ruchelli Stanzani Ercolano³⁵

Deivis Perez³⁶

INTRODUÇÃO

Este manuscrito apresenta algumas contribuições preambulares para a reflexão e compreensão do conceito de trabalho na perspectiva teórica do Materialismo Histórico-Dialético de Karl Marx e Friedrich Engels. Para tanto, foi realizada a retomada histórica da construção do conhecimento marxiano de modo a elucidar os percursos trilhados, bem como foi feita referência aos conceitos basilares que alicerçaram esta vertente científica. Nesse sentido, o que estruturou o pensamento marxiano foi a intenção de compreender a sociedade burguesa e auxiliar movimentos de trabalhadores a fim de ensejar uma práxis revolucionária que buscava transformações reais e efetivas na sociedade em benefício da classe operária. Para tanto, era fundamental tomar como ponto de partida o material, a vida concreta, pois é ela que determina o ser social, as ideias e a consciência dos sujeitos, consequentemente, é o regime social burguês que produz a contradição entre avanços científicos e produtivos concomitante à precarização da condição humana em sintonia com a lógica do capital. Assim sendo, o trabalho somente será equivalente a uma atividade tipicamente humana conforme a definição marxiana mediante a superação da sociedade burguesa e a reapropriação do seu próprio trabalho pelo homem.

HISTÓRICO

No contexto socioeconômico, político e cultural do século XIX foi que Karl Marx constituiu o seu pensamento, dado que o pensador nasceu em 1818, em Trier, capital da província do Reno. Estudou Direito e Filosofia entre os anos de 1836 e 1841 nas Universidades de Bonn e de Berlim. A partir do ano de 1842, iniciou as suas contribuições como escritor e, logo em seguida, como redator e chefe do jornal Gazeta Renana (Rheinische Zeitung), onde trabalhou até 1843, ano em que o periódico foi fechado devido a acusações vazias feitas contra os seus profissionais, os quais

34 Psicólogo e mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - E-mail. matheusmancuso@gmail.com

35 Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – E-mail.ruchelliercolano@gmail.com

36 Doutor em Educação pela PUC SP e professor no Departamento de Psicologia Social e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP - E-mail. deivis.perez@unesp.br



estariam usando o jornal para trair o governo da Prússia, cujo representante maior era Frederico Guilherme IV. Ainda neste mesmo ano, Marx se casou com Jenny Von Westphalen e se mudou com ela para Paris. Tal mudança justificou-se, entre outras questões, pela vontade do casal de conhecer as movimentações sociais de trabalhadores na capital francesa e de estudar o atraso e a crise percebidas na sociedade alemã daquela época, que mantinha as características políticas, culturais e societárias do Antigo Regime, sem experimentar as mudanças introduzidas pelo advento da modernidade capitalista e pela invenção do Estado Moderno em outros países da Europa.

Nessa fase, o filósofo foi da condição de pretensão professor universitário, quando escreveu a tese *Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e a de Epicuro*, para a posição de estudioso da economia política e dos fundamentos da sociedade burguesa e do capitalismo. Na mesma fase, Marx, num processo de rápido avanço intelectual e modificação de perspectivas políticas, transitou de um democrata radical para comunista. Em 1844, reencontrou-se com Friedrich Engels, que conhecia desde 1842 e que influenciou significativamente o seu pensamento por intermédio do trabalho *Esboço para uma Crítica da Economia Política*, apoiando a definitiva identificação do seu objeto de estudos e das suas práticas políticas. A partir desse momento, Marx e Engels iniciaram uma profícua parceria intelectual e de ativismo político, marcada pelo ingresso na *Liga dos Justos*, que, posteriormente, foi renomeada *Liga dos Comunistas*. Ambos se dedicaram vocacionalmente a pensar e a intervir na luta de classes entre burguesia e proletariado, bem como em seus desdobramentos.

No ano de 1845, Marx e Engels escreveram em parceria o texto denominado *A Sagrada Família*. Em seguida, redigiram *A Ideologia Alemã* (entre 1845 e 1846). Posteriormente, escreveram *O Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 21 de fevereiro de 1848, que é considerado um tratado político de importante influência mundial até a contemporaneidade. Seu conteúdo foi formulado a partir da análise histórica minuciosa da hodiernidade e do papel da burguesia nas transformações observadas particularmente nos países em que o capitalismo avançou com maior ênfase até meados do século XIX. Inicialmente foram impressos e distribuídos três mil exemplares do *Manifesto*, que apresentava, ainda, as possibilidades concretas dos desenvolvimentos das sociedades e o surgimento e protagonismo de um novo sujeito histórico: o operário revolucionário.

A perspectiva de Marx era realizar uma crítica da economia política capitalista e compreender as origens e o desenvolvimento das sociedades burguesas, tendo em conta que, a partir da Revolução Industrial, o homem passou a explorar os recursos naturais e seus pares para produzir bens. Foi um longo processo de transformação das sociedades medievais, marcado por violências, polarizações e pilhagens promovidas pela burguesia contra as demais classes e grupos que tinha diante de si (PEREZ, 2020).

As teorizações de Marx pretendiam compreender as sociedades burguesas e subsidiar as movimentações de trabalhadores, os quais, na condição de sujeitos sociais da história, se tornassem capazes de aliar teoria e prática revolucionária na direção da superação e supressão da burguesia e do mundo por ela configurado. Genericamente, seu objeto de estudos era a sociedade e o modo de produção burgueses e o seu objetivo era a superação revolucionária. Ainda assim, buscou delinear uma definição de homem, identificado como um ser social que, ligado à natureza, adquire estruturas, dinâmicas e regularidades próprias. Para Marx foi no cenário do processo civilizatório humano que emergiu gradualmente o ser social em sua diversidade, concretude e historicidade, o qual, mesmo condicionado pela natureza, percebe-se diferente dela.

Marx afirmava que o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual, e que não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que condiciona a sua consciência. Por isso, ele é considerado materialista, já que, para compreender cada indivíduo ou o coletivo, ele parte do concreto para o abstrato, e após reflexão, volta a um concreto impregnado de determinações e das mediações presentes num fenômeno determinado. Marx reiterou que nada se passa na cabeça sem que já tenha passado ou esteja passando na realidade. Dessa maneira, surge o homem como ser prático e social, produzindo-se por intermédio de suas próprias objetivações.

A evolução da atividade intelectual de Marx o conduziu ao resgate e superação de diversos procedimentos, temas, constructos e categorias anteriormente produzidos por outros pensadores, como, por exemplo, a concepção hegeliana de dialética e a teoria do valor-trabalho de Smith e Ricardo, que compuseram um legado desdobrado, ampliado e problematizado por outros ativistas e estudiosos, os quais integram o pensamento denominado Marxista. Assim que esse pensamento foi tomado como Ciência, sedimentou uma concepção de mundo e legou





uma filosofia da natureza e da história nomeada Materialismo. Vale apontar que o marxismo não fundou o materialismo, que já existia; mas engendrou um modo específico de materialismo: o Materialismo Histórico-Dialético.

O momento histórico e social vivido por Marx se encontrava pleno das transformações que estavam configurando a modernidade capitalista e presenciava a decadência e superação das tradições, costumes e valores medievais. O devir hodierno era experimentado em suas contradições, instabilidade e mal-estar gerado nas pessoas e coletividades. Nesta etapa inúmeros pensadores elaboraram os seus constructos e teses acerca do contexto da modernidade então nascente.

Na modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *media*, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade (BERMAN, 1986, p. 97).

Nota-se que Berman aponta para o modo de funcionamento de uma sociedade nascente e em acelerada expansão, na qual as dessemelhanças entre burgueses e proletários progrediam intensamente.

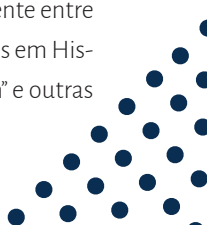
Resultado do desenvolvimento tecnológico de maquinarias que possibilitavam um aumento extraordinário na produção, as fábricas emergentes que chegavam para substituir os trabalhos de artesãos e manufatores deslocavam comunidades rurais inteiras até as cidades, na busca por emprego. O crescimento urbano era descontrolado, devido ao êxito repentino dos novos empregados das fábricas. Nesse momento, o controle do trabalho passa a ser dos burgueses, capitalistas, detentores dos meios de produção. A força de trabalho dos trabalhadores transforma-se em mercadoria e é apropriada pelo salário; o ideal capitalista de acumulação monetária e promessas de melhoria de condições de vida também toma conta dos novos trabalhadores industriais que vendem sua força de trabalho às fábricas (CASADORE, 2010, p. 32).

A análise deste período se alicerça na noção marxiana de contradição fundante da vida típica das sociedades modernas, já que de um lado, emergiram poderosas forças industriais e científicas não observadas em outras fases da humanidade; e, de outro lado, viu-se a decadência, violências e pilhagens no processo de ruptura do mundo moderno com a ambiências medieval as quais ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do Império Romano.

Tudo parece estar impregnado do seu contrário. Um exemplo disso é o maquinado, dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar outros homens ou à sua própria infâmia. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material (BERMAN, 1986, p. 102).

Diante do exposto foi que Marx construiu as suas contribuições aos modos de compreender o funcionamento dos processos de trabalho nas sociedades modernas capitalistas.

Se Marx não estava, no mínimo, embaraçado pelo intercâmbio de papéis entre formas sociais, de um lado, e processos de produção material de outro, mas, pelo contrário, movia-se comodamente entre eles, isto se devia - à parte seu gênio no emprego da dialética - a que jamais adotou fórmulas em História, nunca jogou com correlatos estéreis e infelizes, nem com "relacionamentos um a um" e outras





tolas tentativas de dominar a História por meio de simplificações forçadas. Os determinantes sociais não possuem a fixidez de uma reação química, mas são um processo histórico. As formas concretas e determinadas de sociedade são, de fato, “determinadas”, e não acidentais, mas se trata do determinante da tecelagem fio por fio da tessitura da História, jamais a imposição de fórmulas externas [...] o feito de nossa sociedade, a forma de qualquer sociedade, não é uma criação instantânea de “leis” que geram aquela sociedade num lugar e diante de nossos olhos. Toda sociedade é um momento no processo histórico, e só pode ser apreendida como parte daquele processo. O capitalismo, que é uma forma social, quando existe no tempo, no espaço, na população e na História, tece uma teia de milhões de fios; as condições de sua existência constituem uma complexa rede cujos fios pressupõem muitos outros (BRAVERMAN, 1981, p. 29).

Posto isto, cumpre examinar de maneira exordial os pressupostos que fundaram as concepções marxianas orientadas para a compreensão do trabalho capitalista.

TEORIA MARXIANA - MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

O Materialismo Histórico-Dialético (MHD) foi assim definido considerando a necessidade de examinação da concretude material das formas de produção e reprodução da vida nas sociedades modernas. Ainda, orienta-se em torno de uma concepção de historicidade humana em que gerações que sincronicamente supera, aniquila e conserva as formas anteriores de ordenamento societário. E, por fim, um entendimento da dialética como método orientado para a produção de conhecimento sobre o real e, também, estratégia de atuação da pessoa na sociedade. Portanto, o MHD traz em seu bojo a dialética concebida como um instrumento rigoroso para a compreensão da realidade em sua complexidade e capaz de ensejar a ação humana.

Vale destacar que o MHD de Marx buscou romper com as maneiras predominantes de pensamento em sua época centrados no idealismo e no empirismo, na medida em que o primeiro, em resumo, concebia a realidade como subordinada ao campo das ideias e o segundo preconizava-se a pura descrição dos fenômenos como eles se manifestavam de forma imediata.

Marx concebeu que o conhecimento deveria partir da materialidade das relações produtivas e refletiu sobre a construção da consciência humana considerando as relações concretas que os homens estabelecem entre si. Ainda, a construção de um conhecimento válido acerca da realidade social solicita afastamento das abstrações puras. É neste cenário que comparece a dialética como um poderoso método de ciência, de compreensão e transformação do real, a qual possui três leis básicas que foram descritas por Kopnin como: “1) lei da unidade e luta dos contrários, 2) lei da transformação das mudanças quantitativas em qualitativas, 3) lei da negação da negação” (PEREZ; ERCOLANO; ROCHA, 2017, p. 175).

A primeira lei da dialética materialista marxiana estaria relacionada à abordagem do objeto em sua totalidade, o que pressupõe o seu estudo no meio em que o objeto está inserido, isto é, em seu campo interrelacional ou sociointeracional o qual o constitui, sendo, portanto, inadmissível o isolamento do objeto para sua apreciação. Por sua vez, a segunda lei diz respeito à fluidez e ao movimento do objeto, a compreensão de que ele possui uma dinâmica própria e independente do pesquisador, já que possui transformações imprevisíveis que ora se dão de forma quantitativa com pequenas alterações, ora de forma qualitativa com mudanças bruscas. Por último, a terceira lei traz em seu cerne a relevância da contradição, dos conflitos, das afirmações seguidas de negações, que garantem justamente a transformação e o movimento da realidade que se condensam em sínteses dessa dinâmica, configurando as suas expressões de existir no mundo (PEREZ; ERCOLANO; ROCHA, 2017).

Complementarmente às leis fundamentais da dialética, estaria a noção de “categorias”, que viriam a compor a construção do conhecimento acerca da realidade empírica, e seriam entendidas como reflexos do mundo objetivo, reduções da realidade passíveis de serem conhecidas e que, em certa medida, asseguram a aproximação da multiplicidade e variedade do real. Assim sendo, as leis da dialética e as categorias constituiriam um método de decifração da realidade, a qual existiria independente e no exterior da consciência humana, e por essa razão, esse não possuiria a pretensão de edificar um conhecimento como cópia fiel do mundo objetivo, porém, de realizar





uma releitura, uma interpretação e uma imagem criativa, advinda de uma atividade subjetiva, que pode concomitantemente se opor e se identificar com o real. Desse modo, o método marxiano compreenderia o homem em sua produção intelectual, por meio de pensamentos e reflexões, no intuito de se apropriar da realidade, produzindo conhecimento e reflexos criativos sobre ela, vindo a integrar, assim, o seu processo histórico de constituição humana (PEREZ; ERCOLANO; ROCHA, 2017).

Nesta linha, conforme Marx e Engels (1845-6/2007), a produção do conhecimento sobre o humano deveria partir do homem real e concreto: sem idealizações anteriores, em sua essência verdadeira, em sua condição primária, logo, sua natureza histórica. Para tal, o MHD instituiu como sua premissa básica o fato de que todo conhecimento acerca do homem deveria abordar primeiramente o processo histórico da constituição da humanidade. A título de elucidação: seria impossível compreender a sociedade moderna e burguesa, sem ter como pressuposto o entendimento de como os homens se firmaram como humanos e deixaram de ser somente seres vivos.

Marx e Engels (1845-6/2007) localizaram, então, o primeiro ato histórico da humanidade, na satisfação das necessidades elementares para manutenção da própria vida compreendida em três condições: a produção de meios para a sustentação da própria vida natural (se alimentar, se hidratar e se aquecer); a produção de novas necessidades advindas da satisfação da condição primária de urgência vital; a renovação da própria vida em que os homens procriam e criam novos homens que constituem a família, a relação social, que com o tempo se expande, gerando novas relações e necessidades. A produção de tais bens necessários à existência humana ocorria por meio de uma atividade tipicamente humana, ou seja, ausente em qualquer outro ser vivo.

Esta atividade vital humana foi denominada *trabalho* no MHD, compreendido como atividade que transforma concomitantemente a natureza e o próprio homem. Além disso, possui dimensão teleológica relacionada ao uso da consciência, uma vez que está revestida de intencionalidade e finalidade, logo, é uma ação material consciente e objetiva. Dessa forma, a produção da vida própria pelo trabalho possui caráter duplo: natural e social, tendo em vista que atende à necessidade natural de se manter vivo e conta com a cooperação de outros seres humanos.

Nesse sentido, ao trabalho foi atribuído um papel central no conhecimento da realidade material e da história da humanidade, pois é por meio dele que o homem se distinguiria qualitativamente dos demais seres vivos e se tornaria humano, sendo compreendido também pelos teóricos como a categoria responsável pela mediação entre homem e natureza além de ser a base da vida material e social. Elucidaremos essas questões no tópico a seguir em que trataremos especificamente sobre o conceito de trabalho.

CONCEITO DE TRABALHO NA TEORIA MARXIANA

Como abordado anteriormente o que caracteriza os seres humanos é o modo pelo qual reproduzem as suas condições de existência. Por isso, a teoria marxiana postula que o ser humano se autoproduz à medida que transforma a natureza pelo trabalho, pois o existir decorre da ação do homem na natureza (TRIVINOS, 1987). Marx propôs, então, uma definição do conceito de trabalho abrangente em sua visão da relação do homem com a natureza e as suas vicissitudes.

O trabalho é um processo entre o Homem e a Natureza, um processo em que o Homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1867/2013, p. 202).

Note-se que ainda era inicial e exploratória a conceitualização acima acerca dos processos de trabalho. Posteriormente, compareceu na construção marxiana da noção de trabalho a sua percepção como atividade que ocorre para além da intervenção na natureza pelo homem, ou seja, como forma especificamente humana. Marx acabou por distinguir o trabalho humano do trabalho animal, já que a capacidade de transformar o meio em que vive,





de mudar as configurações dos elementos naturais, de construir objetos, mediante um projeto preconcebido, se constitui em um diferencial humano:

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente (MARX, 1867/2013, p. 203).

Complementarmente, Braverman (1981) apontou que apenas apoderar-se dos materiais da natureza tais como são não define o trabalho. Na verdade, o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade. Afirmou ainda que pássaros, aranhas e abelhas, ao fazerem ninhos, teias e colmeias, trabalham, por assim dizer. Neste sentido, a espécie humana partilha com as demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades. A diferença, entretanto, é que o trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo.

O trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos. A possibilidade de todas as diversas formas sociais, que surgiram e que podem ainda surgir, depende, em última análise, desta característica distintiva do trabalho humano. Onde a divisão de função no seio de outras espécies animais foi atribuída pela natureza e impressa no genótipo sob a forma de instinto, a humanidade é capaz de uma infinita variedade de funções e divisão de funções com base nas atribuições da família, do grupo e sociais. Em todas as demais espécies, a força diretriz e a atividade resultante, instinto e execução, são indivisíveis. Mas quanto a homens e mulheres, quaisquer padrões instintivos de trabalho que possam ter possuído nos inícios de sua evolução, há muito foram atrofiados ou afogados pelas formas sociais. Assim, nos seres humanos, diferentemente dos animais, não é inviolável a unidade entre a força motivadora do trabalho e o trabalho em si mesmo. A unidade de concepção e execução pode ser dissolvida (BRAVERMAN, 1981, p. 53).

Conforme registrado, Marx, frequentemente em parceria com Friedrich Engels, elaborou a sua teoria fundada na visão da realidade social do século XIX, em que se observava forte avanço do domínio técnico da natureza pelo homem e configurava um novo sentido a ser atribuído ao trabalho, que transcendia a satisfação das necessidades imediatas, e incorporava características como o arbítrio da burguesia sobre os meios produtivos e processos laborais; a expropriação das riquezas produzidas por meio do trabalho de toda a sociedade pelos burgueses; a conformação das sociedades capitalistas a um modelo de relações laborais funcional à burguesia e centrado no antagonismo de classes, com destaque para a exploração e subjugação das classes trabalhadoras pela burguesia.

O modo de produção capitalista favoreceu e se beneficiou do uso abusivo e usurpatório das forças laborais do operariado. O trabalhador (ou proletário), por meio do contrato de trabalho assalariado, passou a vender, supostamente de maneira livre, a sua força de labor aos proprietários dos meios de produção, nomeadamente aos burgueses ou capitalistas. Foi a partir desse modo de se produzir as mercadorias que se constituíram as relações sociais de produção capitalista, sendo que estas revelam a maneira pela qual as pessoas se organizam por intermédio da divisão social do trabalho. Em outras palavras, é no modo de produção capitalista que as forças produtivas se organizam, baseadas nas relações de produção num dado momento histórico. Por exemplo, se no capitalismo as forças produtivas são representadas pelas máquinas das fábricas, estas vão determinar as relações de produção na medida em que se caracterizam pela existência do dono das máquinas (ou do capital) de um lado e do operário assalariado do outro.

O trabalho se organiza e se divide diferentemente conforme os instrumentos de que dispõe. O moinho manual supõe uma divisão distinta daquela requerida pelo moinho a vapor [...] as máquinas, assim como o boi que puxa o arado, não são uma categoria econômica. Elas são apenas força



produtiva. A fábrica moderna, fundada na utilização de máquinas, é uma relação social de produção, uma categoria econômica (MARX, 1847/2009, p. 182).

Por essa razão que Marx e Engels na construção da sua teoria tinham como propósito contribuir com o movimento de trabalhadores para uma transformação revolucionária da sociedade de modo a findar com o regime burguês que promovia tanta exploração, alienação e desumanização do homem. Portanto, o trabalho na sociedade burguesa é destituído do próprio trabalhador e se distancia cada vez mais de uma atividade vital humana, a qual promove o desenvolvimento e o aprimoramento das habilidades humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão é possível afirmar que, diante do que foi exposto anteriormente, à medida que o modo de produção capitalista persiste historicamente, mais necessária se torna a retomada da definição marxiana de trabalho para subsidiar a práxis revolucionária em defesa da dignidade humana. Isto porque, conforme o capital avança, ele se apropria em níveis cada vez maiores da força de trabalho humano, de modo a fragmentar, padronizar e monopolizar o trabalho, tolhendo do seu agente a sua autonomia, criatividade e inteligência e igualando-o a uma tecnologia de produção, a uma máquina. Finalmente, apenas em um modelo social diferente, com relações sociais e produtivas que levem em conta o trabalho como atividade vital humana e que deveria ser direcionado para possibilitar o desenvolvimento e a emancipação dos sujeitos, é que conseguiremos superar as arbitrariedades, crueldades e selvagerias típicas das sociedades burguesas para, então, tornar-se possível asseverar a efetivação do gênero humano.

REFERÊNCIAS

- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CASADORE, M. M. O sentido do trabalho na sociedade atual: suporte da identidade ou suporte para o consumo? In: HASHIMOTO, F. (Org.). **Psicologia e Trabalho**: desafios e perspectivas. Assis: UNESP, 2010.
- ERCOLANO, R.S. **Entre grades**: o trabalho do professor na prisão. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2019.
- FREITAS, D. **Significados e sentidos atribuídos ao trabalho docente por professores de uma Escola Técnica Estadual de nível médio (ETEC)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2019.
- MANCUSO, M. J. C. **Além do observável**: coanálise da atividade docente. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2018.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. 1ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 1845-6/2007.
- MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 4ª ed. Rio de Janeiro: VITÓRIA, 1848/1960.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Jesus Ranieri. 1ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 1844/2004.
- MARX, K. **Miséria da Filosofia**: resposta a Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon, 1847. Trad. José Paulo Netto. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K. **O capital**. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. 2ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 1867/2011.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, 1867. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Trad Nélio Schneider e Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo: BOITEMPO, 1842/2017.
- PEREZ, D. Psicologia Social no cenário de pilhagens e violências do capitalismo. In: **Psicologia em Movimento**, v. 1, n. 3, 2020, p. 16-23.
- PEREZ, D.; ERCOLANO, R.S.; ROCHA, L. C. Notas acerca da dialética como método e seu uso contemporâneo na mediação da transmutação social. In: PEREZ, D.; SILVA, E. P.; SIMÕES, M. C. D. (Orgs.). **Práxis em Psicologia Social**: o enfrentamento a pautas autoritárias e à lógica privatista. Porto Alegre: ABRAPSO, 2017, p. 172-182.
- TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.



POR UMA CLÍNICA AMPLIADA AO ESPORTE

Paula Ângela de Figueiredo de Paula³⁷

Fábio Henrique Alves Silva³⁸

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma revisão bibliográfica sobre a história da Psicologia do Esporte (PE) no Brasil e no mundo e de uma pesquisa documental do trabalho realizado pelas comissões de PE do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRPo4, desde 2001 quando a chapa que incluiu pela primeira vez em sua plataforma de campanha a instauração de uma comissão de Psicologia do Esporte (PE) venceu as eleições. O X plenário cumpriu com o prometido de mobilizar as (os) psicólogas (os) que se interessavam e que já atuavam na área e a pesquisa mostra o número de ações e eventos realizados visando a formação da categoria para a atuação nesta especialidade da Psicologia aqui em Minas Gerais. O sistema conselhos têm sido muito importante para a PE nesses últimos 19 anos e de 2001 até hoje o CRPo4 já teve 4 gestões (e estamos indo para a quinta, no próximo triênio 2020-2022), que mantem a permanência da comissão de PE.

O presente texto tem três objetivos. O primeiro visa apresentar o trabalho realizado pelo CRPo4-Minas Gerais depois da resolução 014/2000 aprovada pela Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que incluiu a PE como uma das especialidades da psicologia no Brasil. Em Minas a relação entre os profissionais do esporte e pesquisadores do Laboratório de Psicologia do Esporte da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (LAPES/EEFFTO/UFMG) e as (os) integrantes da primeira comissão de PE do Conselho de Psicologia da 4ª. Região (CRPo4) inaugurada em 2001 no X Plenário (e sob a minha direção) foram abaladas profundamente. Os profissionais do Esporte julgavam a resolução 14/00 como um golpe de interesse corporativo e por outro lado a PE ainda não tinha uma produção científica fora dos laboratórios das escolas de educação física.

O segundo objetivo visa defender a tese de que a questão subjacente ao conflito instaurado a partir desse novo marco legal, não era para nós de interesse corporativo, mas um ato político que rompia com a orientação até então vigente no Brasil, porque as bases epistemológicas eram diferentes da clínica tradicional. Se antes da resolução as(os) profissionais da Psicologia estavam restritas (os) a atender pragmaticamente as demandas do esporte de alto rendimento, confinando a psicologia à um tipo de atendimento clínico tradicional que visava apenas tratar de psicopatologias eu melhorar a performance do atleta, a partir da resolução somos chamados a pensar o esporte enquanto um fenômeno social, que produz subjetividades dependendo da lógica que rege seu movimento.

37 Psicóloga pela PUC Minas e doutora em Psicologia Social pela PUC SP - E-mail. pauladepaula@uol.com.br.

38 Graduando em Psicologia pela PUC Minas – E-mail. fabbioalvez@outlook.com



O terceiro objetivo é defender a clínica ampliada ao esporte considerando-o como uma empresa que sofre todas as interferências políticas, econômicas e sociais e que a (o) profissional da psicologia precisa atender os casos considerando as coordenadas simbólicas da situação e contando com uma rede de outros profissionais que acompanham o atleta.

UM POUCO DE HISTÓRIA...

É importante saber que a PE no Brasil esteve até 2000, alinhada à política da Sociedade Internacional de Psicologia do Esporte (International Society of Sport Psychology - ISSP), fundada em 1965 e da Sociedade Norte-Americana para a Psicologia do Esporte e Psicologia da Atividade Física (NASPSPA) fundada um ano depois em 1966. Quando a Sociedade Brasileira de Psicologia do Esporte (SOBRAPE) foi fundada em 1979,³⁹ ela mantinha a orientação ético-política internacional, dividindo a PE em duas: uma psicologia educacional do esporte e uma psicologia clínica do esporte. A Psicologia Clínica estava voltada para um tipo de intervenção como a realização de psicodiagnósticos, ensino e aplicação de técnicas de treinamento mental, aconselhamento e acompanhamento dos atletas.

A Psicologia Educacional cuidava dos processos de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento de pesquisa de técnicas psicológicas. Por outro lado, a Psicologia clínica do esporte era praticada somente por psicólogos e a educacional era majoritariamente praticada por profissionais do Esporte, embora não tivesse nenhum impedimento legal para a participação dos profissionais da Psicologia.

Interessante observar pela história que mesmo quando em 1986 a American Psychological Association (APA) aprovou a divisão 47 (Sport and Exercise Psychology), especificando a qualificação necessária para se tornar um psicólogo esportivo, essas duas divisões se mantiveram e continuaram a orientar a função de ambos os profissionais.

Aqui no Brasil, desde o final da década de 1990 que um movimento político da Psicologia, conhecido como “Pra Cuidar da Profissão” começou a defender uma psicologia com compromisso social, ampliando a escuta psicológica para fora das 4 paredes do consultório individual. De dentro do sistema conselhos, profissionais desse movimento criou em suas gestões a possibilidade de dar à profissão um reconhecimento social na medida que propunha sua participação em todas as políticas públicas, forçando nossa ciência a inventar metodologias que estivessem em prol da transformação social da realidade brasileira. Constatada a necessidade de melhor instrumentalizar as (os) psicólogas (os), o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foi criado em 2005, que desde sua criação já fez várias publicações direcionadas ao “fazer” das (os) psicólogas (os) em todos os serviços nos quais estamos presentes.

Em relação a PE, no final da década de 1990, alguns Conselhos Regionais de Psicologia (como o de São Paulo, de Minas Gerais, do Paraná e do Rio Grande do Sul) iniciaram discussões sobre a área e instauraram comissões de trabalho nas gestões dos plenários. A comissão de PE do CRPO4 tinha como objetivo aglutinar profissionais que já atuavam na área com outros interessados, para dar conhecimento a todos sobre em que bases a atuação do profissional da Psicologia estava fundamentada e em que campos a (o) profissional da Psicologia poderia estar.

Para tentar conciliar as relações entre os profissionais do esporte e da psicologia, o CRPO4 realizou em 2002 o 1º. Seminário de Psicologia do Esporte, colocando na mesa de abertura os presidentes dos dois conselhos profissionais (o do CRPO4 e o do CREF). A comissão manteve durante toda a gestão do X plenário encontros quinzenais, produzindo textos para o jornal do CRPO4.

Além de mobilizar mais profissionais da psicologia em torno da PE, alguns de nós viram a perspectiva de reavivar a sessão Minas da Sociedade Brasileira de PE (SOMIPE), como uma maneira de não só melhorar a relação entre os profissionais, mas construir as bases teóricas para fundamentar as funções de cada um dos profissionais. Um componente da diretoria da SOMIPE ficou responsável de participar das reuniões da Comissão de PE do CRPO4 e muitas reuniões foram feitas por essa diretoria que assumiu esse desafio, vindo a dar em 2004 na realização do 2º. Seminário do CRPO4. Esse evento realizou conjuntamente o 2º. Seminário do UNI-BH e o VI Simpósio Mineiro da Sociedade Mineira de PE (SOMIPE). O evento foi registrado ISBN 8585477-03-2 e teve grande repercussão.

39 A SOBRAPE foi fundada por Benno Becker Junior (graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -1966 e formado psicólogo pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul -1982) e Dietmar Samulski (responsável pela fundação do 1º. Laboratório de Psicologia do Esporte (LAPES) no Brasil em 1991.





Mas, mesmo com todos os esforços (e essas questões não cabem nesse trabalho) em 2004 a SOMIPE se dissolveu por absoluta falta de coesão interna. A Comissão de PE do CRP04 em 2001 nos ajudou a refletir criticamente sobre se os psicólogos que estavam trabalhando no esporte produziam experiências e técnicas inovadoras, ou estavam presos a demanda de exercerem uma Psicologia Clínica tradicional.

O movimento dentro da categoria das psicólogas (os) interessados na PE cresceu e em 2006 surge a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP), capitaneada por Katia Rubio (São Paulo). A ABRAPESP já nasceu interessada em promover estudos e práticas profissionais da Psicologia Esportiva no país, já que até então a produção científica da PE advinha hegemonicamente dos laboratórios das EEFs. Desde então a ABRAPESP trabalha para esclarecer cada vez mais à categoria qual a especificidade de sua atuação profissional, seja nas políticas públicas de lazer ou no esporte de alto rendimento. Em 2019 de 04 a 07 de setembro foi realizado o VII congresso da ABRAPESP em Ribeirão Preto com o tema: “Esporte, Cultura e Lazer - articulando horizontes”, mas todo esse trabalho acredita que as boas relações entre os profissionais da psicologia, educação física e esportes, ajuda a definir as bases epistemológicas que sustentam a atuação das(os) profissionais da Psicologia.

A partir de 2011 o CFP (a partir de uma decisão da APAF) instituiu um GT nacional para a PE, do qual o CRP04 fazia parte. Depois disso, só no último triênio (2016-2019) que o CRP04 tem em sua gestão uma comissão de PE. Esses lapsos de tempo e de trabalho acontecem porque os plenários passam por eleições e além das questões políticas aí implicadas, ainda dependem do desejo dos profissionais eleitos de manter vivo o trabalho de determinadas comissões das gestões anteriores. Por muitos anos o CFP não conseguiu dar visibilidade ao trabalho dessa comissão e só em dezembro de 2018, o sistema conselhos publicou uma Revista Diálogos com essa temática. Entre fevereiro e março deste ano de 2019 o CREPOP lançou uma consultora pública, visando publicar as referências de atuação para as (os) psicólogas (os) que trabalham nas políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, o que aconteceu de fato no final de setembro de 2019, e está à disposição no site do CREPOP.

O CORTE EPISTEMOLÓGICO ADVINDO DA RESOLUÇÃO 014/00 DO CPF E SEUS EFEITOS ETICO-POLÍTICOS NA ATUAÇÃO DAS (OS) PSICÓLOGAS (OS).

Sabemos que historicamente a Psicologia do Esporte (PE) ficou mais conhecida “no” Esporte de Rendimento (ER), porque este campo sempre foi usado pelos governantes para medir o prestígio de suas nações sobre as outras, podendo constituir a partir do orgulho advindo de vitórias e da conquista de medalhas em competições mundiais, uma identidade nacional forte. Devido a esta importância política dada ao ER, tanto treinadores e demais profissionais das comissões técnicas, dirigentes e também os atletas sempre se interessaram em utilizar dos conhecimentos da PE na preparação de suas equipes e de seus atletas em particular. Além disso é neste campo do rendimento que se encontram instituições e empresas dispostas a financiar pesquisas, associando seu nome aos produtos e as vitórias.

Mas nos interessa problematizar essa prioridade e conversar sobre nossa participação em políticas públicas de esporte enquanto lazer para público de todas as idades, pois lutar pelo direito de praticar movimento orientado nos parece um tipo de resistência genuína à lógica do sistema capitalista, tão importante quando a defesa do Sistema Único de Saúde. Por fim queremos ampliar a “clínica” às essas dimensões sociais do esporte, recontextualizando o conceito de clínica, tão caro a nossa profissão.

Como o Esporte consta como um direito na Seção III, do Capítulo III da Constituição Federal, no artigo 217, não era de se surpreender que a Psicologia se interessasse também por essa área. O conceito de esporte encontrado na *Carta Internacional de Educação Física e Esporte* da Unesco em 1978 apresenta três dimensões sociais: o *esporte-educação*, o *esporte-participação* e o *esporte-performance*. O esporte-educação se baseia em princípios como a participação, cooperação, integração e responsabilidade. O esporte-participação ou popular tem como regra geral o prazer lúdico e o lazer acessível a todos. Não há compromisso com regras institucionais ou com a formação de talentos. Já o esporte-performance ou de rendimento é aquele direcionado a profissionalização, regido por confederações e regras institucionalizadas.





Sabemos que há duas linhas de definição da subjetividade na Psicologia: A primeira situa a subjetividade como resultado de processos de estrutura interna e a segunda linha de pensamento localiza a subjetividade de modo processual e imbricada a operadores ambientais, contextuais, políticos, tecnológicos e socioculturais que interpelam os corpos cotidianamente. (SILVA; CARVALHÃES, 2016, p.248). Analogamente, as práticas baseadas no individualismo e na interioridade, a-históricas, calcadas em uma visão homogênea da subjetividade, das relações e das vivências, passaram a ser questionadas por seus efeitos patologizantes e adaptativos, apontando para a necessidade de se reinventar o fazer psi.

Certos de que o modelo tradicional de clínica não é eficaz diante dos desafios postos pelo Esporte (seja ele de alto rendimento, ou como direito constitucional), é importante ressaltar que embora os profissionais do esporte e Psicólogos tenham os mesmos interesses com a preparação interdisciplinar dos atletas e das equipes, as diferenças de atuação entre eles se baseiam na escuta que as (os) profissionais da Psicologia empregam como base de seu atendimento.

Aliás, foram esses problemas que, no espaço de meio século, tornaram a clínica suspeita, provavelmente, com justa razão, de participar da alienação justamente daqueles cujos distúrbios ela pretendia descrever exaustivamente, analisar objetivamente e classificar racionalmente. (BERCHERIE, 1989, p.21)

De acordo com Guerra (2002), a herança médica não é sem consequências para a clínica psicológica: “[...] a história da Psicologia nos evidencia uma tradição de trabalho associada ao controle, à higienização e à diferenciação que, desde os primórdios de seu nascimento, a associaram a práticas sociais e políticas de manutenção do status quo”. (GUERRA, 2002, p.29). Ou seja, também as (os) psicólogas (os) adotaram um modelo de intervenção no qual se observa o que é patológico a fim de definir e indicar um tratamento.

Acredito que esteja mais do que na hora de corrigir essa confusão, para avançarmos nesse debate. É necessário que se produza uma distinção, no âmbito da Psicologia, entre as dimensões metodológicas e as dimensões tecnológicas que se encontram envolvidas confusamente, reservando-se a utilização da expressão “clínica” exclusivamente para aquela dimensão metodológica, ampla e compartilhada interdisciplinarmente. (OLIVEIRA, 2009, p. 113).

UMA DEFESA DA CLÍNICA AMPLIADA AO ESPORTE

A clínica que reivindicamos para a PE não é aquela herdeira do modelo médico, curativo, onde as intervenções psicológicas se ocupam de um sujeito que sofre e busca na interlocução com o terapeuta possibilidades de saber/resolver aquilo que lhe acontece. Entendida aqui como um posicionamento ético que inclui o sujeito, em sua singularidade, a postura dos profissionais psi [...] ao invés de uma relação entre os sujeitos envolvidos a partir de um caráter verticalizado e, portanto, hierárquico, entre psicólogo e seu público-alvo pontua-se a necessidade de construção de um trabalho conjunto que vise quebrar tal lógica que aponta para o exercício de um poder de intervenção/submissão do outro ao saber psi. (SILVA; CARVALHÃES, 2016, p.252).

É dever do profissional que atua nesta área saber que sua ação sempre implica uma dimensão ético-política. Assim o Código de Ética profissional deixa de ser apenas um manual de instruções e evita o risco de transformar a PE em um campo exclusivo de aplicação de técnicas e testes.

É preciso que cada um de nós admita nosso limite e aprenda a lidar melhor com as frustrações, para evitar a necessidade de uso e abuso de medicamentos, os casos de internações e as tentativas de autoextermínio. É preciso educar crianças e jovens para que admitam a limitação humana não como incompetência, mas como condição de sua própria natureza.

Aprendemos com a política de Saúde Mental e com o projeto de humanização do SUS (Cartilha do Ministério da Saúde de 2009), que o processo saúde-doença extrapola a dimensão biológica e subjetiva da pessoa. Quando estamos atendendo um(a) atleta (seja no clube ou no consultório particular) devemos considerar o esporte enquanto um fenômeno cultural e também, uma empresa que funciona dentro de um sistema de regras institucionalizadas nacionalmente e muitas vezes reguladas internacionalmente.





Isso significa que a(o) atleta que atendemos (seja de qual idade for) está submetida(o) às questões da idade, da política, questões econômico-financeiras do país e da modalidade esportiva da qual pertence. Precisamos acolher a queixa sem psicologizar o sofrimento do atleta. As vezes a solução só pode ser encontrada juntamente com a gerência e os vários departamentos e instancias do clube. A(o) própria atleta precisa estar esclarecida dos motivos pelos quais sofre. Ela(e) precisa aderir a um projeto terapêutico, que deve ser construído com seu consentimento e participação.

REFERÊNCIAS

Clínica ampliada e compartilhada / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. - Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. : il. color. - (Série B. Textos Básicos de Saúde). Acesso em 20/10/2015 http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de esporte / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 1. ed. Brasília : CFP, 2019. 123 p. ; 21 cm.

BERCHERIE, Paul. Introdução. In: BERCHERIE, Paul. Os fundamentos da Clínica: história e estrutura do saber psiquiátrico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Tradução: Vera Ribeiro. (p. 21-27)

GUERRA, Andréa Máris Campos. O Social na clínica e a clínica no Social: sutilezas de uma prática. In: GONÇALVES, Betânia Diniz; GUERRA, Andréa Máris. Campos; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Clínica e Inclusão Social: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002. (p.29-48)

OLIVEIRA, Marcos Vinícius de. A ação clínica e os espaços institucionais das políticas públicas: desafios éticos e técnicos. . In: Ano da Psicoterapia: textos geradores. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: DF. 2ª impressão. 2009. (p.106-130)

RUBIO, Katia. Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção. Casa do Psicólogo, 2000 - 170 páginas

RUBIO, Katia. Psicologia Do Esporte: Teoria e Pratica. Casa do Psicólogo, 2003 - 268 páginas

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHAES, Flávia Fernandes de. Psicologia e Políticas

Públicas: impasses e reinvenções. Psicologia e Sociedade, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 247-256, ago. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000200247&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 mar. 2017.





POLÍTICAS PÚBLICAS E O TRABALHO DE PSICÓLOGAS(OS): DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO EM TEMPOS SOMBRIOS

Lygia de Souza Viégas⁴⁰

INTRODUÇÃO

O presente capítulo objetiva partilhar reflexões acerca dos desafios impostos às(aos) psicólogas(os) na construção de práticas de resistência e emancipação no âmbito das políticas públicas em tempos sombrios como o atual no Brasil. Início pensando o neoliberalismo como doutrina global, para então tecer considerações acerca das peculiaridades de sua construção em território brasileiro, e seus impactos na implantação de políticas públicas sociais. Ao final, anúncio alguns desafios impostos às(aos) psicólogas(os) na construção densa e crítica de práticas emancipatórias em contextos adversos, tomando a psicologia escolar como foco.

Nesse recorte de uma pauta complexa, longe de louvar a presença generalizada de psicólogas(os) como uma conquista social, mirando-nos no espelho de forma vaidosa, opto por tensionar essa presença, usando o espelho como instrumento de autoconhecimento, diante do qual podemos refletir criticamente sobre nós mesmos.

Espero que as inquietações aqui partilhadas possam alimentar o debate em torno da construção de práticas profissionais emancipatórias, que reconheçam os limites impostos historicamente e contribuam de fato para a superação da sociedade capitalista, cuja dinâmica de funcionamento é, ela mesma, impeditiva da construção de subjetividades emancipadas.

O MANTO SAGRADO DO NEOLIBERALISMO

O neoliberalismo nasceu primeiro como teoria, “movimento ideológico”, ou “corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem” (ANDERSON, 1995, p. 22). Considera-se germinal a publicação de Hayek, em 1944, intitulada *O Caminho da Servidão*, verdadeira “reação

⁴⁰ Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (USP) e professora da Faculdade de Educação da UFBA – E-mail. lyosviegas@gmail.com



teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (p. 9). O autor prega que qualquer limite às regras do mercado pelo Estado ameaça à liberdade não só econômica, mas política.

Três anos depois, Hayek¹ protagonizou a fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, “uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada”, cujo propósito era “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (p. 9). De fato, esta cartilha reza a *estabilidade monetária*, conquistada com a *disciplina orçamentária*, a *contenção dos gastos com bem-estar* e a *restauração da taxa ‘natural’ e ‘necessária’ de desemprego*; além disso, propõe *reformas fiscais* e a *redução de impostos sobre grandes fortunas*. Nesse sentido, o aumento da desigualdade social não é uma consequência indesejada, mas “um valor positivo”, “imprescindível em si” para o sucesso neoliberal. Por óbvio que tal ideário arroga “o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra” (p. 12).

A crítica ao comunismo não se dá pelo autoritarismo denunciado nas experiências concretas. Desde a bíblia neoliberal, os valores democráticos são negociáveis, havendo o apoio despuído a regimes autoritários, desde que neles as liberdades do mercado, essas inegociáveis, estejam garantidas. Assim, defende-se um Estado mínimo na garantia de direitos, mas forte o suficiente para conter a resistência, sobretudo os sindicatos, vistos como culpados pelas crises sucessivas no mundo capitalista a partir dos anos 1970.

Após décadas de costura, a cartilha neoliberal começou a ser posta em prática, sendo marcos as gestões de Thatcher, na Inglaterra (1979), e de Reagan, nos Estados Unidos (1980). No entanto, quase uma década antes, o Chile de Pinochet foi “verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal”, adotando tal modelo em um cenário que, embora reconhecido como uma ditadura atroz, foi historicamente apontado como exemplo bem-sucedido e mesmo modelo do projeto.

O fato é que a partir da década de 1980, consolidou-se a onda neoliberal no mundo. Inicialmente sob o domínio da “nova direita”, não tardou a que governos que se apresentavam como alternativa progressista, como os social-democratas ou mesmo os autoproclamados de esquerda, cedessem, mesmo que de forma inconfessa, às suas pressões, mudando o rumo em direção à “ortodoxia neoliberal”. A imagem de modelo único foi reforçada, ainda, com a queda do bloco comunista no leste europeu e na União Soviética, na virada dos anos 1990.

Em meados dos anos 1990, Anderson (1995) escreveu uma síntese dos impactos do neoliberalismo, sob diferentes perspectivas, que segue bastante atual:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Esse fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes (p. 23).

O plano de dominação neoliberal segue em marcha, e hoje os países, um a um, rezam suas regras, mesmo quando há sinais evidentes de sua inviabilidade. Com a política refém da economia, e a economia refém do humor do mercado financeiro especulativo, vemos a olhos nus o aumento da concentração de renda e a ampliação da miséria, da destruição do planeta e da degradação humana. Se um cenário tão sombrio aquece o mal-estar social, as crises são rapidamente *capitalizadas*, e os movimentos insurgentes são esmagados pela repressão ou engolidos pelos ditames neoliberais, sendo raras as conquistas efetivas e radicais.

Como aliado potente no convencimento social de esse é modelo único, a grande mídia reforça a tese originária de que as crises estruturais devem ser postas na conta dos direitos sociais, sobretudo no campo trabalhista e previdenciário, propagados como *privilégios* ou *gastos excessivos* que devem ser cortados, para o bem da economia. O sistema neoliberal segue se reinventando, recuperando sua vitalidade, e se apresentando como inevitável.





O BRASIL SOB O MANTO NEOLIBERAL

Pensar neoliberalismo no Brasil implica em reparar nossas especificidades. Ora, carregamos uma história não superada de colonização escravista predatória e genocida, com matrizes fincadas no patrimonialismo autoritário, que retardaram ao máximo a compreensão universalizante dos direitos sociais, que, a bem da verdade, só foram reconhecidos na década de 1930, e desde então praticamente não saíram do papel (OLIVEIRA, 1994).

O tradicional desprezo da classe dominante pelo povo se revela na quase nulidade das políticas de bem-estar social (PATTO, 2009a). Soma-se o fato de que as lutas por direitos são noticiadas como vandalismo, que deve ser contido, visando à coesão social. Diante de uma construção em ruínas, como versa Caetano Veloso, em *Fora da Ordem*, resta a pergunta: como desmontar um estado que nunca se completou? (KALMUS, 2018)

Outro ingrediente que marca o sabor de nossa história é uma estrutura política repleta de vícios, partilhada entre partidos de ocasião, que reforçam negociatas pouco republicanas e eivadas de interesses escusos, implicando na condução corrupta dos poderes executivo, legislativo e judiciário, em comunhão com interesses privatistas que são legitimados pelo aval militante dos grandes meios de comunicação (ANDERSON, 2019).

De forma resumidíssima (ANDERSON, 2019), na primeira eleição presidencial pós ditadura (1989), Collor foi eleito com uma agenda fiel às privatizações e abertura econômica aos interesses do capital estrangeiro. Após escândalos de corrupção, ele foi substituído em 1993, por seu vice Itamar Franco, o qual, seguindo a toada, implantou, junto com o então Ministro Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real, que garantiu a eleição de FHC em 1994, e depois, reeleição em 1998. Nessas três gestões, em meio a incontáveis privatizações, os poucos direitos sociais resultaram de lutas, que se esbarrraram na truculência do estado e não foram suficientes para conter a ampliação da desigualdade social imposta na cartilha.

Nesse cenário, na eleição de 2002, a histórica vitória de Lula, líder sindical do Partido dos Trabalhadores derrotado nos pleitos anteriores, representou um sopro de esperança na ampliação dos direitos e redução das desigualdades. Pragmaticamente, suas duas gestões apostaram na conciliação, e não na ruptura com os ditames neoliberais. No campo específico das políticas públicas, ao tentar conciliar direitos sociais com interesses do capital, elas não ultrapassaram seus “efeitos cosméticos”, distorcendo sua real função. É o caso das políticas de inclusão perversa, que reinventaram formas de exclusão; e dos projetos assistencialistas de transferência de renda, que não enfrentaram a desigualdade social na raiz.

Em um contexto mundial tido como “favorável”, na era Lula houve crescimento econômico acompanhado de queda da pobreza, via inclusão pelo consumo. Concluindo suas duas gestões com aprovação recorde, Lula elegeu sua sucessora, Dilma Rousseff, cujas gestões foram ainda mais afeitas à cartilha neoliberal, abrindo caminho a várias precarizações.

A era Dilma foi atravessada pela queda do crescimento e por escândalos de corrupção (pré-históricos, mas não enfrentados energeticamente), reaquecendo movimentos sociais. Greves foram realizadas, não sem enfrentar resistência, agora dentro dos próprios sindicatos governistas que insistiam que não era hora de se opor. Tal cenário foi propício a que protestos fossem cooptados por uma direita raivosa, dando base para o golpe de 2016, camuflado de processo de impedimento orquestrado por seu vice, Temer, em articulação com políticos de direita, com a imprensa, “com o supremo, com tudo”. Desde então, o desmonte segue firme:

Agindo com a rapidez e a determinação que deixariam clara a profundidade das elaborações por trás do impeachment, o novo regime aprovou três peças clássicas de política neoliberal em pouco tempo, alterando a constituição econômica do país de uma só vez. Em um mês, a legislação que congelava gastos sociais por vinte anos—sem aumento além da taxa de inflação—já estava diante do Congresso. Tão logo foi aprovada, com uma maioria de dois terços, o código trabalhista foi amplamente descartado: o limite legal de um dia de trabalho foi estendido de 8 para 12 horas; as pausas permitidas para almoço foram cortadas de uma hora para trinta minutos; proteção aos empregados, de tempo integral ou parcial, foi reduzida; obrigações sindicais foram abolidas; além de diversas outras desregulações do mercado de trabalho. Uma terceira lei deu um sinal verde generalizado à terceirização de contratos de emprego e trabalho intermitente. Em seguida, começa a radical reforma





previdenciária, aumentando as contribuições e aumentando a idade de aposentadoria, para reduzir os custos da previdência social constitucionalmente exigida em nome da redução da dívida nacional. (ANDERSON, 2019).

A ascensão de grupos de direita abrigou o impensado: a eleição polêmica e criminosa de Bolsonaro, em 2018. Que, tão logo assumiu, acelerou a destruição e desmonte de tudo: rios, florestas, praias, povos inteiros, grupos específicos, sindicatos, conselhos, serviços, direitos e pactos sociais. Enquanto o país vira cinza e lama, ministros, o presidente e sua *família* protagonizam cenas indescritíveis, diante da inércia de quem tem poder institucional e o dever ético-político para impedir, mas nada faz pois tem interesse nas reformas em curso.

No entanto, mesmo os movimentos de oposição estão, de maneira geral, inertes. Ao contrário de convocar o povo a enfrentar de forma radical a agenda ultra neoliberal, eles parecem ter cedido à ideia de que não há alternativa se não se ajustar. Assim, reitera-se a proposta, alimentada nos 14 anos de gestão petista, de “mudar por dentro”, ainda que colecionemos situações em que foi requerida uma série de concessões que contradizem um projeto efetivamente emancipatório e revolucionário. São contradições difíceis de digerir, sem uma boa dose de cinismo (ZIZEK, 1996), e que precisam urgentemente ser reparadas.

O TRABALHO DE PSICÓLOGAS(OS) NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NEOLIBERAIS

É nesse cenário complexo que se inserem as políticas públicas nas quais as(os) psicólogas(os) trabalham ou vão trabalhar. Os desafios são imensos.

Um desafio a ser enfrentado é a tendência de acreditarmos com simpatia acrítica em projetos de lei que prometem garantir algum direito. Ora, são inúmeras as situações nas quais a ideia de direito foi cooptada por interesses econômicos, escamoteando que tais propostas, em realidade, agem na direção contrária (CONSELHO..., 2010). É o caso, por exemplo, do PL 7.081/2010, recentemente aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que dispõe sobre o diagnóstico e tratamento do transtorno do déficit de atenção e dislexia na atenção básicaⁱⁱ. Segundo tentam nos convencer, a população escolar tem o direito a um diagnóstico de suas dificuldades de aprendizagem, a ser feito por equipe especializada.

Mas o acesso a esses diagnósticos seria mesmo um direito? Há fortes razões para afirmar que não. Afora todas as polêmicas em torno da etiologia, diagnóstico e tratamento do TDAH e da dislexia (CONSELHO..., 2010), que por si só são suficientes se suspeitar do projeto, é preciso ressaltar que tal PL faz vistas grossas à complexidade do fracasso de nosso sistema escolar (PATTO, 1990), escamoteada por diagnósticos que imputam a culpa nos indivíduos. Além disso, é preciso denunciar o interesse de empresas de diagnóstico e tratamento. Desvela-se que o PL, em realidade, é um negócio interessante tanto do ponto de vista político, quanto econômico.

Não é estranho que sua aprovação tenha sido comemorada por associações com nítidos conflitos de interessesⁱⁱⁱ. Mas ela também foi comemorada por parcela de psicólogas(os) que pactuam com essa forma biologizada de compreender o desenvolvimento humano e/ou que buscam oportunidades de trabalho. Afinal, psicólogas(os) serão convocadas(os) a avaliar e diagnosticar possíveis casos de dislexia e TDAH.

Nesse ponto, tal PL dialoga com outro que interessa diretamente a psicólogas(os): o PL 3866/2000, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica^{iv}. Tal PL tem sido defendido nas redes sociais por abrir espaços de atuação. O interesse nesse nicho de mercado não pode embaçar o olhar para os possíveis impactos negativos do trabalho de psicólogas(os) na construção de uma educação pública de qualidade. É preciso reparar algumas contradições de forma destemida.

Tradicionalmente, na educação, a demanda pelo trabalho de psicólogas(os) envolve avaliação e diagnóstico, geralmente de estudantes que perturbam a ordem estabelecida, seja por sua forma de se comportar, seja por sua forma de aprender (SOUZA, 2002). Patto (2009b) reitera que a produção de laudos psicológicos constitui um “exercício de poder e da sedução que ele exerce numa sociedade hierarquizada e marcada pelo autoritarismo das elites econômicas e intelectuais” (p. 407). Impiedosa, ela cita trechos de laudos de crianças com queixa escolar, por meio dos quais desvela nosso feio retrato: mesmo quando tecnicamente bem construídos (o que não é regra), os





laudos falam, “com convicção autoritária”, de um “sujeito abstrato, reduzido a números e a chavões vincados de arbitrariedade e preconceito”, sobretudo de raça e classe, mas escondido nas vestes sagradas do especialista. Diz ela:

Nesses pareceres, não encontramos pessoas: os avaliados, como regra, não pertencem a uma classe social; não se encontram numa instituição de ensino construída no interior de uma sociedade que a determina; não vivem numa sociedade dividida, injusta, preconceituosa e violenta; não têm uma história familiar e escolar; não têm uma vida fora da escola, não fazem parte de grupos de pares onde brincam, dialogam, propõem, negociam - em suma, não têm experiências de vida, reduzidos que são a opiniões e estereótipos incrustados na queixa escolar. A julgar pelas deficiências que lhes atribuem psicólogos e professores, eles não teriam condições de sobreviver, muito menos em condições de vida em geral adversas. O que se tem é um feixe de deficiências deduzidas de seu desempenho na situação artificial e ameaçadora da avaliação psicológica, sobretudo aos que já foram estigmatizados por avaliações peremptórias de *competentes* que os relegaram à condição de incapazes ou anormais. (p. 407)

Sem fazer concessão de nenhum tipo, Patto tensiona inclusive práticas aparentemente de cuidado, inovadoras e lúdicas, mas que, em essência, buscam o ajuste à sociedade capitalista, tirando de foco que tal estrutura, calcada na exploração e extorsão, só pode produzir sofrimentos e desajustamentos. Para a autora, quando nosso trabalho pactua com os interesses de dominação, nos tornamos “cães de guarda do sistema”, que “gerenciam riscos”, reforçam o culto ao eu e desmobilizam a ação coletiva de caráter emancipatório.

Na mesma direção, o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (2019) denuncia “a intensificação de práticas higienistas e de vigilância, camufladas de cuidado e cura, mas que concretamente operam, sem pudor, para docilizar, desmobilizar, calar, controlar (inclusive quimicamente), criminalizar e exterminar vidas” (p. 17), fazendo um alerta:

Em tempos nos quais a vida virou negócio, e todas as existências rentáveis serão destinadas a um “lugar delimitado”, é preciso estarmos atentos para não sermos engolidos pela máquina de lucro, que moe gente, literal ou metaforicamente. Chamamos a atenção, nesse aspecto, para a captura presente em algumas políticas e projetos de “gestão da diversidade”, que acolhem as mais variadas diferenças, desde que elas sejam lucrativas; as cidadanias são financeirizadas, na medida em que a intenção real é de exploração, seja da força de trabalho, seja da capacidade de consumo. Assim, criticamos a instrumentalização funcional de pautas que lutamos para conquistar, como as práticas integrativas e complementares, o brincar e a relação com a natureza. Também tensionamos projetos de fortalecimento identitário que se esgotam no empoderamento individual meritocrático, ao sugerirem que, com força de vontade, autoestima, resiliência, proatividade e concentração, todos podem passar para o lado dos vencedores (p.15-6).

Nesse sentido, voltando ao PL 3866, não é necessária muita imaginação para prever que o trabalho de psicólogas(os) na rede básica de ensino não se restringirá ao diagnóstico de dislexia e TDAH, que serão reforçados pelo PL 7081. Se pensarmos em outras situações que tensionam o chão das escolas, veremos, com humildade, que a demanda será por um trabalho de ajuste e silenciamento, para que as instituições continuem funcionando normalmente.

À luz das perguntas “a serviço de que” e “a serviço de quem” atuamos, provoço: em tempos de militarização das escolas e criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, que olhar e estratégias serão adotados diante de estudantes e professores revoltados? Numa sociedade que prima pelo controle, como compreender e intervir em casos de desobediência? Em tempos de cura gay e escola sem partido, como lidar com as questões de gênero e sexualidade na escola? Diante de uma política de drogas proibicionista, que aprisiona até o debate sobre o tema e prima pela internação compulsória de dependentes químicos, como se posicionar frente a situações de estudantes que fazem uso de drogas dentro ou fora da escola?

As andanças, prosas e leituras reforçam a complexidade do tema. Não é raro que situações de racismo e LGBTQ+fobia na escola sejam suavizadas ao status de bullying, e o trabalho realizado envolva fortalecer a resiliência





das vítimas, para suportar a situação sem se abalar. Muitas(os) psicólogas(os), calcadas em uma visão abstrata de família (monogâmica, cis-hetero-normativa, falocêntrica...), julgam como desestruturadas todas as outras formas de organização familiar, sobretudo se mononucleares, chefiadas por mulheres, homoafetivas, transgêneras. Não é raro que psicólogas(os) teçam críticas à culpabilização de crianças e famílias, mas culpabilizem professoras(es), sem se dar conta dessa contradição.

Reconhecer essas situações não significa negar os avanços da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil. É certo que, a partir dos anos 1980, as críticas de Patto (1984, 1990) produziram uma fissura na área, fertilizando a sistematização de produções teórico-práticas críticas, com destaque para o Serviço de Psicologia Escolar do IPUSP (SOUZA, 2007; MACHADO, LERNER, FONSECA, 2017). Intensificadas a partir dos anos 1990, pesquisas e intervenções têm sido propostas em várias regiões do país, por vezes gerando publicações que dão corpo a um conjunto relativamente denso de experiências ora mais ora menos disruptivas.

É com base nessas experiências que muitas entidades defendem a aprovação do PL 3866. Sem negar a potencialidade dessa produção, é preciso certa cautela. O Brasil é um país de dimensão continental, com 5.570 municípios, distribuídos em 26 estados, além do Distrito Federal. As 356.545 profissionais registradas pelo Conselho Federal de Psicologia realizaram sua formação em um dos mais de 600 cursos, espalhados em instituições públicas e privadas.

A complexidade do debate em torno da formação de psicólogas(os), visivelmente precarizada por interesses econômicos e políticos, é reconhecida no próprio Sistema Conselhos de Psicologia, que escolheu esse como tema do ano de 2018. Para um debate denso sobre o tema, é recomendável a leitura do livro *Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da Psicologia* (PATTO, 2012). Ora, é sabido que nossa formação é campo de disputa, e a perspectiva crítica ainda é tímida nessas formações.

Assim, há de se supor que, se o PL 3866 for aprovado, as(os) psicólogas(os) que serão contratadas(os) não necessariamente tiveram acesso a uma formação crítica, aliada de um instrumental teórico-prático coerente, que as habilite a uma atuação que efetivamente contribua com a emancipação humana. Para complexificar, o acesso a tal formação não é credencial para que as práticas decorrentes no chão dos serviços sejam críticas. Muitos elementos concorrem, incluindo a visão de mundo das(os) profissionais, que por vezes é fraturada (PATTO, 1990). Mas mesmo profissionais críticas e bem formadas encontram barreiras reais para trabalhar (SOUZA, SILVA & YAMAMOTO, 2014): a instabilidade do vínculo, alimentada pela quase ausência de concursos públicos^v; as péssimas condições de trabalho; a precarização dos serviços e a falta de autonomia impactam na atuação profissional.

É preciso dimensionar que as(os) psicólogas(os) são trabalhadoras(es) concretas(os), em um contexto concreto. Não é natural e simples que consigamos realizar uma atuação efetivamente emancipatória, independente e acima da estrutura impeditiva dos serviços públicos. Ao invés de supor que temos superpoderes, gesto que nos desumaniza, é preciso reconhecer os limites impostos historicamente para a transformação radical da sociedade, sem a qual a emancipação é, na melhor das hipóteses, parcial (se é que isso é possível).

DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

Em busca de lucidez no contexto político atual, desfecho com considerações pessoais.

Em tempos de intensificação de ataques à maltratada educação pública, com políticas de militarização, o bloqueio de debates sobre gênero e sexualidade ou reformas autoritárias, me parece que psicólogas(os) seriam mais úteis fazendo coro às lutas prioritárias da educação.

Além disso, considerando que há psicólogas(os) atuando em outras políticas públicas (saúde mental, assistência social...), enfrentando uma série de desafios para realizar um trabalho engajado, também me parece ser mais propício intensificar as lutas para garantir melhores condições de trabalho nesses postos já existentes, bem como sua articulação em rede, ao invés de abrir novos postos que podem reforçar uma atuação precária e isolada.

Finalmente, se o objetivo é a emancipação humana, é preciso questionar projetos conciliadores, que buscam apaziguar conflitos para garantir o funcionamento das instituições. Ao contrário, devemos contribuir para que “a





revolta e a insatisfação latentes sejam nomeadas, compreendidas em sua dimensão histórica e, dessa forma, possam redimensionar as relações de força” (PATTO, 1990, p. 427). Os aliados desse projeto são justamente os maiores alvos da dominação, aqueles que não tem valor, sobre quem todas as estratégias de silenciamento são impostas, inclusive pela psicologia.

Não custa reiterar que a psicologia dominante, cada vez mais aderida à cartilha neoliberal, é instrumento de negação da imaginação política que reforça a sensação desértica generalizada de que é mais fácil destruir o planeta do que acabar com o capitalismo (ZIZEK, 1996). Não perder a utopia tem sido dos exercícios mais difíceis ultimamente.

No horizonte, vemos o Chile. Apontado pelos neoliberais como modelo a ser seguido, hoje, a experiência chilena anima. O país encontra-se em meio a uma grande convulsão social, capitaneada por cidadãos intransigentes que declaram, em seus cartazes, que de tanto tirarem deles, acabaram tirando o medo. A foto da bandeira Mapuche no topo de um monumento da cidade em chamas já virou símbolo de luta por transformações radicais, e não cosméticas. Insurgências irrompem em outros países latino-americanos, como o Equador e o Haiti.

Não sabemos os rumos que tais mobilizações vão tomar, e perdemos a ingenuidade diante da capacidade impressionante de o capitalismo se impor. Mas, em tempos áridos, é preciso insistir na aposta politicamente orientada de que, apesar de não ser simples, é possível criar caminhos radicais contra o sufoco do modelo neoliberal, rumo à emancipação humana. Sigamos na pegada do amor-coragem (FÓRUM, 2019).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANDERSON, Perry. O Brasil de Bolsonaro. In: Blog El Coyote, 1 mai. 2019. Disponível em: <http://elcoyote.org/o-brasil-de-bolsonaro-i-per-ry-anderson/>. Acesso em: 31 out. 2019.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO; GRUPO INTERINSTITUCIONAL QUEIXA ESCOLAR (org.). Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- FÓRUM SOBRE A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA SOCIEDADE. Manifesto Desmedicalizante e Interseccional: “existirmos, a que será que se destina?”. SEMINÁRIO SOBRE A EDUCAÇÃO MEDICALIZADA, 5, 2018, Salvador-BA. Anais... Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, 2019, v.1, n.1, p. 12-20. Disponível em: <<http://anais.medicalizacao.org.br/index.php/educacaomedicalizada/article/view/235/205>>. Acesso em 31 out. 2019.
- KALMUS, Jaqueline. Medicalização, a quem será que se destina: desqualificação do sujeito em tempos de neoliberalismo. 2018. (44m24s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B-tEP8BNoYY>. Acesso em 31 out. 2019.
- MACHADO, Adriana Marcondes; LERNER, Ana Beatriz Coutinho; FONSECA, Paula Fontana. (org.). Concepções e proposições em psicologia e educação: a trajetória do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: Blucher, 2017.
- OLIVEIRA, Francisco de. Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI. Rio de Janeiro: FASE, 1994.
- PATTO, Maria Helena Souza. Psicologia e Ideologia: uma crítica à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- PATTO, Maria Helena Souza. A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.
- PATTO, Maria Helena Souza. (org.). Cidadania negada: políticas públicas e formas de viver. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- PATTO, Maria Helena Souza. De gestores e cães de guarda: sobre psicologia e violência. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 405-415, 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2009000200012&lng=pt&nrm=iso. acessos em 31 out. 2019.
- PATTO, Maria Helena Souza. (org.) Formação de psicólogos e relações de poder: sobre a miséria da Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- SOUZA, Beatriz de Paula. Orientação à Queixa Escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Problemas de aprendizagem ou problemas de escolarização? Repensando o cotidiano escolar à luz da perspectiva histórico-crítica em psicologia. In: OLIVEIRA, Marta Kohl; SOUZA, Denise Trento Rebello de; REGO, Teresa Cristina. (org.) Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002. p. 177-195.
- SOUZA, Marilene Proença Rebello de; SILVA, Sílvia Maria Cintra da; YAMAMOTO, Katia. Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios. Uberlândia: EDUFU, 2014.
- ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj. Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7-38.



NOTAS DAS AUTORAS

- i Ao seu lado, nomes como Milton Friedman e Ludwig Von Mises.
- ii O PL ainda depende de nova apreciação do Senado, e, por fim, da caneta presidencial.
- iii Cf. <https://tdah.org.br/pl-7081-aprovada-a-redacao-final-na-comissao-de-constituicao-e-justica/>. Acesso em 31 de outubro de 2019.
- iv Apesar de vetado por Bolsonaro, por razões econômicas, entidades da psicologia estão mobilizadas para garantir nosso acesso compulsório às redes públicas de educação do país.
- v A existência de concursos públicos não garante a qualidade da seleção, já que muitos processos são terceirizados para empresas que não possuem a perspectiva crítica no horizonte.



A COLONIZAÇÃO DA IMAGINAÇÃO E SEUS EFEITOS POLÍTICOS NO CONTEMPORÂNEO

Cristina Mair Barros Rauter⁴¹

Num trabalho anterior (Rauter, 2017) estudei os meios pelos quais a potência do brasileiro é continuamente diminuída a partir de pílulas diárias de medo que nos são destiladas pelos meios de comunicação. Inicialmente estudei a generalização de imagens e discursos de medo através das telas de TV, constantemente difundindo cenas amedrontadoras de assaltos e tiroteios. Além dos noticiários, os filmes e séries, muitos deles norte-americanos, abordam insistentemente essa temática, anunciando obsessivamente que temos muitas razões para temer as ruas, os vizinhos, estar sempre à espreita de criminosos, que podem ser serial killers, assim como todo tipo de bandos criminosos que podem nos assaltar ou nos matar. É curioso que assistir a esses filmes seja considerado lazer, pois na realidade, em especial se morarmos no Rio de Janeiro, nós podemos ser vítimas indefesas de tiros que escutamos de nossas casas. Os moradores dos bairros “mais pretos” têm uma experiência de medo muito diferente daquela que têm os que moram “no asfalto” ou nos bairros “mais brancos”. Os locais onde moram são constantemente invadidos por carros blindados com policiais armados. Enquanto alguns temem por ouvir dizer ou ao ver imagens na TV, outros temem por experimentar com seu corpo essa guerra não declarada que vivemos todos os dias, na qual o próprio povo é o inimigo a ser combatido pelo estado. A explicação para essa presença constante das forças de repressão, com emprego de armas pesadas em locais residenciais, com casas muito próximas umas das outras, é o combate ao chamado “tráfico de drogas”. Mas a explicação não se sustenta quando constatamos que o comércio ilegal de drogas permanece imune essa política. O varejo de drogas continua sem ser incomodado nos endereços mais nobres ou mais brancos da cidade, e não se tem notícia de invasões nesses bairros, como as que têm que suportar os moradores de favelas, o que têm levado à morte muitos jovens e crianças. O atual governo do Rio de Janeiro tem defendido publicamente sua política oficial de extermínio, o que faz desse estado uma região de emergência humanitária, pelo elevado número de mortes por arma de fogo num pretense combate ao crime. É muito elevado também o número de policiais mortos, inclusive por suicídio.

A maneira como são veiculados os fatos violentos afeta nossa maneira de lidar com eles, é a ideia que tenho já há algum tempo. Quando assistimos a esse noticiário em geral nosso corpo está inerte, nossos olhos grudados às telas grandes ou pequenas. Grande parte do noticiário visa legitimar a violência de estado - a polícia foi violenta porque os “bandidos” são violentos e é em função do combate ao crime que os policiais invadem áreas residenciais atirando com armas pesadas, inclusive nas proximidades de escolas. Quando um jovem morre,

41 Doutora em Psicologia Clínica e professora titular no Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense UFF – E-mail. rautercristinamairo2@gmail.com



segue-se o debate de se ele estava envolvido ou não no tráfico de drogas, se era bandido ou não. Ou culpa-se os chamados “bandidos” pelo tiroteio, pois poderiam simplesmente ter se entregado...

Podemos considerar que vivemos no Brasil de hoje um governo do medo. No século XVII Spinoza (2009) disse que os governos exerciam seu poder sobre a população por meio dos afetos de esperança e medo. Alternando entre esses dois afetos em suas várias gradações, os governos exercem seu poder. Mas esse poder não lhes pertence, porque é confiscado da potência da multidão, o que significa dizer que essa potência pode ser reapropriada pelo povo. O medo é um afeto triste e enquanto tal, produz uma variação para menos da potência. Os afetos humanos são variáveis como as ondas do mar e o clima, e existe a possibilidade de o medo se transformar em revolta, o que pode fazer do governo pelo medo um governo muito instável. Um governo por meio da esperança pode ganhar mais estabilidade, mas a esperança é em si mesmo um afeto instável, pois se as promessas feitas não se realizarem, a esperança pode ser novamente substituída pelo medo ou pela insegurança. Um governo onde o protagonismo da multidão possa prevalecer é o que buscamos e não um governo da esperança.

Nossa vida social está permeada pelo medo, que hoje torna nossas cidades desertas à noite, exceto nos redutos brancos onde a polícia está a todo momento circulando com suas armas que visam proteger os que são considerados cidadãos. Quanto aos que não são considerados cidadãos, os mais pretos e mais pobres, não há uma preocupação do estado quanto às balas que podem atingi-los em suas ações legitimadas pelo combate ao crime. A vida brasileira passou a naturalizar as mortes de traficantes, que são como que o símbolo do brasileiro que não conta, que pode morrer à vontade. Seu crime é paradoxal, pois se trata do comércio de uma substância, numa sociedade em que o “livre comércio” é um valor. É certo que esse comércio não é somente praticado nas favelas e pelos pretos, mas a licença para matar é dada apenas para quando se trata desse grupo.

O estado brasileiro trata de forma muito distinta aqueles a quem de fato considera que têm vidas que merecem proteção daqueles outros que podem ser mortos, merecendo apenas uma explicação frágil, como a que atribui a balas perdidas as mortes de crianças indo para a escola, ou quando confundem um guarda-chuva com fuzil, um pedreiro que constrói uma laje com um olheiro do tráfico etc.

O governo pelo medo se estende à maneira como as crianças são hoje criadas, brincando em casa, ou em condomínios fechados, ou permanecendo muitas horas vendo televisão e mais recentemente, utilizando celulares, nos quais acessam redes sociais e trocam mensagens utilizando aplicativos multimídia. Todas essas práticas mudaram muito a maneira como as crianças brincavam e interagem no passado. Acredito que elas interferem sobre a vida das crianças, sobre a utilização que fazem de seu aparelho muscular, do seu corpo.

Para Winnicott (1975), é através do brincar que a criança acessa a vida coletiva. É brincando que ela começa a se afastar do cuidado exclusivo familiar e chega ao grupo. Há portanto um vínculo forte entre o brincar, a criação e a vida social. Podemos supor que as crianças criadas numa situação de medo constante, acostumadas a se esconder de tiros, ou que permanecem em suas casas ao invés de brincar com outras crianças, têm diminuída sua capacidade criadora e sua autonomia, ou como podemos também dizê-lo a partir de Reich, têm limitada a sua potência vital.

A agressividade, entendida como ligada à expansão da vida, um dos componentes da libido, precisa ser exercitada pelas crianças na exploração do ambiente, nas brincadeiras e nos conflitos com outras crianças, na experiência de risco controlado possibilitada pelo cuidado. Não é pelo impedimento da agressividade que se educa, mas justamente a partir de seu exercício. Para Reich (1975), o que foi um dia agressividade, vida, torna-se destrutividade, sadismo, masoquismo se não puder ser expresso e exercitado.

Não têm sido corretamente avaliadas as consequências da utilização diária e de longa duração de celulares, ainda mais depois do advento dos aplicativos de mensagens multimídia. Ainda que seja maravilhoso que possamos ver e ouvir pessoas que estão distantes de nós através dessas mensagens, e reconhecendo as enormes vantagens que esse tipo de comunicação traz consigo, é preciso saber distinguir entre a comunicação que se dá em presença e proximidade corporal daquela que ocorre através de dispositivos. Um dos problemas que enfrentamos é não fazer essas distinções e achar que reuniões on line são tão boas quanto reuniões em presença, que a maternidade pode ser exercida através desses dispositivos, que as aulas on line são suficientes ou até melhores para o aprendizado e assim por diante. Essas imagens em “tempo real” como se diz, essa possibilidade de falar com





pessoas do outro lado do mundo como se estivessem próximas, vê-las em fotos e vídeos, são extremamente poderosas. Acreditamos nelas a tal ponto que chegamos a achar que é dispensável a proximidade corporal.

Para Spinoza (2008) é através da imaginação que entramos em contato com o mundo. A partir desse filtro que contém tanto o estado atual do nosso corpo quanto o dos corpos exteriores percebemos a realidade. A imaginação inclui o corpo e a mente. Não fazemos boas distinções entre passado, presente e futuro a través de nossa imaginação pois a imagem que percebemos é, em si mesma, basicamente a mesma. Podemos falar de uma “colonização de nossa imaginação” partir dos dispositivos de mídia que pode fazer com que frequentemente percebamos de modo inadequado a realidade. Mas esse tipo de “adequação” da qual fala Spinoza não diz respeito a um critério externo. Adequado se refere a um pensar potente, autônomo e livre. A colonização da imaginação pelos dispositivos de mídia, se não temos consciência dela, pode nos levar à submissão, a sermos governados a partir do exterior, a estarmos passivos e incapazes de agir. Não estamos condenando os dispositivos de mídia, a televisão e até o cinema, é preciso frisar: estamos nos referindo a maus usos, ao que estamos perdendo em qualidade perceptiva ao utilizá-los.

Ocorre com frequência, diz Spinoza, que consideremos como presentes coisas que não existem. Isso pode ser uma grande riqueza. Podemos fazer muitas coisas com essas realidades inventadas. O que não existe, ou a ficção, é onde reside grande parte de nossa capacidade criativa. O chamado “mundo do faz de conta” adquiriu proporções nunca dantes imaginadas no mundo atual. Porém os problemas começam quando deixamos de poder distinguir entre ficção e realidade. Na proposição 17 da parte II da Ética, diz Spinoza: “A mente não erra por imaginar, mas apenas quando é considerada privada da ideia que exclua existência das coisas que ela imagina como lhe estando presentes”. Esses dispositivos de imagem, tão charmosos e sedutores, são nossos cavalos alados. Podemos nos encantar com eles, amá-los e admirá-los, mas o problema começa quando pretendemos voar neles.

A intensa comunicação através das redes sociais e dispositivos multimídia tende a substituir, no capitalismo atual, o contato afetivo e corporal. Como dissemos, temos que nos perguntar o que perdemos e o que ganhamos quando fazemos essa substituição e não nos deixarmos confundir sobre o que toda essa produção imaginária pode significar. O humorista Gregório Duvivier (2018) questionou, num de seus programas, a política feita através das redes sociais lembrando que o Facebook foi criado com objetivos de marketing, ou seja, principalmente para vender produtos. Sem levar em conta esse fato primordial, do qual seus criadores não fizeram segredo, muitos chegam a fazer confidências comprometedoras nessas redes, expor sua vida amorosa e seus dados confidenciais. Porém é fato que as redes sociais podem ser utilizadas com um modo alternativo de ter acesso a notícias não veiculadas na mídia tradicional, que no Brasil é quase que inteiramente dominada pelos interesses de grandes conglomerados econômicos.

Quando nos comunicamos através das redes sociais ou aplicativos de mensagens, ou permanecemos o dia todo no computador ou na frente da TV, partes do nosso corpo deixam de ser acionadas. As chamadas Fake News são consideradas um mal terrível, mas para Franco Bifo Berardi (2017), o maior problema não é que as notícias sejam falsas, mas que muitos sejam incapazes de perceber essa falsidade. Uma insensibilidade psicopatológica toma conta atualmente dos coletivos - desfazendo laços de solidariedade e diminuindo a capacidade de perceber a realidade. É essa exclusão que leva grandes massas humanas a acreditar em tudo que lhes chega por mensagens, que lhes parece uma comunicação pessoal, um tipo de contato direto, íntimo, com seu político preferido. Ultimamente, em vários países do mundo foram eleitos candidatos cujas plataformas de campanha eram em tudo contrárias aos interesses da maioria da população. A forte presença dessas mensagens nas campanhas desses candidatos foi considerada responsável por sua eleição. Não se pode dizer que as massas foram enganadas, pois esses candidatos tinham sido, na maioria das vezes, sinceros ao anunciar “medidas austeras”, ou suas intenções violentas em relação a setores da população. Do nosso ponto de vista, essa diminuição da capacidade de experimentação corporal característica da vida contemporânea, essa percepção que privilegia apenas partes de nosso corpo, afeta diretamente a capacidade de discernimento frente à realidade e compromete nosso raciocínio crítico, levando muitos a votar contra si próprios e a lutar por sua servidão como se lutassem por sua liberdade.





Para Spinoza nosso corpo e nossa mente são multiplamente compostos, porém não conhecemos essa multiplicidade de partes que compõe o nosso corpo e costumamos nos enganar a respeito das relações que nosso corpo estabelece, ou das experimentações que faz. Essas experimentações corporais são para Spinoza a fonte de todo o nosso conhecimento. Uma parte de nosso corpo pode se alegrar em função numa determinada relação com coisas ou pessoas que estabeleçamos, enquanto as outras podem permanecer inalteradas ou diminuir sua potência. Esse tipo de alegria parcial, que afeta uma das partes de nosso corpo, Spinoza chamou de alegria passiva. As alegrias ativas, por outro lado, são aquelas em que um maior número de partes do nosso corpo é afetado. O aumento da capacidade de afetar e ser afetado nos torna mais potentes, mais ativos, mais capazes de expressar o que somos e assim mais livres. Pensamos e agimos melhor quando muitas partes do nosso corpo são afetadas pelo que experimentamos. Por outro lado, pensamos e agimos pior quando uma diminuição dessa capacidade de afetar e ser afetado ocorre. Acreditamos ser o que ocorre quando estamos “conectados” diariamente e por muito tempo a dispositivos através dos quais interagimos com outras pessoas.

Preso às telas de TV ou de celulares, o povo brasileiro parece inerte, acreditando em tudo o que sai daquelas telas maravilhosas. Ali forma suas opiniões, acreditando que são suas, quando são ditadas por grandes conglomerados econômicos, sem que tenham acesso a críticas ou opiniões divergentes sobre assuntos fundamentais. Ou são ditadas por políticos que parecem tão próximos e disponíveis, quando na verdade não estão comprometidos com as dificuldades vividas na vida diária por seus eleitores. A TV substituiu a sala de jantar como local de reunião familiar já há mais de 50 anos. Ou melhor: a TV passou a estar no centro da sala de jantar enquanto a família senta-se a seu redor com o prato no colo. Mas a paixão do brasileiro pela televisão está com os dias contados, pois seu novo objeto do desejo são os pequenos dispositivos que cabem na palma de suas mãos.

Os smartphones e seus aplicativos trazem consigo uma outra era, na qual eles se deslocam para onde quer que seu usuário vá, diferentemente da reclusão relativa que a TV impunha. Essa incrível comunicação em tempo real traz consigo uma sensação de onisciência: poder estar em diferentes lugares ao mesmo tempo: dirigir, falar ao telefone e acompanhar o noticiário, podendo ser subitamente acordado desse sonho se ocorrer um acidente.

Berardi (2017) propôs a distinção entre “**conjunção e conexão**” em sua análise sobre esses novos meios de comunicação. Quando estabelecemos conexões, algumas partes do corpo cessam de ser acionadas. Podemos dizer que colados a dispositivos multimídia, a visão e a audição dominam a cena, mas algo nos escapa: o contexto, a percepção sinestésica, o olfato, o tato. Na junção, por outro lado, estão presentes a voz humana, a variação afetiva, o contato com a pele, o grito e o choro.

Até bebês e crianças pequenas hoje têm acesso a aparelhos celulares e se entretêm com suas cores, enquanto as mais velhas se comunicam com as mães e com outras crianças através desses dispositivos. Alguns pais se sentem liberados se a criança se distrai com um celular nas mãos e podem se dedicar ao trabalho, que por vezes depende totalmente desses aplicativos. Por outro lado, vários fatores reduziram a interação corporal entre as crianças como já nos referimos: o esvaziamento das ruas, tomadas pelos carros, além do medo do crime. Pais medrosos preferem manter os filhos em casa e controlar seus deslocamentos.

A comunicação através dos aparelhos celulares surge como “solução” para esse processo. É em nome da segurança que se justificou, ao menos no início, a necessidade de dar um aparelho celular a uma criança. No entanto, nossa hipótese é de que pelo uso cotidiano e prolongado desses dispositivos, a exploração sensorial que a criança é capaz de fazer do ambiente está reduzida em sua complexidade. Importantes canais da percepção humana deixam de ser acionados e farão falta para uma percepção mais fina e aguçada da realidade.

Não estamos com isso querendo responsabilizar exclusivamente os dispositivos de mensagens e as redes sociais pelos enganos a que está submetida a política no Brasil e no mundo atual. Os dispositivos de mensagens operam sobre coletividades já enfraquecidas, cujos laços com seus semelhantes já estavam fragilizados. O poder disciplinar já operara há quase dois séculos o que Foucault chamou de **esquadrinhamento do campo social** das populações que iriam compor o exército de trabalhadores do capitalismo. Podemos considerar essa colonização da imaginação pela mídia como um dos elementos fundamentais do que Deleuze nomeou como “sociedade de controle”.





Para Spinoza (2008), a imaginação é o cimento da construção dos coletivos humanos. Quando consideramos alguém como semelhante, aquilo que o afeta nos afeta também. Alegremo-nos quando eles se alegram, ou entristecemos-nos quando eles se entristecem. A semelhança é inicialmente imaginária, dada por uma experiência comum da qual aquele grupo participa: ter nascido na mesma cidade, num mesmo país ou região, torcer pelo mesmo time, estudar numa mesma escola e assim por diante. Esses laços horizontais de semelhança, estabelecidos pela imaginação humana, por mecanismos de contágio, podem se deixar atravessar por afetos tristes, que vão no sentido da despotencialização. É nesse sentido que agem diferentes modalidades de colonização da imaginação, povoando nossos sonhos de palavras de ordem operadas não a partir da experiência comum efetivamente vivida, mas por exemplo, pela ideia de diabo ou satanás operada pelas igrejas neopentecostais.

Citaremos brevemente duas igrejas, nas quais o diabo tem papel principal: a IURDS e a Internacional do Reino de Deus (Wrege, 2012). Nessas igrejas, o diabo está sempre presente vida dos fiéis, como uma força negativa que ocasiona os sofrimentos de vários tipos que a ação da igreja visa conjurar.

Essa negatividade, referida à presença de demônios, é responsabilizada por dificuldades de toda ordem, em especial dificuldades financeiras, desemprego, doenças mentais e físicas, comportamentos sexuais reprováveis moralmente etc. Face à intervenção direta do demônio na vida do fiel, a igreja surge oferecendo operações e técnicas de conjuração desse mal (descarrego, uso de óleos corporais, amuletos etc.) permeadas pela obediência irrisrita ao pastor, que possui uma autoridade profética e espiritual. Percebemos sem dificuldade que alguns rituais foram expropriados das igrejas de matriz africana, e transformados, ao mesmo tempo que se buscou descreditar essas religiões como ligadas ao próprio demônio (Péchiné, 2011).

A teologia da prosperidade é característica dessas igrejas neopentecostais citadas: eis a grande novidade, pois as igrejas tradicionais, católica ou protestantes históricas, e mesmo outros ramos pentecostais, não valorizavam da mesma forma a intervenção divina no progresso financeiro e nem o progresso financeiro em si. A vida espiritual eterna era o que essas igrejas buscavam principalmente, nas ações cotidianas de estudo da Bíblia, da caridade, da observância dos ensinamentos bíblicos etc. Em meio às graças que o fiel podia alcançar estava a prosperidade financeira para algumas denominações protestantes, mas não como objetivo principal. Nas atuais igrejas neopentecostais, a compra de uma simples geladeira pode ser signo da intervenção divina no cotidiano do fiel, e até mesmo uma retribuição pelo dízimo pago. Sendo o mérito de Deus, resta ao fiel se submeter ao que prega o pastor, pagar o dízimo e participar das curas espirituais para afastar os demônios. É certo que essas igrejas promovem ações de apoio aos mais necessitados, tais como desempregados, população de rua, presidiários, que são assistidos num primeiro momento, para posteriormente serem convocados a aderir à igreja. O pertencimento a essas igrejas, que em especial no caso da IURDS, se considera como a única verdadeira, acaba por opor os que pertencem à igreja aos que não pertencem, cavando um fosso nas famílias e nas vizinhanças. A busca de proteção pode ser a causa dessa adesão tão generalizada a essas igrejas nos bairros populares, que podem ter entre seus fiéis traficantes. Não aderir a essas igrejas pode ser um risco quando se está cercado de tantos que já aderiram (Silva, 2019, p. 109).

Os crentes precisam acreditar que somente os não crentes e os envolvidos com o tráfico de drogas morrerão nas ações policiais, o que será frequentemente desmentido quando morre um jovem da igreja ou um parente seu. Um dos efeitos de todo esse trabalho meticulosamente construído há décadas e cujos efeitos políticos somente hoje são valorizados na compreensão sobre o difícil momento que vivemos hoje, é a divisão entre aqueles que vivem uma mesma situação de opressão. A organização coletiva é dificultada, enquanto durar esse fenômeno, pois uma parte dos que sofrem irão atribuir seus sofrimentos não à piora da situação econômica do país, não aos cortes operados pelo governo neoliberal em saúde e educação, não ao desemprego crescente, ou às ações de um determinado político (que geralmente é também da igreja) mas à presença do diabo em seu corpo. Se sua vida não melhora, é porque não está orando direito.

Os afetos tristes, entre os quais o ódio, fazem com que nossa potência diminua. Isso é verdadeiro para tanto para os indivíduos quanto para os coletivos. Tomados pelo ódio mútuo, os homens se dividem e dessa forma, têm sua potência diminuída para lutar contra o que os oprime. É o cenário que estamos vivendo. Se aumentarmos nossa compreensão sobre este cenário pensando de forma potente e autônoma, poderemos por certo construir outras estratégias que irão, não no sentido da tristeza, do enfraquecimento coletivo, mas no da alegria, da potência e da luta.



REFERÊNCIAS

Berardi, Franco Bifo. *Futurability: The Age of Impotence and the Horizon of Possibility*. E-book. London—New York: Verso. ISBN 13-978-1-78478743-1. 2017.

Duvivier, Gregório. *Celular*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oZKvierri58>. 2018. Acesso em 20 de outubro de 2019.

Espinosa, Baruch de. *Tratado Político*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Péchiné, Serge. Intolerância Religiosa em Salvador da Bahia — O vis-à-vis entre as igrejas neopentecostais e as religiões de matriz africanas. P.1-14. 2011. Disponível em <https://www.academia.edu/29412973>. Acesso em: 20 out. 2019.

Rauter, Cristina. *O Medo do Crime no Brasil: Controle Social e Rebelião*. Rio de Janeiro, Editora e-papers, 2017.

Reich, Wilhelm. *A Função do Orgasmo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

Silva, Carolina Rocha. “O Salário do Pecado é a morte. Dinâmicas de negociação e conflito entre terreiros e traficantes “evangélicos” em duas favelas cariocas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 11, n. 28, p. 109-131, jun. 2019. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/720>>. Acesso em: 20 out. 2019.

Spinoza, Benedictus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Winnicott, Donald W. *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Wrege, Rachel Silveira. *As mensagens das igrejas neopentecostais e suas consequências para a educação*. ISBN 978-85-8148-204-0. E-book. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.



ESBOÇO PARA UMA ANÁLISE DA ABRAPSO

Deivis Perez⁴²

Ruchelli Stanzani Ercolano⁴³

Regis de Toledo Souza⁴⁴

NOTAS SOBRE OS 40 ANOS DE ABRAPSO

A Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso) nasceu no princípio dos anos 1980 por meio da ação de profissionais, pesquisadores, estudantes e militantes que trabalhavam pela democratização do país e que, de maneira justificada, lutavam contra as violências e o terrorismo de estado engendrados pelos dirigentes da ditadura civil-militar brasileira sob as bênçãos dos seus apoiadores. Eram tempos em que segmentos de cidadãos autoproclamados cristãos, zelosos pela manutenção da propriedade privada e da família tradicional burguesa - supostamente ameaçados pelo espectro do comunismo - apoiavam os asselvajados agentes estatais em sórdidas maquinações dedicadas aos ataques à vida e aos abusos e covardias concretas e simbólicas contra pessoas identificadas como inimigas internas por ousarem rogar pelo respeito à humanidade.

Em meio à conjunção das circunstâncias históricas, socioeconômicas e políticas, as quais remetem à etapa de edificação da ditadura, é que se consolidaram as bases da Psicologia que divisamos no Brasil, a qual se exteriorizou:

[...] expressamente sintonizada com o capitalismo e funcional aos interesses da burguesia, o que ocasionou a elaboração e difusão de desmesurada provisão de abordagens teóricas e práticas situadas nas esferas da incitação, da exaltação e do entendimento mélico do individualismo, bem como na idealização e mitificação do indivíduo, concebido como ser apartado do seu meio e que se constrói para além ou apesar das determinações sociais. Por esta razão os fazeres em Psicologia se voltaram preferencialmente para o modelo liberal burguês de atendimento individual e individualizante em consultórios, clínicas e outros espaços. (PEREZ, 2020, p. 20)

Ainda conforme os registros de Perez (2020), a Psicologia Social brasileira constituída até os anos 1980 encontrava-se imersa em ambiguidades e equívocos teóricos, metodológicos e de ofício. Genericamente se caracterizou

42 Doutor em Educação pela PUC-SP e professor na graduação e no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia da UNESP.
e-mail: dvs.prz@gmail.com

43 Doutoranda em Psicologia pela UNESP. Docente do Departamento de Psicologia do Centro Universitário UNIFAFIBE.
E-mail: ruchelliercolano@gmail.com

44 Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP e professor assistente doutor na Universidade de Taubaté (UNITAU).
E-mail: regis.toledo.souza@gmail.com



como ciência e campo laboral que investiga, examina e incide sobre a interação entre pessoas e grupos. No Brasil dos anos 1970, a Psicologia Social acolheu preferencialmente concepções inspiradas em estudiosos estadunidenses com pronunciadas inspirações positivistas e centradas no controle, manipulação e ensejo à adaptação de pessoas ao contexto societário estabelecido. A despeito disso, já em fins daquela década e princípio dos anos 1980, pessoas dedicadas à pesquisa e ao trabalho no campo passaram a atuar na construção de uma Psicologia Social Crítica, eclética teórico-metodologicamente, mas fundamentalmente direcionada para as temáticas importantes para a população brasileira e implicada com a edificação de uma sociedade democrática, igualitária e justa (LANE; BOCK, 2003).

Nesta perspectiva, assumiram posicionamento contrário aos paradigmas e práticas psicológicas da época, a partir de um movimento coletivo conduzido por profissionais, professores, pesquisadores e trabalhadores, que visava romper com a reprodução de ideias e práticas produzidas nos centros capitalistas e construir um saber da e para a realidade local. A importância da Abrapso se dá justamente por este ato de resistência em relação à configuração hegemônica de Psicologia Social de caráter individualizante, adaptacionista e a-histórico, e sincronicamente da constituição de saberes e práticas referenciadas nos processos históricos e socioculturais latino-americanos orientados para as demandas e para a vivências dos povos locais. Em outras palavras, isso significava a construção de uma Psicologia Social capaz de considerar as implicações da colonização para as populações da América Latina, a qual articulou e realizou o genocídio e a subjugação dos nossos povos originários, tendo como legados o racismo estrutural, a permanente exploração das massas de habitantes das regiões central e meridional do continente, entre outros desdobramentos catastróficos e marcados pela ação bárbara da burguesia do centro capitalista. Assim sendo, o movimento fundador abrapso deixou como patrimônio o compromisso ético e político com a produção de perspectivas teórico-metodológicas e práticas em Psicologia Social afinadas com as lutas populares e com a justiça social. Logo, a Abrapso se consolidou sob um ideário que a direcionava para apresentar-se como entidade tanto acadêmica e científica quanto de fomento, apoio e incentivo às lutas populares e militâncias sociais dirigidas para a construção de uma sociedade justa e democrática de fato.

A Abrapso experimentou forte expansão ao longo dos anos, tendo principiado com trinta e oito fundadores e alcançado aproximadamente três mil pessoas associadas em 2020, além de marcar balizas em todas as regiões do país, por meio da composição de nove estruturas regionais de gestão e atuação (Centro-Oeste, Paraná, Rio de Janeiro, Minas-Gerais, Centro-Oeste, Norte, Nordeste, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e mais de sessenta núcleos de trabalhos locais de estudantes da graduação e pós-graduação, profissionais, militantes, docentes e pesquisadores.

Vale sublinhar que se por um lado o crescimento da Abrapso permitiu que as suas perspectivas de Psicologia, Psicologia Social e de sociedade encontrassem um número expressivo de pessoas interessadas na área, que compreenderam e acolheram as suas abordagens societárias e científicas críticas, por outro lado trouxe para o bojo da associação desafios organizativos e de preservação das suas singularidades críticas na relação dialética com o ecletismo e a diversidade teórica, metodológica e prática da Psicologia Social que caracterizam e marcam a associação.

UMA ABRAPSO PARA TODAS AS PESSOAS

Atentos ao contexto referido no tópico anterior e preocupados com a necessidade de constituição de uma gestão orientada por uma atuação concreta e decididamente democratizante de todas as instâncias da Abrapso, foi que durante o seu XX Encontro Nacional, especificamente na noite de 15 de novembro 2019, segunda sessão da Assembleia realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP), reuniu-se um grupo que apresentou a sua candidatura à Diretoria Nacional da associação no biênio 2020-2021. O grupo tinha como integrantes⁴⁵:

Deivis Perez (UNESP) - Presidência

45 Não participaram da completude da gestão 2020-2021 o diretor de relações externas e diretora de relações internas, os quais deixaram a equipe no ano de 2021.





Vanessa Louise Batista (UFC e UFSCar) - Secretaria

Régis de Toledo Souza (UNITAU) - Tesoureiro

Maria Cristina Dancham Simões (PUC SP) - Diretora de Comunicação:

Pedro Henrique Antunes da Costa (UnB) - Diretor de Relações Externas

Mariana de Almeida Pinto (estudante da UFJF) – Diretora de Relações Internas

A propositura da Chapa então constituída era preservar e ampliar o

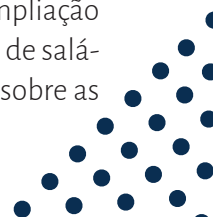
[...] compromisso ético-político de asseverar o engajamento vivo da Abrapso com a democracia, com a justiça social e com uma Psicologia Social crítica orientada para a produção de saberes teóricos, metodológicos e quefazeres sintonizados com os ideais de autonomia e empoderamento popular. (Associação Brasileira de Psicologia Social, Ata da Assembleia Geral, 2019, não paginado)

O grupo manifestou, ainda, a sua inquietação com o cenário político brasileiro, assinalando que próximo dos 40 anos de fundação da Abrapso o país se encontrava novamente num período posterior a outro golpe de estado, perpetrado contra uma Presidenta eleita e injustamente deposta. Ainda, assinalaram que:

[...] O desarranjo sociopolítico provocado por este golpe nos conduziu ao momento presente, em que temos como chefe do poder executivo da república um autocrata. É neste cenário que submetemos à Assembleia da associação a nossa propositura de gestão do próximo biênio firmemente decididos a assegurar que a ABRAPSO mantenha a sua trajetória de jamais se render à neutralidade irresponsável que possa afastá-la de suas bases e dos movimentos sociais nesta quadra histórica marada pelo autoritarismo. (Associação Brasileira de Psicologia Social, Ata da Assembleia Geral, 2019, não paginado)

E, logo depois, apresentou a sua disposição, diante da Assembleia da entidade, de avançar nos processos organizativos e principalmente de fortalecimento das bases da Abrapso (Regionais e Núcleos). A essência da propositura era: a) consolidar a dinâmica democrática de gestão das instâncias da Abrapso (administrativa, financeira, tecnológica, científica, entre outras); b)- fortalecer os núcleos e estimular a criação de novos em localidades ainda não alcançadas pela Abrapso; c) decididamente atuar na popularização da associação, favorecendo principalmente o acesso de estudantes, trabalhadores e integrantes de movimentos sociais aos seus quadros, tendo como uma das ações a redução do valor das anuidades cobradas das pessoas associadas ou interessadas em tomar parte da entidade; d) democratizar a distribuição dos recursos financeiros da associação, com ênfase para a garantia do custeio de ações e publicações pelos regionais e seus núcleos – estes últimos considerados dimensão fundamental para a efetivação do caráter democrático da associação; e) manutenção das oportunidades de registro dos saberes produzidos e difundidos nos Encontros Regionais e Nacionais por meio do custeio dos livros dos Encontros Regionais pela Abrapso Nacional, além do estímulo à criação de outras estratégias de registro da história da associação e de difusão dos saberes que ela produz; f) favorecer o amplo acesso das Regionais e Núcleos à colaboração na autoria do livro do Encontro Nacional, percebido anteriormente como espaço acessível e reservado a poucos associados; g) solicitar e dialogar com a nova gestão do periódico Psicologia & Sociedade acerca da sua necessária aproximação com os ideais e compromissos da associação, dado o notado afastamento da gestão da publicação em relação ao fundamentos orientadores da Abrapso; h) alargar o acesso dos Regionais e Núcleos às ferramentas tecnológicas e, importante, sem qualquer custo para Regionais e Núcleos; entre outras proposituras registradas naquele momento. Naquele feriado de novembro a Abrapso procedeu a eleição da chapa e aprovou a sua proposta de processo direto.

No mês de janeiro de 2020 teve início a gestão 2020-2021 da Abrapso sob as ameaças trazidas pelo fascismo bolsonarista acrescidas dos riscos, adversidades e embaraços produzidos pela pandemia do coronavírus (Covid 19), caudada pelo vírus SARS-CoV 2. Já em fevereiro o Brasil estava imerso numa crise social, política, econômica e sanitária, que ocasionou o rápido empobrecimento da população como resultado de uma chocante ampliação do desemprego, na desumana precarização da legislação e normas regulatórias do trabalho e na redução de salários de toda população brasileira. Por conseguinte, vislumbramos esta conjuntura se aproximar e abater sobre as





peessoas associadas à Abrapso. Imediatamente a Diretoria da associação notou que seriam necessários cuidados especiais com as pessoas associadas e com a própria dimensão financeira da entidade, dado que a população e nossas filiadas estavam privadas de oportunidades de manter ou gerar renda e, porque a associação já havia observado a instalação de uma crise de financiamento das suas ações, dada a redução das possibilidades de acesso às fontes de custeio públicos governamentais (oferecidas anteriormente por agências como CAPES e CNPq).

Além disso, logo no princípio da pandemia, em inusitada situação de isolamento social, tornou-se imperterível criar estratégias para garantir a presença da Abrapso na rotina de toda a gente associada, fomentando a dialogia em meio ao contexto pandêmico e social extremamente sensível e evitar que a associação ficasse paralisada e distante dos estudantes, profissionais, docentes, pesquisadores e movimentos sociais que solicitavam a sua presença. Os passos iniciais foram conduzidos por meio de conversações com vice-presidências e coordenações dos núcleos, as quais subsidiaram a construção de um plano de comparecimento rotineiro da Abrapso tanto na vida das pessoas associadas quanto nos debates públicos acerca de temáticas sociais, científicas, políticos, econômicas etc. A primeira etapa incluiu a composição de um grupo de pessoas dos núcleos e regionais que criou nossa primeira atividade online regular, chamada Encontros e Prosas da Abrapso. Foram mais de vinte registros entre abril e novembro de 2020. A partir daí a associação aprendeu gradualmente a realizar atividades online por meio de plataformas virtuais como o youtube e outras disponíveis na ocasião. Ao final do período em que ações desta modalidade tiveram existência, entre abril de 2020 e outubro de 2021, foram realizados 103 vídeos, 82 que registraram os eventos e as atividades online da Abrapso, todas gratuitamente disponíveis nas redes sociais da associação. Estes vídeos alcançaram, na totalidade, mais de 100 mil visualizações.

Além do mais, para assegurar a presença das bases da associação nas suas ações virtuais, buscou-se estimular núcleos e regionais a realizarem as suas próprias lives ou atividades online, apoiadas por um sistema de streaming que a Abrapso Nacional contratou e prontamente colocou à disposição de todas as pessoas e instâncias da associação. Tomaram parte nesta ação, como palestrantes ou mediadores, 250 pessoas de todas as regiões do país. Houve especial desvelo em implementar espaços de difusão de saberes nos ambientes digitais capazes de salvaguardar os traços plurais, teórica e metodologicamente, que representam o feitiço histórico da Abrapso. As temáticas abordadas foram tão diversas quanto: feminismos, renda básica, assistência social, fascismo, necropolítica, memórias da ditadura, morte e luta, covid, estado e políticas públicas, assistência social, educação, movimentos sociais, residência estudantil, racialidade, os crimes de Bolsonaro, população carcerária, desigualdades sociais, explorações sob o capitalismo, trabalho. Ainda, a Abrapso pôde proceder o lançamento de livros, registro do surgimento de núcleos e palestras em homenagem às pessoas que feneceram, como Sylvia Leser de Mello e Ângela Caniatto. Nesta etapa, foram estabelecidas parcerias com quinze (15) diferentes instituições, entre movimentos sociais, universidades e outras associações profissionais, estudantis e científicas.

Ainda, e de maneira original, foram criados e realizados sem custos para as pessoas participantes, cinco (5) cursos de extensão universitária, que tiveram o andamento assegurados pela Abrapso, desde as inscrições até certificação final, ao lado de universidades parceiras (Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, Universidade de Brasília/UnB e Universidade Estadual Paulista/UNESP) e outras organizações, como a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es)-Anpsinep, Rede Apoio Covid 19, Instituto de Ciências da Saúde e Memorial das Vítimas. Cada um dos cursos realizado por meio da internet contou com a participação de aproximadamente mil pessoas. A opção da Abrapso foi por ela mesma custear os cursos e eliminar quaisquer impedimentos à livre participação, permitindo o acesso amplo e irrestrito às atividades por pessoas vinculadas ou não à associação.

No que diz respeito ao enfoque político, foi promovida a aproximação com entidades da sociedade civil e científicas, partidos políticos e sindicatos o que resultou, *verbi gratia*, no engajamento num pedido de impedimento do presidente Jair Bolsonaro, o qual foi protocolado no congresso nacional, considerando os crimes cometidos pelo chefe do executivo nacional durante a pandemia. Além disso, foram elaboradas e assinadas mais de 150 manifestações de apoio a grupos de estudantes que tiveram seus direitos ignorados por instituições privadas de ensino superior e movimentos sociais das populações indígena, negra, feminina, lgbtqi+, entre inúmeras outras, além de moções de repúdio aos atos desumanos e criminosos do governo federal. Ao lado das manifestações públicas, foi conduzida pela Direção Nacional da Abrapso uma política de efetivação de ações voltadas para garantir que associação estivesse, de forma resoluto e decidida, ladeando em lutas com grupos e movimentações sociais,





pleiteando e oportunizando espaços e voz para distintos coletivos seja na mídia ou nas redes sociais, youtube, Instagram e facebook da própria associação. À vista disso, a associação se uniu ao movimento estudantil e de professores de universidades públicas e particulares no enfrentamento à precarização do ensino superior, foi estabelecida colaboração com residentes da área da saúde coletiva, os quais demandaram o apoio da Abrapso contra os ataques do governo Bolsonaro, materializados pela redução de investimentos nos programas de formação de profissionais da saúde, cortes de bolsas e dos repasses de recursos para os espaços formativos de saúde.

Ainda, no biênio foi promovida a reaproximação da Abrapso em relação à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), bem como das instituições científicas a ela filiadas. No encadeamento das inúmeras análises, debates e resoluções acerca das adversidades envolvendo o investimento na formação de pesquisadores, financiamento de pesquisas, estímulo à difusão científica, avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, etc., e das apreciações feitas acerca da conjuntura política e econômica nacional, a Abrapso ladeou com a Associação Brasileira de Química (SBQ) demandando que a SBPC liderasse um pedido de impedimento de Bolsonaro por seus crimes contra o povo brasileiro no ano de 2021. Entretanto, outras organizações daquela Sociedade consideraram que não seria função da SBPC demandar o afastamento do chefe do executivo brasileiro. A despeito disso, a Abrapso manteve-se ativa no Encontro Anual da SBPC e colaborou na sua realização, reafirmando o compromisso em ofertar à sociedade o livre acesso aos conhecimentos de alta qualidade que as universidades e entidades científicas podem produzir, reunir e propagar.

Especificamente no que diz respeito à gestão da Abrapso no biênio foi planejada, desenvolvida e totalizada a reorganização administrativa e regularização contábil e fiscal da associação, que incluiu:

a) A produção de um manual financeiro-contábil voltado para noticiar aos núcleos e regionais as formas de viabilizar o acesso aos recursos financeiros da associação, de maneira descomplicada, transparente e ágil. A ênfase aqui não era particularmente a produção do referido manual, mas sinalizar que o financiamento de núcleos e regionais é responsabilidade da direção nacional, que deve desenredar e garantir o acesso das bases da associação ao custeio de suas atividades. Considerando esta orientação, houve particular cuidado para garantir que os trâmites e procedimentos administrativos e contábeis fossem adaptados às demandas financeiras e de custeio dos núcleos, assegurando que os cuidados administrativos fossem configurados a partir das necessidades, exigências e requisições feitas por núcleos e regionais para garantir a atuação junto às comunidades, movimentos sociais, registro e difusão de saberes, realização de eventos gratuitamente nas localidades, entre outras atividades.

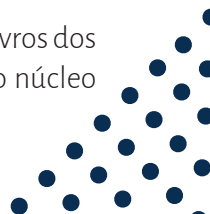
b) Construção da minuta de um Regimento Interno, para apreciação por parte dos Núcleos e Regionais, voltado sobretudo para potencializar a ação da Abrapso diretamente junto às comunidades nas quais desenvolve atividades, de modo a sustentar procedimentalmente o repasse dos recursos estatutariamente determinados para os Núcleos e Regionais, mas que comumente não alcançam estas instâncias por dificuldades da comunidade da associação no entendimento e, portanto, no requerimento dos meios financeiros para a plena realização dos seus objetivos e na coparticipação efetiva tanto na recolha quanto – e principalmente - na distribuição daquilo que possui a Abrapso.

c) Ainda, com o suporte da JGA Assessoria Contábil, instituição especializada na contabilidade de entidades científicas e da sociedade civil, foram unificadas as contas que possuía a Abrapso em distintas instituições bancárias e financeiras (Banco do Brasil, F2B e PagSeguro Uol), de maneira a resguardar a transparência dos processos de entrada e saída de recursos.

d) Construção de novo sítio eletrônico da Associação, dado que o antigo apresentava tecnologia ultrapassada que dificultava a sua gestão diária e, também, o acesso por meio de smartphones e outros dispositivos contemporâneos. A produção do novo ambiente virtual foi acompanhada de exitosa negociação com a empresa de tecnologia que possuía os direitos legais sobre os conteúdos disponíveis no sítio antigo, o que permitiu que a associação voltasse a se assenhorar e ter a propriedade dos seus registros eletrônicos históricos, os quais, até então, não lhe pertenciam.

e) Foram realizados os custeios de parte dos encontros regionais de São Paulo, Nordeste e Minas Gerais, contemplados sem suas demandas.

f) Foi contratada editora (Gradus), integralmente paga pela Abrapso Nacional, para a publicação dos livros dos Encontros Regionais, Encontro Nacional 2019 e de obra contendo saberes produzidos por integrantes do núcleo





sul-sul, que passou a ser o primeiro a ter uma demanda editorial acolhida e integralmente paga pela gestão nacional. A publicação de livro produzido por um núcleo foi especialmente relevante na medida em que se caracterizou como iniciativa que firmemente se espera que passe a ser rotina no bojo da associação, com o surgimento de outras iniciativas de núcleos orientadas para o registro e publicação, custeadas integralmente pela gestão nacional, dos saberes e práticas localmente constituídas.

Por último, foi singularmente relevante a elaboração e instalação de um projeto de sustentação financeira da Abrapso. À vista do processo pandêmico que alcançou dramaticamente o Brasil a partir de fevereiro de 2020 e dos riscos para a existência de entidades científicas trazidos pelo governo Bolsonaro, naquele mesmo ano a Direção Nacional engendrou e apresentou para Núcleos, Regionais e Conselho Diretor um plano financeiro de sustentabilidade da Abrapso para um período estendido de quatro (4) anos, que tencionou preparar, habilitar e estruturar a associação para se resguardar e propiciar a sua saúde econômica em toda a etapa de permanência do governo federal supracitado e das fases agudas da pandemia e suas repercussões, de maneira que ficasse asseverada à Abrapso a realização dos seus encontros nacionais e regionais, o custeio das suas despesas ordinárias e o apoio às atividades dos núcleos. A configuração global da propositura também teve como pressuposto garantir a socialização e democratização da Abrapso numa dimensão sensível, que é a partição das suas posses financeiras, as quais são reunidas a partir dos esforços de todas as pessoas associadas, mas não apresentam registros históricos de partição conforme previsto em Estatuto e, principalmente, que respeite a necessidade de apoio às bases abrapsoianas – núcleos e regionais – mais diretamente vinculadas e atuantes no bojo de movimentações sociais e das comunidades. Ainda, se verificou que era preciso reduzir os valores das anuidades e das inscrições no Encontro Nacional da Abrapso, de modo a garantir que, no decorrer da crise econômica ensejada pela pandemia e pelas ações e omissões do governo federal, as pessoas afiliadas à entidade pudessem se manter a ela vinculadas e participando das suas ações, sem risco de excluir aqueles segmentos atingidos mais dramaticamente pela crise experimentada no país.

Ademais, foram delimitados valores para: 1) custeio das despesas fixas (impostos, tarifas bancárias, transição cartorial entre gestões da associação, pagamento de empresas de contabilidade e tecnologias – manutenção do site) e serviços de apoio aos regionais e núcleos; 2) investimentos da Abrapso em tecnologia para garantir ações dos regionais e núcleos durante a pandemia (contratação de ferramentas de streaming, manutenção de sítios eletrônicos), apoio financeiros aos núcleos, publicação de livros com registros dos saberes produzidos nos encontros nacional, regionais e nas ações realizadas pelos núcleos, revista da Abrapso; 3) realização do Encontro Nacional da Abrapso 2021 e dos Encontros Regionais, todos com valores reduzidos das inscrições e, conforme anteriormente mencionado, com custo reduzido de anuidade e, no caso do evento nacional, uma política ampla de gratuidades para movimentos sociais (indígenas, população negra, movimento estudantil, entre outros coletivos); 4) reserva financeira para o biênio 2022-2023. A meta era cumprir todas as etapas do plano e conservar aproximadamente 59 mil reais para os anos de 2022 e 2023. Os resultados foram largamente exitosos, na medida em que foi possível acolher no contexto da pandemia as pessoas associadas com valores reduzidos em aproximadamente 50% tanto para estudantes quanto para profissionais/pesquisadoras/es, isto comparativamente ao período que se estende de 2016 até 2019. É importante ressaltar que a anuidade em 2021 teve custo inferior àquele praticado uma década atrás. Em sintonia com o que foi mencionado anteriormente, todos os regionais que realizaram os seus Encontros no biênio tiveram apoio da Abrapso Nacional, bem como suas publicações custeadas, recursos foram repassados para núcleos e eventos, como cursos de extensão, foram introduzidos na rotina da associação com oferta gratuita e pública. No desfecho do ano de 2021, foi possível repassar à nova gestão abrapsoiana cento e quatro mil reais, valores bastante superiores aos cinquenta e nove mil inicialmente planejados e aprovados coletivamente. A relevância disso reside na demonstração de que, mesmo numa ambiência nacional política e econômica marcada por crises e numa situação de instabilidade conjuntural marcada por uma pandemia, a Abrapso tem condições de apoiar com ênfase as suas bases – núcleos e regionais – com segurança financeira e assegurando a exequibilidade de suas atividades juntos às comunidades e aos movimentos sociais.

Cumpre notar que o processo político de priorização, por parte da Abrapso, de suas bases não se antagoniza com a preservação rigorosa da associação. Note-se que o período 2020-2021 foi auditado por empresa de contabilidade especializada que concluiu que os balanços patrimoniais de 2020 e 2021, elaborados pela diretoria nacional da associação, confirmaram que as contas da gestão da Abrapso no biênio se encontravam em perfeito equilíbrio





orçamentário, uma vez que as receitas e os gastos estavam corretos, ajustados e sintonizados com as normas legais que regulam as práticas contábeis de Entidades da sua categoria. Também, vale destacar, as Demonstrações Contábeis feitas pela diretoria da Abrapso estavam em harmonia com todas as interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. Finalmente, a especialista em contabilidade que auditou as contas da Abrapso assinalou que os recursos financeiros da associação foram aplicados pela diretoria nacional em suas finalidades institucionais e se achavam em equilíbrio, mesmo considerando os desafios impostos às entidades científicas pelo quadro pandêmico.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS 40 ANOS DA ABRAPSO E INDAGAÇÕES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO ULTERIOR

No ano de 2020 a Abrapso comemorou 40 anos de existência, como já exposto anteriormente num contexto semelhante em certa medida àquele da sua fundação. Nesse sentido, considerando a história de militância social da associação, se faz necessária a reflexão acerca dos posicionamentos e dos feitos da Abrapso no presente quando novamente o país está experimentando outro período crítico, na conjuntura do seu quadragésimo aniversário, de crise sanitária, econômica, política e social, no qual o governo promoveu a matança de pobres, negros e indígenas, além de inúmeros retrocessos sociais e ataques à democracia.

A Abrapso é conhecida popular e genericamente entre estudantes, psicólogos e profissionais de áreas afins principalmente por seus encontros regionais e nacional, que atraem profissionais, pesquisadores e estudantes, bem como por suas publicações de textos, porém, somente esses aspectos não revelam a substância da associação, cujas matrizes fundamentais e sentidos da aparição e perenidade são mais complexas e se situam precedentemente na atividade com movimentações sociais e coletivos de trabalhadores e pessoas despossuídas com vistas a ensinar, por parte destes segmentos societários, o protagonismo e a experiência de transmutação das condições de vida em que se encontram situados em função dos efeitos do capitalismo. Nesse ínterim, vale mencionar a importância dos nove Regionais e dos sessenta e dois Núcleos distribuídos por todo o território nacional que promovem práticas psicossociais, estudos, eventos, intervenções, bem como apoiam, encorajam e oferecem sustentação à militância social, que garantem a vivacidade e a diversidade da associação a partir das realidades locais.

Em tempos de isolamento social, a associação também precisou se reinventar e lançar mão dos instrumentos que estavam disponíveis no momento, por meio da aproximação do cotidiano das pessoas, promoção de frequentes debates online para compartilhamento de saberes, sempre tecendo relações com a conjuntura social e expressando firmemente repúdio ao líder político nacional do período. Os quarenta anos de Abrapso também foram marcados por uma revisão de seus processos internos, pois foi preciso reavaliar e reformular determinados hábitos, rotinas e processos administrativos arbitrários, os quais estavam colocando em risco a existência da entidade. Para tanto, foi fundamental vislumbrar os pressupostos fundamentais, os desafios e os objetivos que devem orientar uma associação histórica da Psicologia Social. A retomada e a valorização da história da Abrapso podem se constituir em um ponto de partida, não no sentido do apego ao passado, pelo contrário, de tomar o movimento e o espírito fundador bem como os processos históricos como base e inspiração para a edificação de novos fazeres que venham condizer com os avanços dos debates em Psicologia Social e com as problemáticas da realidade conjuntural e histórica que nos circunscrevemos no presente.

Tendo em vista os diversos conservadorismos em voga na sociedade atual, cumpre questionar se também a Abrapso não estaria se assemelhando mais a uma associação conservadora, que preserva suas tradições e seus costumes sem questioná-los, apenas reproduzindo-os porque passou por várias gerações assim e isso conferiria qualidade aos seus processos e atuação; ou a uma associação revolucionária que faz constante autoanálise e revisões críticas, reconhecendo suas limitações, suas problemáticas e buscando se desenvolver e se aperfeiçoar sempre. Ainda, cabe refletir se ela está se conduzindo como associação analogamente ao movimento da classe burguesa, no que concerne a, uma vez tendo rompido com aquilo que lhe era contrário – no caso da burguesia era sucumbir com o regime feudal, e no da Abrapso com a Psicologia Social dominante da época de caráter positivista, experimental e naturalista - estaria deixando em segundo plano os interesses populares e coletivos que foram essenciais para sua ascensão e se restringindo a defender exclusivamente os próprios privilégios abrapsoianos.





Portanto, é possível afirmar que ser uma associação histórica não equivale obrigatoriamente a ser uma associação conservadora, a menos que se escolha por isso. É importante retomar o que a perspectiva marxiana orienta a não ficar nos limites da aparência e mergulhar na essência, a fim de compreender a historicidade e complexidade dos fenômenos, que se encontram em constante movimento e transformação. Ademais, também a dialética materialista marxiana vem auxiliar no processo autoanalítico da Abrapso, no que tange a levar em consideração a sua totalidade, o quadro interrelacional em que ela está inserida, estando situada e determinada pela conjuntura do capitalismo burguês em sua estrutura e relações internas entre seus membros; a sua fluidez que contém mudanças de diferentes intensidades e frequências (quantitativas e qualitativas – pequenas e grandes – mudança de gestão, reformulação do estatuto); e as suas contradições, conflitos, disputas e pluralidades (diferentes perspectivas), mas que a síntese dela seja acima de tudo revigorar e fortalecer a associação e a Psicologia Social em sua totalidade.

Por fim, defendemos que é desafio da Abrapso resgatar sempre a sua historicidade, sem perder de vista o seu presente e futuro. Retomar o movimento fundador com o intuito de compreender e fazer jus à essência da associação, zelando por seu compromisso social, ético e político com as majorias populares e não com minorias dominantes/elites internas e externas à associação. Ser uma associação mais próxima o possível do cotidiano de todas as pessoas e não uma associação seletista, restritiva. Diante do cenário atual, de negacionismo científico, de aumento da desigualdade social e da miséria da população, se dedique ainda mais ao que Martín-Baró, tomando o conceito de Paulo Freire, chamou de horizonte primordial do quefazer psicológico: a conscientização, com o intuito de desalienar pessoas e grupos e de contribuir para que se alcance um saber crítico sobre si e sobre a realidade, se incluindo também nesse processo (se desalienando concomitantemente). Que mesmo aos seus quarrentões, a Abrapso não perca o brio e a energia, revitalizando a sua natureza revolucionária e rejeitando o caráter conservador. Ainda, que se recuse ao puro academicismo e se empenhe às demandas e problemáticas populares por via da militância e da transformação social.

REFERÊNCIAS

PEREZ, D. Psicologia Social no cenário de pilhagens e violências do capitalismo. In **Psicologia em movimento**, Santo André-SP, n. 3, outubro 2020, p. 15-24.

LANE, S. T. M.; BOCK, A. M. B. ABRAPSO - uma história da Psicologia Social enquanto práxis. In VILELA, A. M. J; ROCHA, M L; MANCEBO, D. (Orgs.). **Psicologia Social: relatos na América Latina**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

